

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Keyla Maria Gomes Ferreira

AGRONEGÓCIO, DESTRUIÇÃO AMBIENTAL E FOME

Juiz de Fora
Outubro de 2024

Keyla Maria Gomes Ferreira

AGRONEGÓCIO, DESTRUIÇÃO AMBIENTAL E FOME

Projeto de pesquisa apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG conclusão para defesa de Mestrado.

Orientadora: Profa. Dra. Elizete Menegat

Juiz de Fora
Outubro de 2024

Keyla Maria Gomes Ferreira

Agronegócio, destruição ambiental e fome

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 15 de outubro de 2024.

**BANCA
EXAMINADORA**

**Profa Dra Elizete Maria
Menegat** - Orientadora
Universidade Federal de
Juiz de Fora

Profa Dra Mônica Aparecida Grossi
Universidade Federal de
Juiz de Fora

Prof Dr Diogo Prado Evangelista
Universidade Federal
dos Vales do Mucuri e
Jequitinhonha

Juiz de Fora, 11/09/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 21/10/2024, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Prado Evangelista, Usuário Externo**, em 22/10/2024, às 00:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 28/10/2024, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1979226** e o código CRC **35137399**.

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferreira, Keyla Maria Gomes.
AGRONEGÓCIO, DESTRUIÇÃO AMBIENTAL E FOME /
Keyla Maria Gomes Ferreira. -- 2024.
120 f. : il.

Orientadora: Elizete Maria Menegat
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2024.

1. A nova fase do capitalismo financeiro; Participação horizontal e efeitos anticoncorrenciais; Os novos gigantes do agronegócio e o novo poder corporativo. 2. Raízes da fome; Fome e desigualdade social no Brasil; Fome e estigma racial;. 3. Agronegócio no radar do desmatamento ilegal; Pecuária e desmatamento; Amazônia sob ataque. I. Menegat, Elizete Maria, orient. II. Título.

À minha mãe, Zaiden, meu porto seguro.
À minha avó, Sebastiana (in memoriam), gratidão e eterno amor.
Aos meus filhos, Bruna, Caio, Mariana, infinito amor.
Ao meu esposo, Luís Claudio, amor e dedicação.
Aos meus netos Davi, Miguel, Tomas, Heitor, Liz (in memoriam) extensão da
minha vida.
Aos meus irmãos, João Bosco, Eduardo, Guilherme, Cleber (in memoriam),
minha infância não seria a mesma sem vocês.

Agradecimentos

É, árdua a tarefa de reconstruir as contribuições para um trabalho como esse pelo tempo o que lhe foi agregado, peço compreensão pelas possíveis e involuntárias omissões. Agradeço, primeiramente a Deus que me deu força para superar e transpor todo os percalços ao longo do curso. Chegar até aqui, exigiu muita dedicação, persistência, resiliência, pois em cada etapa vencida senti a mão de Deus a me guiar nas madrugadas longas e frias. A elaboração deste trabalho, iniciou -se no momento em que a pandemia no Brasil e no mundo passava para uma readaptação, após um longo período de distanciamento social. As aulas, no primeiro semestre de 2021, eram em formato remoto, logo, evoluíram para híbridas, sucessivamente, com o término do distanciamento social em 2022.

Agradeço assim:

À minha orientadora, Elisete Menegat, não só pela orientação, mas também pela confiança depositada em mim, pois quando tudo parecia estar perdido, simplesmente, segurou minha mão e juntas caminhamos para realização deste trabalho.

Aos professores, Mônica Grossi e Diogo Evangelista Prado, pela riquíssima contribuição na qualificação e por aceitarem o convite para a banca de defesa.

Aos meus professores da graduação e da pós, pelo que somaram ao meu percurso intelectual; Alexandra Eiras, Marina Barbosa Pinto, Rodrigo Filho, Sandra Hallack Arbex. Agradeço, assim, também aos colegas, como Selmara Balbino, Valéria Martins, Polyana Carvalho e também aos colegas deste grupo.

Aos funcionários do departamento da pós graduação em Serviço Social sobre tudo, Monalisa e Paulo Henrique pelo apoio.

À minha família, pelo carinho e compreensão, em especial, aos meus filhos, netos, esposo pelas inúmeras ausências durante os fins de semana.

Mãe, a você eu agradeço a doçura e os sorrisos espontâneos, sua forma leve de viver a vida, o apoio incondicional, suas palavras de incentivo e seu exemplo de ser humano, pois é uma mulher lutadora, que ensinou seus filhos a nunca desistir de seus sonhos.

Agradeço minha madrinha Iza, que sempre esteve ao meu lado apesar de muito longe, do outro lado do continente.

À minha avó Veinha, que contava suas histórias, saudade eterna.

Aos colegas de mestrado na disciplina Seminário de Projetos pelos comentários.

Aos colegas do grupo Dynamics /UFJF pelos comentários e aprendizado.

Agradeço, Ricardo, confidente terapeuta pela ajuda em manter o equilíbrio entre mente e corpo; processos indissociáveis na busca pelo prazer e alegria.

Agradeço, Iolanda e Nayara que me ajudaram na revisão textual.

RESUMO

O estudo propõe uma reflexão sobre a insegurança alimentar, em seu estágio mais grave – a fome - e suas relações com o crescimento do agronegócio e do sistema financeiro. O agravamento da fome, associado à emergência ambiental, tem intensificado a dependência da produção agrícola aos imperativos da acumulação capitalista. Sob o comando do capitalismo financeiro, os oligopólios do agronegócio controlam o mercado de commodities e uma cadeia alimentar globalizada, resultando em um crescimento do pauperismo com especificidades alarmantes, na atualidade. É com esse intuito que a pesquisa busca problematizar a fome, uma vez que a necessidade de produzir alimentos para o consumo é substituída pela lógica de produzir commodities. Nesse contexto, a concentração da propriedade da terra, juntamente com a expulsão da população de suas bases fundiárias, gerou os efeitos da liberação do trabalho no campo. Marginalizados pela estratificação social, os chamados “supérfluos” se integram à imensa massa de “famintos” na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Agronegócio; Destruição ambiental; Fome

ABSTRACT

The study proposes a reflection on food insecurity, in its most severe stage – hunger – and its relationship with the growth of agribusiness and the financial system. The worsening of hunger, associated with the environmental emergency, has intensified the dependence of agricultural production on the imperatives of capitalist accumulation. Under the command of financial capitalism, agribusiness oligopolies control the commodities market and a globalized food chain, resulting in an increase of poverty with alarming specificities, today. It is with this aim that the research seeks to problematize hunger, since the need to produce food for consumption is replaced by the logic of producing commodities. In this context, the concentration of land ownership, precisely with the expulsion of the population from their land bases, generated the effects of the liberation of labor in the countryside. Marginalized by social stratification, the so-called “superfluous” are integrated into the immense mass of “hungry” in capitalist Society.

Keywords: Agribusiness; Environmental destruction; Hunger

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
AGRONEGÓCIO E CAPITAL FINANCEIRO	
1.1 A nova fase do capitalismo financeiro.....	18
1.1.1. Participação horizontal e efeitos anticoncorrenciais.....	22
1.1.2 Os novos gigantes do agronegócio e o novo poder corporativo.....	26
1.2 Agronegócio e pobreza.....	30
CAPÍTULO 2	
O CRESCIMENTO DA FOME NA ATUALIDADE	
2.1 Raízes da fome.....	36
2.2 Fome e desigualdade social no Brasil.....	42
2.3 Fome e estigma racial.....	44
2.4 O retorno do Brasil ao mapa da fome.....	47
2.5 A nova pobreza no Brasil.....	51
2.6 O crescimento da pobreza.....	55
2.7 A fome no mundo.....	58
CAPÍTULO 3	
DESTRUIÇÃO AMBIENTAL E FOME	
3.1 Agronegócio no radar do desmatamento ilegal.....	63
3.1.1 Pecuária e desmatamento.....	67
3.2 Amazônia sob ataque.....	73
3.3 O projeto Amazônia para o mercado mundial.....	90
3.4 Emergência climática e a Insegurança Alimentar.....	97
3.5 Considerações Finais.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
APÊNDICE	120

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa é fruto de muitas inquietações ao longo da minha trajetória acadêmica, como discente da Pós-Graduação em Mestrado do Serviço Social. Considerando o campo de possibilidades na construção e problematização das indagações levantadas durante os períodos da graduação, busco problematizar, analisar e compreender a temática do agravamento da fome na fase atual do capitalismo, bem como sua relação com a crise ambiental.

De acordo com Marques (2019), o mundo nunca foi tão desigual, pois enquanto 1% dos mais ricos do mundo se apropriam de 82% da riqueza global, cerca de 3,7 bilhões de pessoas passam fome no mundo. No entanto, alerta que os indicadores são ainda mais expressivos quando se trata da desigualdade no Brasil, onde apenas cinco multimilionários concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre do país.

Essa realidade evidencia o lugar da pobreza na ordem capitalista e o processo de reprodução e ampliação das desigualdades sociais. O agravamento da fome, associado à emergência ambiental, tem intensificado a dependência da produção agrícola aos imperativos da acumulação capitalista. Sob o comando do capitalismo financeiro, os oligopólios do agronegócio controlam o mercado de commodities e uma cadeia alimentar globalizada, resultando em um crescimento do pauperismo com especificidades alarmantes.

Dessa forma, o intuito deste trabalho é trazer uma compreensão ou síntese do crescimento do agronegócio na fase atual do capitalismo e da concentração de poder e riqueza nas mãos de grandes empresas. Nesse entendimento, o primeiro capítulo procura problematizar o crescimento dos oligopólios no ramo do agronegócio, cuja atividade alimenta e comanda o mercado internacional no setor de alimentos. Nessa lógica, Barros (2008) e Delgado (2012), corroboram no sentido de que o agronegócio está vinculado à linha de apoio e créditos oriundos do Estado e que grandes propriedades fundiárias se vinculam aos programas e projetos com base nos interesses internacionais do agronegócio que está voltado para o mercado de exportação.

De acordo com Chesnais (1996) após o processo da liberalização financeira reconquistada no final dos anos 80, o sistema financeiro se reencontrou no cenário econômico mundial, e que os Investimentos Diretos

Externos (IDE) ampliou-se como também comandou os processos de aquisições e fusões que sinalizaram um novo período de transformação no capital financeiro.

Nesse aspecto, cabe salientar que os fundos de investimentos nas bolsas de valores atraem muitos investidores, muito mais do que uma simples transação financeira. Fichtner (2017) alerta que muitos clientes em um só investimento podem gerar sucessivas crises e agravar a instabilidade financeira. Contudo, esclarece que esses mesmos fundos acabam desenvolvendo outros ramos de atividades, e que na “dança” do capital, busca reunir empresas com maiores desempenhos e ativos superiores comparados às economias de grandes países.

Fichtner (2017) e Peres (2024) ambos sinalizam que o aumento da propriedade comum pode interferir na tomada de decisão, como também prevalecer interesses acionistas, quando ações e produtos serão vendidos no mercado interno e externo. Nessa premissa, destaca-se que a concentração da propriedade corporativa nas mãos dos gigantes do mercado financeiro tornou-se estratégia de investimento do agronegócio.

Shand (2022) corrobora com os autores Fichtner (2017) e Peres(2024) ao sinalizar que o crescimento da propriedade patrimonial comum nas últimas décadas aumentou a concentração de capitais em blocos hegemônicos, estes por sua vez assumindo uma privilegiada posição no capitalismo financeiro mundial.

Ziegler (2013) esclarece que a formação dos oligopólios age em benefício próprio como “inimigos do direito à alimentação”, utilizando seu poder corporativo e financeiro, bem como seus portfólios, para impor preços aos alimentos no mercado mundial, eliminando assim seus concorrentes. Isso se deve ao fato de que as corporações do setor agroindustrial controlam onze segmentos da cadeia alimentar mundial, utilizando capital ativo no setor financeiro para atender tanto aos colossais mercados domésticos quanto internacionais. Esse novo poder corporativo, os chamados “*Barões da alimentação*”, domina o mercado global na atual fase do sistema financeiro, incluindo a especulação de terras em diversas partes do mundo.

Considerando que a terra, concentrada nas mãos de poucos, é mercadoria extremamente especulativa para o mercado oligopolizado do ramo alimentar, a questão alimentar no cerne da questão social. Nessa premissa, o projeto da reforma agrária no Brasil enfrenta desafios cada vez maiores. Além disso, a concentração de capital intensifica a concentração fundiária, favorecendo as megaempresas transnacionais e ampliando as desigualdades no campo.

No capítulo 2, de acordo com Castro (1964), abordaremos a fome como uma das faces mais perversas da questão social, que perpassa gerações e caracteriza um povo marcado pela subalternidade. Assim como em outros países que passaram pelo processo de colonização, o Brasil, sob uma perspectiva histórica, é profundamente marcado pelo fenômeno da fome, onde a opulência de poucos contrasta com a miséria de milhões que não possuem acesso suficiente à alimentação para a sua subsistência.

A sociedade capitalista, voltada para os interesses do capital industrial e financeiro, que no Brasil resultou na formação da sociedade burguesa, apresenta-se de maneira particular. De acordo com Ziegler (2013), o sistema escravista no Brasil adaptou-se ao ritmo do capital, mostrando-se altamente lucrativo para comerciantes e traficantes escravizados. Esse sistema de dominação foi imposto tanto aos povos nativos quanto aos africanos na diáspora, que sofreram um verdadeiro genocídio. O estigma racial gerado por esse processo persiste até hoje.

Nesse contexto, Quijano (2011) analisa as relações de exploração e dominação baseadas no padrão eurocêntrico, que consolidou um novo sistema mundial de produção de mercadoria. O desenvolvimento capitalista, moldado pelos ideais europeus, impôs aos países colonizados as raízes da fome, cujos efeitos ainda são sentidos nas sociedades contemporâneas.

No processo de construção do fenômeno da fome, destaca-se a contribuição de Josué de Castro, um dos maiores expoentes da literatura brasileira e mundial. Ele dedicou parte de sua vida a entender a realidade da fome e a desigualdade. Em sua obra *Geografia da Fome*, Castro (1984) afirma

que “a fome é um problema de força social” e identifica a renda como um fator condicionante. O autor enfatiza que, por muito tempo, a pobreza foi negligenciada pelas autoridades e pela sociedade, sendo tratada como um tabu, algo “proibido” de ser discutido. Segundo ele, a questão da fome só ganhou visibilidade após regime militar. Em uma de suas frases mais conhecidas, afirmou: “o mal do povo brasileiro não é de raça, mas de fome” (JOSUÉ *apud* SCHAPPO, 2014, p.312).

O Banco Mundial, em levantamento realizado em 2018, destacou que a renda, além de ser um indicador de pobreza, é também um fator diferenciador ao comparar os níveis de pobreza e extrema pobreza. Neri (2022) esclarece que a proporção de pessoas pobres em 2020 era de 7,6%, aumentando para 10,8% em 2021, com renda média de R\$210,00. O autor observa que o novo mapa da pobreza, comparado à linha de extrema pobreza no período do Auxílio Brasil, com o valor de R\$105,00, revela que o crescimento da pobreza subiu de 4,2% para 5,9%, equivalendo a 17 milhões de indivíduos vivendo em extrema pobreza.

No terceiro capítulo, analisaremos o avanço do desmatamento no bioma amazônico, uma realidade alarmante que coloca o Brasil entre os países que mais destroem florestas, perdendo apenas para a Indonésia. Em 2020, o desmatamento na Amazônia atingiu 8.058 km², um aumento de 30% em relação a 2019, quando foram degradados de 6.200 km² de floresta. A expansão do plantio de soja e milho, considerados os principais produtos de exportação para a Europa e a China, as maiores importadoras de grãos do agronegócio brasileiro, é um dos principais vetores desse avanço sobre a floresta.

Pesquisas apontam que grandes empresas do agronegócio, como Cargill e Bunge, comercializam produtos cultivados em áreas desmatadas ilegalmente. O estudo revela que, o Cerrado e a Amazônia são os biomas mais afetados pelo desmatamento, com centenas de fazendas fornecendo gado para frigoríficos brasileiros, como JBS e Bertin, que recebem rebanhos bovinos provenientes de áreas desmatadas, incluindo terras indígenas.

O comércio bovino no Brasil movimentou, em 2008, cerca de US\$ 6,9 bilhões - aproximadamente R\$ 14,2 bilhões - sendo 25% desse valor oriundo da

exportação de couro. O Brasil e a China são os países que lideram o ranking mundial de exportadores de couro curtido. A Bertin, uma das maiores empresas do setor, é a principal fornecedora para a China, no entanto, cerca de 60% do couro bovino exportado para o continente asiático está vinculado à “farra do boi” da JBS, maior processadora de carne do mundo.

O estudo apresentado por Shand (2022) ressalta que o bioma amazônico é o mais atingido pelos incêndios. Municípios localizados na chamada “Rota do Fogo”, como Apuí e Lábrea, sofrem uma forte expansão da agropecuária e ocupam respectivamente o 5º e 6º lugar no ranking dos municípios com mais queimadas em 2024. Outros municípios, como Altamira (PA) em 2º lugar, Corumbá (MS) em 3º, e São Félix do Xingu (PA), que lidera com mais de 7 mil queimadas registradas até setembro de 2024, estão entre os mais afetados.

Segundo as associações Yanomami e Ye'kwana, as terras indígenas situadas na “Rota do Fogo”, abrigam um complexo de unidades de preservação ambiental, incluindo territórios indígenas, quilombolas e assentamento. O Pará responde por 42% da área desmatada no estado do Amazonas, cujo avanço do garimpo e a falta de assistência aos povos originários, resultaram no documentário *Yanomami sob ataque*, produzido por líderes indígenas, retratando o impacto do garimpo ilegal nas terras Yanomami. Essa prática reflete o desmatamento associado ao projeto de crescimento econômico para a região Norte.

A situação dos povos indígenas, especialmente os Yanomami, é agravada pelas invasões do garimpo ilegal, que comprometem sua subsistência, baseada na caça, pesca, plantio e mobilidade no território. Nos últimos anos, esses povos e outras etnias enfrentam ataques e um processo violento de extinção. Entre 2019 e 2020, indígenas Yanomami foram encontrados em situação de fome extrema, famélicos e subnutridos. Durante a pandemia, quase 100 crianças morreram em terras Yanomami por falta de assistência médica e social. A flexibilização das ações estatais durante o governo Bolsonaro agravou a situação, com intervenções tardias retomadas apenas em maio de 2022.

No contexto da desigualdade social e da miséria que afeta grupos sociais e regiões historicamente marcadas pela fome, o colapso climático prejudica ainda mais a produção das pequenas e médias lavouras, agravando a insegurança alimentar. Em 1940, o presidente Getúlio Vargas apresentou a biodiversidade amazônica como uma fonte de recursos naturais, descrevendo a região como um “espaço vazio e inabitável” (VARGAS *apud* MARQUES:2019. p.87). Assim, a cobiça dos estrangeiros, associada ao “inimigo do progresso”, e o “espaço vazio inabitável” fazem com que os povos originários sejam reconhecidos como não gente, nem civilizados. O projeto de modernização da região Norte é visto como inevitável, e, portanto, nada impedirá a continuidade do desmatamento da floresta amazônica.

Marques (2019) esclarece que o capitalismo restringiu a natureza à extração de matéria-prima, transformando-a em mercadoria e promovendo a acumulação de capital. Esse modelo contribuiu para a redução da floresta, comprometendo sua capacidade de recomposição e intensificando o aquecimento global.

No centro da questão ambiental, Chomsky (2020) e Pólen (2020) discutem os efeitos do aquecimento global e a emergência climática, ressaltando que as atividades humanas são responsáveis pelos impactos ambientais. Segundo eles, a alteração da natureza pelas ações humanas levou ao surgimento de um novo estrato geológico, demandando medidas urgentes para enfrentar a crise climática. Em 2020, a combinação de fatores como crises econômicas, pandemia, guerras, deslocamentos forçados e a crise climática resultou em mais de 48 milhões de pessoas vivendo em insegurança alimentar.

O Agronegócio

Este produto é tóxico
Infesta a plantação
Aquece o agronegócio
Produzindo de montão
Milho, soja e feijão
Uva e melão

Mas eu dou razão
Ninguém produz mais orgânico
Cheia de destruição
É química de alimento
De tanta transformação

Criança cresce no fermento
Dos produtos naturais
Da agricultura orgânica
Sobrando a orgânica
Do pouco que restou
Aquilo do que um dia
Meu pai plantou

Hoje os tempos são outros
O agronegócio por aqui dominou
Empregando muita gente
Tirando direitos de outros
Que pensam diferente

Na agricultura familiar
Levando o país pra frente
E alimento ao seu lar
Não sou indiferente
Mais esse agrotóxico
Continua matando gente

...

(Trecho do Cordel; autor Moisés Aboiador)¹

¹ Moises Pereira Sanguinette(Moisés Aboiador), nascido em 25/12/1988, filho de Moisés Pereira Sanguinette e Leandra Alves Pereira (ambos em memória). Poeta, educador, escritor, repentista e historiador do cangaço Brasileiro. A literatura do cordel é uma das manifestações poéticas e culturais mais populares do Brasil. <https://www.recantodasletras.com.br/autor.php?id=231207>.

CAPÍTULO I

AGRONEGÓCIO E CAPITAL FINANCEIRO

1.1. A nova fase do capitalismo financeiro

Mapeamentos recentes de empresas gestoras de ativos ao redor do mundo apontam que 31 corporações ² do setor alimentar lideram a maioria das ações e investimentos, e que essas empresas analisadas, estão sob o controle acionário dos gigantes do mercado capital financeiro³. Encontram-se no topo empresas corporativas como Black Rock, Vanguard Group e States Street Global Advisors, mantendo, juntas, a maior fatia do bolo entre investimentos e ações empresariais.

Fichtner (2017), em sua obra *Negócio e Políticas*, alerta para o crescimento da reconcentração da propriedade corporativa, bem como para o poder oculto de megaempresas sobre ativos de fundos de índice passivos e os novos riscos financeiros.

Nessa direção, o documento destaca que, entre os anos de 2008 e 2015, investidores venderam participações em fundos mútuos de ações gerenciados ativamente no valor de aproximadamente US\$ 800 bilhões, ao mesmo tempo que compraram fundos no valor de aproximadamente US\$ 1 trilhão, sem precedentes no que tange o comportamento dos novos investimentos.

²Capital financeiro pode ser entendido como o capital representado por títulos, obrigações, certificados e outros papéis negociáveis rapidamente conversíveis em dinheiro. No livro “A Evolução do Capitalismo Moderno” (1894), escrita por John Hobson, um dos primeiros teóricos a pensar sobre o capital financeiro. Segundo o autor, as mudanças no capitalismo na segunda metade do século XIX. Para ele, o capitalismo, que antes era pautado na livre concorrência, estava se tornando cada vez monopolizado. As empresas estavam ficando cada vez maiores, fazendo com que necessitassem cada vez mais de financiamento, por parte dos bancos, para continuarem seus investimentos e se tornarem mais competitivas.

³O capitalismo financeiro é a terceira etapa do capitalismo que surgiu no século XX, caracterizado pela financeirização da economia e pela integração e atuação dos bancos e das grandes corporações entre a atividade do mercado financeiro e as grandes empresas. Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo financeiro expandiu-se, investimentos na comunicação e o surgimento das transnacionais desenvolveram-se na fase monopolista proporcionando fusões e formação de conglomerados, além da organização em trustes e cartéis.

Todavia, o autor destaca que essa nova fase do "capitalismo financeiro", com particularidades e características próprias, mostra-se, de fato, como sendo historicamente único e, portanto, um novo paradigma das relações capitalistas, no qual "fazer dinheiro sem sair de casa" permite que acionistas invistam em empresas que apresentam altos desempenhos no mercado de compra e venda de ativos (2017). Conforme o autor:

Em 2008, Gerald Davis apontou para a situação historicamente única nos Estados Unidos que surgiu quando um pequeno número de fundos mútuos ativos, como a Fidelity, se tornou grande acionista em um número surpreendentemente alto de empresas. Essa situação era uma reminiscência do sistema capital financeiro do início do século XX, quando os negócios estavam sob o controle de magnatas como J.P. Morgan e J.D. Rockefeller. Mas, ao contrário dessa fase anterior do desenvolvimento do capitalismo, e apesar de seu grande poder potencial, os grandes fundos mútuos do início do século XXI gerenciados ativamente evitaram a participação ativa na governança corporativa. Os grandes fundos ativos preferiram "sair" em vez de exercer influência direta sobre a governança corporativa. Davis cunhou esse sistema de propriedade concentrada sem controle como o "novo capital financeiro"(DAVID, 2008 *apud* FISCHTNER,2017, p.321).

Deste modo, os grandes fundos decidiram "sair", ou seja, preferiram não exercer nenhum tipo de influência sobre a governança corporativa. Essa estratégia criou muito mais liberdade para os investidores decidirem onde e como ampliar sua propriedade.

Nessa esteira, Fichtner (2017) esclarece que os fundos passivos e ativos buscam reinvestir em ativos. Porém, os fundos passivos procuram um custo muito mais baixo em comparação aos mútuos ativos. De uma forma geral, os mútuos ativos podem apresentar investimentos muito mais ativos, com menor oscilação no mercado, bem como uma rápida rentabilidade.

Após a crise de 2008, muitos investidores privados e institucionais decidiram não correr mais riscos e transferiram grande parte de seu capital de fundos mútuos (ativos) para fundos de índice baratos e fundos negociados em bolsa (ETFs). Ainda que as cotas dos ETFs⁴ não sejam ações, elas são

⁴ ETF Exchange Trade Fund (tradução literal, fundo negociado em bolsa, é uma alternativa para os investidores, principalmente para os que estão começando no mundo dos investimentos, possui como objetivo reunir diversos investidores e assim somar capital de todos esses investidores e realizar aplicações em diversos ativos, esses fundos podem ser realizados também em grupo de ativos, sem necessariamente adquirir ativos individualmente.

negociadas na bolsa como se fossem sendo uma espécie de “alquimia”⁵ cujo efeito no mercado financeiro eleva o nível de confiabilidade e rentabilidade dos investidores.

Dessa maneira, a ascensão dos fundos passivos aumentou em relação aos fundos ativos. Gestores de fundos têm se esforçado para comprar ações com boa atuação no mercado. Entretanto, ao fazer isso, arriscam aumentar custos e despesas. Nesse contexto, o autor destaca que

Essa preocupação já levou alguns a argumentar que, como os fundos passivos tiram os gestores de fundos ativos do papel de alocar capital, o resultado é o “socialismo furtivo”. Um dos reguladores mais francos sobre este tópico é Andrew Haldane do Banco da Inglaterra. Em um discurso em 2014, ele argumentou que potencialmente entramos na “era da gestão de ativos” devido ao enorme crescimento dos ativos sob gestão nas últimas décadas. Ele vê indícios de que o investimento passivo poderia aumentar o rebanho de investidores e, assim, levar a movimentos mais correlacionados dos mercados. Dessa forma, os fundos de índice passivos poderiam intensificar a prociclicidade dos mercados financeiros” (FICHTNER, 2017, p.321).

Considerando os efeitos anticompetitivos do aumento da gestão de ativos passivos, consequências negativas para o crescimento econômico podem ocorrer, bem como um abismo social em escala global. Sendo assim, a situação é de alerta, uma vez que o crescimento contínuo de ETFs (Exchange Traded Fund) e outros fundos de índice passivos podem, não só, aumentar o número de investidores, mas também gerar sucessivas crises e agravar a instabilidade financeira.

Ainda nessa esteira, gestoras de investimentos entenderam a "dança" do capital, e uma onda de aquisições e fusões foram desenvolvendo-se nos mais diversos ramos de atividade, objetivando encontrar empresas com maiores desempenhos e, sobretudo, o controle de ativos superiores, muitos até mesmo comparáveis às economias de grandes países.

⁵ A palavra alquimia vem do latim *alkimia*, que vem do árabe *al-kimiya*, significando "a química". Este último tem origem no grego antigo *khemeía*, que significa "fusão de líquidos". O sentido semântico da palavra alquimia foi no texto utilizado para identificar uma mudança, mutação ou transformação no capitalismo .

No ano de 2022, a OMS declarou oficialmente o fim da Emergência em Saúde Internacional. Nesse mesmo período, os três maiores gigantes do mercado financeiro dos ETFs controlavam US\$ 19,7 trilhões em ativos, valor comparado ao PIB (Produto Interno Bruto) de grandes economias. Atualmente, o Brasil está na 9ª posição no ranking das maiores economias do mundo em 2024, com um PIB de US\$ 1,01 trilhão.

Nesta perspectiva, a crescente demanda por fundos passivos aumentou a concentração da propriedade corporativa nas mãos das três grandes gigantes do mercado financeiro. Contudo, é importante salientar que grandes fundos ativos preferiram "sair" a ter que participar de investimentos com influência direta sobre a governança corporativa, o que passou a ser uma questão central e contestada como estratégia de investimentos.

Entretanto, vale esclarecer que, uma vez que os investidores de fundos de passivos não possam mais interferir no desempenho da governança da empresa, esse objetivo aplica-se ao desempenho de grupo de empresas. O autor esclarece:

Crucialmente, esse setor grande e crescente é dominado por apenas três empresas de gestão de ativos: Black Rock, Vanguard e State Street. Nos últimos anos, eles adquiriram participações significativas em milhares de empresas de capital aberto, tanto nos Estados Unidos quanto internacionalmente. [...] Em 2008, Gerald Davis apontou para a situação historicamente única nos Estados Unidos que surgiu quando um pequeno número de fundos mútuos ativos, como a Fidelity, se tornou grande acionista em um número surpreendentemente alto de empresas (FICHTNER, 2017,p.299).

Nesse sentido, Peres (2024) esclarece que mercado e direitos corporativos são formas seguras usadas pelo administrador quando opera uma empresa, visando garantir os interesses dos acionistas, e que, portanto, uma crescente participação poderia desencadear negócios sem competitividades entre si.

Nessa ótica, Elhauge (2017) apresenta um estudo sobre os efeitos anticompetitivos das participações horizontais nas empresas com menor rigor competitivo. Para o autor, a partir de 2015, o problema crescente da participação

horizontal piorou ainda mais, o qual acrescenta, nas últimas décadas, um nível de participação institucional que alcançou um ponto de inflexão, de modo que a probabilidade de duas empresas concorrentes possuírem um acionista comum, detendo pelo menos 5% de participação em cada uma, aumentou de 16% em 1999, para 90%, no final de 2014.

1.1.1. Participação horizontal e efeitos anticoncorrenciais

É importante frisar que, as transformações na sociedade capitalista no final do século passado acompanharam a trajetória do mercado internacional. Diante deste acontecimento, a liberalização financeira reconquistou seu lugar no cenário econômico mundial, uma vez que os Investimentos Diretos Externos (IDE) aumentaram o processo de expansão do capital, no qual Chesnais (1996) destaca que os IED, marcados pelas aquisições e fusões ao longo da década de 80, sinalizaram um período de transformação significativa no capital financeiro.

Nessa perspectiva histórica, evidencia-se que o ano de 1970 foi marcado por profundas mudanças no capitalismo, com o fim do sistema Bretton Woods, o neoliberalismo não apenas ampliou, mas também aprofundou as bases das relações de produção do grande capital, assim como o seu processo de expansão e dominação de todo o tecido social.

No entanto, com a propriedade comum, a concorrência pode tornar-se ilusória. Para Elhauge, (2017), há evidências, que crescentes participações horizontais em mercados concentrados promovem práticas anticompetitivas, as quais passam despercebidas pelos reguladores antitrustes. Contudo, dados indicam que legisladores e reguladores antitruste não desenvolveram as ferramentas necessárias para suprimir o poder dos oligopólios do século XXI, incluindo o poder opaco de atores financeiros e empresas de gestão de ativos, e que sem informação, não há regulamentação.

Nessa direção, constata-se que, o crescimento dos investidores acionistas torna-se trivialmente pequeno e que a tomada de decisão envolve diversos fatores, dentre os quais o aumento dos preços de produtos é quase sempre determinado pelos grandes acionistas, sendo esses investidores, os que em têm maior poder de influência sobre as decisões da empresa ou do grupo.

Por esse ângulo, as empresas de capital aberto no agronegócio (agrícola e alimentício) lideram corporações que controlam os principais setores agroalimentares do planeta. Atores envolvidos nos principais ramos de alimentação dominam o mercado financeiro através do alto poder de concentração de capitais nas bolsas de valores.

Assim, Shand (2022) evidencia que a nova propriedade patrimonial comum nas últimas décadas vem aumentando a concentração de capitais em empresas oligopolistas, colocando-as em uma posição privilegiada no capitalismo financeiro globalizado.

Em conformidade com Peres (2024) o problema é ainda mais alarmante, já que sementes, agroquímicos, genética pecuária e fertilizantes sintéticos são propriedades comuns. Essa modalidade de investimentos pode representar um alerta que mina a concorrência, levando à eliminação de rivais e o aumento do processo de horizontalidade do poder corporativo.

Nessa perspectiva, com um mercado oligopolizado pelas gigantes do agronegócio, a concentração de capital coloca a questão alimentar no cerne da questão social. Isso porque a falta de concorrência no mercado acende o sinal vermelho para uma crescente crise alimentar, pois os efeitos da concorrência não estão estritamente localizados na participação horizontal, mas na confiabilidade do mercado.

Elhauge (2017) esclarece que os investimentos corporativos, em certos momentos, apresentam-se relativamente baixos mesmo com altos lucros e estímulos econômicos, fiscais e monetários. Contudo, revelou que o poder de mercado anticompetitivo aumenta os lucros à medida que reduz a produção, o que faz entender o crescente poder desta estratégia. (KRUGMAN *apud* ELHAUGE, 2017, p.9).

Nesse contexto, a combinação de níveis crescentes de propriedade institucional para fundos de índice atingiu um ponto de inflexão para a participação acionista horizontal a partir de 1999. A probabilidade de duas empresas concorrentes terem um grande acionista comum aumentou de 16%, em 1999, para 90%, até o final de 2014. Esse aumento acentuado coincide com a crescente divergência entre os lucros corporativos e investimentos.

Conforme Peres (2004) e Elhauge (2017) estudos apontam uma estreita relação entre diretores de corporações e megacorporações que atuam na

mesma área de interesse. Essa interconectividade torna-se um "lugar-comum" entre gestores e empresas, cujo interesse "comum" é pressionar os diretores das empresas das quais são investidores, convergir interesses "particulares" para decisões em quase 100%.

De acordo com Elhauge (2017), os defensores da lei antitruste mantêm a visão de que a propriedade comum de acionistas que investem em ações de empresas oligopolistas, como Vanguard⁶ Black Rock ⁷e State Street⁸, diminui consideravelmente a concorrência. Nesses casos, uma intervenção anticompetitiva é muito utilizada para garantir que a concorrência não se torne um empecilho à maximização dos lucros.

De acordo com Fichtner (2017), as "Três Grandes" - Black Rock, Vanguard e State Street - utilizam estratégias de votação coordenada, seguindo uma linha centralizada de governança corporativa. Peres (2024) salienta que a posição de propriedade delas é de liderança no ranking, detendo entre 3% a 5% de participação das principais empresas globais.

Vale destacar que, essas participações estão localizadas em vários países, no entanto a maioria está concentrada nos Estados Unidos. A Black Rock, por exemplo possui cerca de duas mil participações, com 5% nos EUA, uma vez que os valores são bem expressivos, considerando que existem apenas cerca de 3.900 empresas americanas listadas publicamente.

Nesta perspectiva, alguns acionistas controlam grande parte dos seus principais "rivais" que possuem capital ativo em mais de uma empresa. Assim, muitos investidores preferem maximizar os lucros das empresas em que são

⁶ Em 2020, a Vanguard, com mais de US \$ 6,2 trilhões em ativos, ficou atrás da Black Rock, com US \$ 6,47 trilhões. A Vanguard é a maior emissora de fundos mútuos do mundo e a segunda maior emissora de fundos negociados em bolsa (ETFs), líder na área de oferta de fundos mútuos amestradores de forma passiva, possui 190 fundos americanos.

⁷ Em 2023, a Black Rock, a maior gestora de ativos do mundo, administra cerca de US\$ 9,4 trilhões de recursos pertencentes a pessoas físicas e a bancos centrais, passando por grandes corporações mundiais. A gigante dos investimentos também detém participações em big techs como Google, Apple, Meta, Amazon, além de potências farmacêuticas, empresas de commodities e de serviços financeiros.

⁸ A State Street ocupa a 15.^a posição na lista dos maiores bancos dos Estados Unidos em ativos. É uma das maiores empresas de gestão de ativos do mundo, com 2,511 trilhões de dólares sob administração e 31,62 trilhões de dólares sob custódia e administração.

acionistas, em vez de possuir sua própria empresa. Dessa forma, a lei antitruste foi criada para lidar com danos anticompetitivos da propriedade comum, bem como orientar investidores que possuem participações em empresas “concorrentes” a sempre perceber desvantagens concomitantes.

Em concordância com Filho (2020), o sistema tributário no Brasil é frágil e incipiente, uma vez que processo histórico da formação da sociedade brasileira, sob o signo da colonização europeia, historicamente, enraizado na sociedade brasileira permanece até hoje, cobiçado pelo grande capital, onde os desejos e satisfações são amplamente realizados.

Considerando que, a economia brasileira nos anos 90 buscava novas técnicas para o sistema jurídico, mas cristalizado no modo arcaico de realizar justiça, sendo assim, a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, mais conhecida como Lei Antitruste⁹, foi fomentada afim de amortizar os efeitos anticonceptivos dos cartéis e trustes.

Nesta perspectiva, Filho (2020) esclarece que os recursos e estratégias utilizados a partir da década de 90 não se mostraram eficazes para uma conjuntura global, os quais cresciam o poder concentrado dos oligopólios ao redor do mundo, assim como a expansão do capital financeiro, tal como planejado pelos seus gestores.

É notório, que países emergentes são alvos da especulação capitalista, sendo assim, um fato real, datado de 27 de agosto, aponta que "a acumulação nos centros periféricos sustenta e é sustentada pelas relações de dependência". Nesse sentido, por uma via de mão dupla, o interesse do capital sempre esteve em busca de locais ou regiões com baixa proteção social e tributária, permitindo assim a sua penetração em cada parte do globo que ainda não submetida ao seu domínio.

⁹ No Brasil, a Lei 12.529/11, conhecida como nova Lei Antitruste, é o principal dispositivo para controle e combate à formação de trustes no mercado concorrencial. No entanto, de modo simples, podemos dizer que trustes são estruturas econômicas em que empresas – que já detêm a maior parte de um determinado mercado – se juntam ou se fundem para controlar seu ramo de atuação.

1.1.2 Os novos gigantes do agronegócio e o novo poder corporativo

Um estudo apresentado em 2022, pelo Grupo ETC¹⁰ revela que, na fase atual do capitalismo financeiro, a concentração das megacorporações do agronegócio industrial controla onze segmentos dos setores agroalimentares; bem como, lideram a cadeia alimentar do mundo. Para eles, o capital ativo dos novos “Barões da Alimentação” atua como “inimigos do direito à alimentação”, visto que para esses gigantes do agronegócio industrial, a crescente especulação de terras atende aos colossais mercados domésticos e internacionais.

Em julho de 2008, na primeira década do novo milênio, uma primeira explosão dos preços dos alimentos básicos no mercado mundial sinalizou o poder das grandes corporações no setor alimentar. O aumento dos preços dos alimentos seguiu uma escala global, colocando mais de 37 países, contabilizados pela FAO, ao redor do mundo, mergulhados na fome.

Ziegler (2013), em sua obra *Destruição em massa: Geopolítica da Fome*, relata que, em 2011, a FAO¹¹ alertou sobre a triplicação do número de países em situação de fome, ou sem acesso adequado à alimentação, contabilizando 87 países no umbral da fome. No entanto, no mesmo ano, a FAO informou que apenas 2% dos contratos de alimentos seriam efetivamente concluídos com a entrega de mercadorias, enquanto 98% foram revendidos pelos especuladores antes da data prevista nos contratos. O autor contextualiza da seguinte forma:

Os fundos especulativos mergulharam nos mercados agrícolas, provocando uma ampliação da volatilidade. [...] As matérias-primas agrícolas se banalizam como objeto de mercado. A partir de 2004, os fundos especulativos começaram a se interessar por esse setor, que se considerava subestimado, o que explica

¹⁰ “O Grupo ETC é um pequeno coletivo internacional de pesquisa cujo compromisso é com a justiça social, ambiental, direitos humanos e a defesa de sistemas agroalimentares justos e ecológicos que envolve todo tecido social e com a vida. “O estudo divulgado em 2022, intitulado Barões do agronegócio, tem como objetivo: entender e desafiar os sistemas tecnointermediários controlados por empresas bem como expor os perigos da manipulação tecnológica da vida, especialmente em relação à justiça climática e à segurança alimentar. (SHAND et. al,2022)

¹¹ A FAO (Organização das Nações Unidas para alimentação e Agricultura, fundada em outubro de 1945. A FAO recebe contribuições dos países-membros e de modo particular de países ricos. A agência lidera esforços para erradicação da Fome e da pobreza (ZIGLER, 2002).

o desenvolvimento dos mercados do futuro. Em Paris, a quantidade de contratos sobre o trigo passou, entre 2005 e 2007, de 210 .000 a 970.000. (CLAVREUL,2008 *apud* ZIEGLER, 2013.p, 285).

Nessa perspectiva o autor expõe que:

Após a crise alimentar de 2008, muitos países ricos em capital, mas pobre em terras, como os países do Golfo ou alguns com grande densidade demográfica _ como a China e a Índia _, começaram a comprar ou arrendar terras em grande escala em outros países para abastecer de alimentos (cereais ou carne). O objetivo é uma menor dependência em face das flutuações dos mercados e responder à crescente demanda interna. No alvorecer de uma nova crise alimentar, em 2011, paralelo ao crescimento das aquisições fundiárias com fins especulativos, a terra tornou-se um valor seguro, um valor-refúgio, frequentemente mais rentável que o ouro. (ZIEGLER ,2013,p.301).

Vale destacar que, durante várias décadas, a indústria alimentar foi dominada pelos mercados norte-americano e europeu, que abasteciam os seus próprios mercados. Contudo, no final da década de 70, o setor passou por transformações e investimentos tecnológicos no ramo alimentar.

Nesse panorama, empresas corporativas do Sul Global, como as da China, do Brasil e da Índia, têm redesenhado o cenário do agronegócio. Embora adotem o modelo extrativista de seus pares norte-americanos e europeus, a China, por exemplo, assume uma posição inédita na história do capitalismo agroindustrial, atendendo simultaneamente aos colossais mercados domésticos e globais (SHAND et al., 2022).

À luz dessa situação, a especulação financeira representa dois momentos distintos, mas determinantes na prática desenvolvida pelos barões da alimentação. Primeiramente, ao elevar o preço dos alimentos, a especulação contradiz ao seu próprio fundamento, que é alimentar pessoas. Em um segundo momento, ao alimentar pessoas, o valor agregado ao produto inflacionado realiza seu objetivo principal, que é, a obtenção do lucro. Dessa forma, cabe considerar que a especulação não é a causa da crise, mas sim uma consequência, e, portanto, um fio condutor da crise alimentar.

Segundo Ziegler (2013), os "inimigos do direito à alimentação", representados pelos os oligopólios, lançam toda a sua força para impor preços

aos alimentos. Esses agentes atuam em benefício próprio ao eliminar os seus rivais e dominar o mercado local. Assim, durante muito tempo o dumping¹² e a verticalização¹³ foram práticas amplamente utilizadas para destruir a produção local dos concorrentes, permitindo que vendessem “livremente” suas mercadorias com redução de preço.

Nesse contexto, os oligopólios, hoje denominados “gigantes do agronegócio”, dominam o ramo alimentar. Tais organizações possuem uma concentração de capital ativo com mais ou igual a 40% e já podem ser consideradas organizações oligopolistas¹⁴.

Essas megaempresas controlam não apenas os preços do comércio mundial de alimentos, mas também toda a cadeia alimentar, incluindo transformação, comercialização, sementes, estocagem, insumos e transportes. (SHAND et al., 2022).

Considerando que muitos setores da cadeia alimentar, após décadas de consolidação no ramo da indústria alimentícia, têm sido controlados por grandes empresas ou corporações com fundos financeiros superiores aos de muitos países onde operam, observa-se que a agroindústria ocupa uma posição privilegiada.

Nesse direcionamento, após décadas de expansão no mercado mundial, vários setores da cadeia alimentar industrial passaram a ser dominados por um número cada vez menor de empresas e investidores. Essas corporações adotam estratégias de participação “horizontal”, adquirindo ativos em diversas empresas que, aparentemente, se apresentam como concorrentes ou “rivais”.

¹² Acontece quando uma empresa tem a possibilidade de cobrar pelo seu produto no exterior, um valor extremamente reduzido ao que cobra no seu país de origem. Com essa prática, outras empresas do país não conseguem reduzir os preços ao mesmo nível, principalmente por causa de custos fixos, o que pode levá-las à falência.

¹³ Essa estratégia é considerada por muitos autores como uma tática da organização empresarial que “faz tudo sozinha”. Neste tipo de gestão, toda a produção estará sob a inteira responsabilidade da própria empresa. Era o que acontecia com as organizações no início do século XX. Na verticalização não há presença de empresas parceiras para somar na produção geral de uma determinada organização.

¹⁴ A noção de oligopólios mundiais aqui empregada considera a formação de um “espaço de rivalidade” delimitado pelas relações de dependência mútua e de interdependência entre companhias ou grupos que chegam a conservar a posição de concorrente no plano mundial. Porém, não reagem mais às forças provenientes do mercado dentro das relações do mercado (PICKERING, 1974 *apud* CHESNAIS 1996).

Contudo, os gigantes da agroindústria estão interconectados por complexa teia que abrange toda cadeia alimentar. Assim, esse novo poder corporativo controla desde a produção da matéria-prima até a distribuição final.

Além disso, as grandes corporações utilizam ativos financeiros, por exemplo títulos públicos ou privados, ações, moedas, como estratégias para aumentar sua influência perante o mundo. À medida que essas empresas expandem seu portfólio, tornam-se mais poderosas, mas, em contrapartida, também menos transparentes.

Ainda assim, empresas privadas ou aquelas que atuam dentro delas, passam despercebidos pelas regulamentações mais rigorosas, desta forma os “Barões da Comida” escapam da obrigatoriedade de divulgar informações sobre suas finanças. Nesse contexto:

À medida que a concentração corporativa aumenta, as empresas se tornam mais cautelosas com suas informações. Em um mundo onde a "inteligência de mercado" é propriedade proprietária, está acessível apenas a quem pode pagar, está se tornando muito mais difícil para a sociedade civil, movimentos sociais e até mesmo alguns governos conhecerem o nível de controle do sistema alimentar exercido por um punhado de corporações multinacionais. O acesso a essas informações é fundamental para a democracia. Mesmo as empresas que estão no negócio de vender "inteligência corporativa" estão consolidando e construindo sites sobre pagamentos e outras atividades financeiras corporativas ou estatais restritas apenas àqueles que pagam pelas informações (SHAND et al., 2022).

Sob essa abordagem, os intitulados “barões da comida”, representantes da agricultura e dos alimentos industrializados, viram suas vendas e lucros aumentarem de forma meteórica. No ano em que o mundo foi assolado pela pandemia da Covid-19, quase um bilhão de pessoas enfrentaram o flagelo da fome.

Nessa esteira, todos elos da cadeia agroalimentar buscaram, em seus portfólios, estratégias baseadas na lógica do poder e da força, eliminando rivais e abusando dos preços tanto no mercado interno quanto no externo. Sendo assim, grandes e megacorporações elevaram os preços no mercado a níveis sem precedentes, mesmo com uma crescente concentração de negócios, a insegurança alimentar e a fome global continuam a aumentar. (SHAND et al., 2022).

Filho, seu artigo *A luta contra monopólios e cartéis: fracassos e perspectivas*, publicado em 9 de novembro de 2020, expõe que a Lei Antitruste é deficitária em sua aplicação, mostrando-se insuficiente para reduzir os preços dos alimentos e os impactos assimétricos da crise global, enquanto isso, os "barões da comida" registram lucros recordes.

Neste contexto, as dez maiores empresas de commodities agrícolas respondem por, pelo menos, 40% do mercado global, que atingiu cerca de 1,33 trilhões de dólares em 2019. Os Produtores de commodities agrícolas estão envolvidos em praticamente todas as fases da produção, e muitas dessas imensas corporações controlam o comércio mundial de matérias-primas. Por estarem entre as mais poderosas do mundo, essas corporações operam com baixa transparência, especialmente em relação ao seu ao capital financeiro (SHAND et al., 2022).

Em 11 de dezembro de 2023, o jornalista Lucas Estanislau aponta que, "o agronegócio aprofunda a dependência e o endividamento do Sul Global". Nessa ótica, essa dependência interfere diretamente na produção de comida, e que apenas 30% é produzido como comida de verdade, o que para o autor causa um desabastecimento alimentar. Assim, o alimento básico não chega à mesa da população mais carente, contrapartida 70% das terras cultiváveis são voltadas para a produção de biomassa e outras fontes de energia. Morgan Ody, coordenadora da Via Campesina, afirmou que:

O agronegócio aprofunda a situação de dependência externa de muitos países para com grandes corporações do ramo de produção de alimento, mas também dos grandes bancos e entidades financeiras. [...] essas empresas querem roubar a terra, as águas, os recursos energéticos do mundo; querem privatizar a vida para acumular mais (ESTANISLAU, 2023).

1.2. Agronegócio e pobreza

As novas tecnologias no capitalismo industrial se destacaram no termo "modernização", o qual tem sido utilizado por alguns autores para indicar as tentativas de incorporar inovações tecnológicas na estrutura social brasileira.

Dessa forma, a modernização e o desenvolvimento econômico regional, local, urbano e populacional, como também o adensamento das massas que

migram do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida, resulta no crescimento de uma massa de pessoas em situação de vulnerabilidade, gerando maior carência em áreas urbanas.

De acordo com Pinto (2008), nos primeiros anos do governo republicano, eram precárias as condições de vida de uma grande parcela da população, que se condensava nos morros e nas áreas insalubres, frequentemente descrita como “gente ralé, sem eira e nem beira” que crescia continuamente. Entre elas, destacavam-se italianos, alemães, árabes, portugueses, trabalhadores do campo, pobres desprovidos de qualquer atividade econômica, essa situação era uma consequência do adensamento populacional que já apontava os primeiros sinais de esgotamento da força de trabalho no campo.

Para Delgado (2012) a partir de 1930, mudanças do eixo econômico do agrário para o urbano, trouxeram transformações na configuração do espaço e na estrutura social do país. O sistema agrário tradicional permaneceu vigente até a década de 50, caracterizando-se por uma atividade praticamente exclusiva voltada para o mercado de exportação. Nesse sentido:

O crescimento industrial no período da República Velha se baseia no crescimento da rentabilidade do capital cafeeiro, quando a opção em investir na indústria requeria apenas que ela gerasse uma taxa de rentabilidade positiva [...] nesse quadro, o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiando o café), quanto em segmento urbano (atividades comerciais, serviços financeiros, transportes). Tal fato mostra como o início do crescimento industrial no Brasil possui como matriz o capital agrário – tradicional (...) a relação dialética entre a agricultura e o setor industrial emergente se expressa na funcionalidade da agricultura para o crescimento industrial, via fornecimento da força de trabalho e de alimentos, através da manutenção do padrão “primitivo” de acumulação na agricultura” baseado numa relação de exploração da força de trabalho (OLIVIERA,2003,p.60 *apud* SOUZA FILHO,2011,p.99).

Nesse aspecto, o avanço da industrialização nos centros periféricos se intensifica, alcançando novos patamares e (re)definindo o papel do Estado. Entretanto, esse processo também contribui para o aumento da força de trabalho desocupada e excedente, assim como para o crescimento do desemprego, a

redução de renda familiar, bem como o agravamento da pobreza e da miséria entre a população camponesa.

O autor, contudo, salienta que constituiria um reducionismo completo tratar dos complexos agroindustriais e do processo de mudança na base técnica de produção rural, como se esses refletissem a totalidade do setor rural brasileiro.

Dessa forma Delgado (2011) e Barros (2008) sinalizam que a reprodução ampliada do Estado ocorre de forma desigual, evidenciando a estreita relação do agronegócio com as linhas de apoio e créditos, uma vez que investimentos estão vinculados tanto ao setor privados quanto ao público.

Para Delgado, as grandes propriedades fundiárias, ao se vincularem a programas e projetos alinhados aos interesses internacionais, evidenciam que o agronegócio, com sua hegemonia, está voltado para o mercado de exportação, fazendo com que o setor agrícola brasileiro sofra consequências graves para aqueles que ainda produzem e ocupam solos improdutivos.

O autor segue contextualiza que:

Deixou-se em grande parte para trás a agricultura do nordeste, assim como a coleta e extração vegetal da Amazônia, que participaram desse processo de “modernização” cumprindo papéis distintos, ora como reservatórios contínuos de mão de obra migrante para o setor urbano (no caso do nordeste), ora como provedoras de novas zonas de apropriação capitalista das terras e da exploração de florestas nativas (Floresta Equatorial Amazônica e Cerrados). Em verdade, no bojo do processo de “modernização conservadora”, convivem uma agricultura tradicional não industrializada, o sistema agroindustrial a que nos referimos acima e o movimento de expansão horizontal da fronteira agrícola – tanto externa quanto interna (relativamente aos imóveis rurais cadastrados). Esse conjunto de agriculturas encontra articulação política nos aparatos do já mencionado gigante setor público agrícola, gestado desde os anos 1930, e sucessivamente ampliado ou restringido nas fases de relativa abundância ou escassez de recursos fiscais e financeiros.(DELGADO,2021,p.17-18).

A incorporação de novas tecnologias na monocultura de commodities transformou a base da produção agrária no denominado complexo agroindustrial, tornando-se um mercado altamente competitivo. Trata-se de um

processo profundamente contraditório, que estimula a concentração de terra nas mãos de poucas megaempresas transnacionais.

Os camponeses, não possuindo mais terra, contam com as possibilidades de vender sua força de trabalho para sobreviver. Contudo, o uso de tecnologias altamente poupadoras da força de trabalho, atualmente em curso com a 4ª Revolução Industrial, muitos encontram apenas o trabalho análogo à escravidão, como alternativa.[...] A presença maciça do capital financeiro internacional no campo, juntamente com o avanço da automatização das operações de plantio, irrigação e colheita, impõe novas formas de precarização das relações de trabalho e índices alarmantes de desemprego ” (LEITE, SAUER, 2012, p. 509 *apud* ALMEIDA & BARRETO, 2021,p.29)

Nesse sentido, a terra, enquanto mercadoria, passa a ser um negócio altamente lucrativo para vários setores fortes da economia. Como consequência, a propriedade da terra tornou-se um produto extremamente cobiçado tanto no mercado interno como no externo, o que o transformar cada vez mais competitivo e especulativo.

Nas últimas décadas, o agronegócio no Brasil tem exercido um forte impacto sobre a exportação de produtos primários, aumentando o processo de valorização das terras rurais e a apropriação dessas terras por capitais estrangeiros vinculados ao setor. Por outro lado, não houve um aprofundamento da reforma agrária, voltada para a produção de alimentos destinados a atender às necessidades da população. Nesse contexto

A expansão do agronegócio, nas últimas décadas, vai além da discussão de segurança alimentar e energética, uma vez que “parte desse processo tem sido marcado pela apropriação de riqueza pelo capital internacional” (LEITE, SAUER, 2012, p. 509 *apud* ALMEIDA & BARRETO, 2021,p.32).

A valorização das terras fundiárias, historicamente, acompanha um movimento claro no ciclo da renda da terra no Brasil. Esse deslocamento é fruto das diretrizes política e econômica adotadas pelo país, em conformidade com o cenário global, cujas mudanças estão vinculadas ao projeto de expansão da economia do agronegócio. Delgado explana que:

O Censo Agropecuário do IBGE de 2006 identifica, compondo uma categoria de “Áreas com Outras Ocupações do Território”,

uma imensa superfície territorial, provavelmente desregulada. Cerca de 308,5 milhões de hectares são assim definidos, ou seja, 36,2% do território nacional. Essa área, à margem dos conceitos de “estabelecimento rural” ou “imóvel rural”, respectivamente do IBGE e do Incra, exclui ainda as “Áreas de Conservação” e as “Áreas Indígenas”, sob controle legal do Ibama ou da Funai, e de outras áreas que o IBGE identifica (superfícies urbanas e zonas submersas). É aparentemente “terra devoluta pública”, sem qualquer controle público, potencialmente zona privilegiada à grilagem de terras. Isto já era conhecido por ocasião do “Plano Nacional de Reforma Agrária de 2003, para dimensões um pouco menores, mas agora virou informação oficial sobre o tamanho dessa grande lacuna da desregulamentação fundiária (DELGADO,2012,p.103).

Assim, evidencia-se a enorme lacuna gerada pela desregulamentação fundiária, marcada pela ilegalidade que contribuiu para a concentração de terras agrícolas no Brasil, como também, para uma legislação que não procura defender seus interesses como órgão legislador, assim como instabilidade do sistema jurídico, agrava problemas referentes a inconsistências em dados cadastrais e apropriação ilegal de terras.

Assim, cerca de 20 % do território brasileiro possui propriedades e títulos irregulares ou informais. Dessa forma, a concentração de terras no Brasil cresce à medida que se agrava a irregularidade fundiária e falta de dados cadastrais.

É nesse contexto que, segundo Leite e Sauer (2012), em 1997, havia aproximadamente 3,1 milhões de famílias sem-terra vivendo na miséria, além de mais de 3 milhões de pequenos estabelecimentos rurais que, apesar de possuírem a posse da terra, não contavam com recursos, investimentos e incentivos financeiros suficientes para produzissem pelo menos para sua própria subsistência. Nesse contexto:

[...] é considerável o montante de terras improdutivas no país, sendo que “mais de 14% das terras cadastradas no órgão responsável poderiam se constituir no estoque (oferta) para atender à demanda por terras provenientes de trabalhadores sem-terra” (LEITE,SAUER,2012 *apud* ALMEIDA & BARRETO, 2021,p.32)

Nessa perspectiva, observa-se, de um lado, uma disputa entre capital financeiro, que depende de investimentos crescentes em ativos fundiários, o que ameaça a segurança alimentas. Por outro lado, trabalhadores camponeses

que dependem do uso da terra para sua sobrevivência e de sua família. No tocante, nota-se que esses investimentos especulativos fundiários levam milhões de pessoas à situação de fome e subnutrição, devido a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários latifundiários.

Em consonância com isso, a articulação entre os setores público e privado na política agrária, assim como as estratégias privadas de acumulação de capital, constitui o que se denomina o novo pacto da economia política do agronegócio. Esse pacto tem como objetivo ampliar a extração de lucro e renda da terra através do estímulo ao crescimento da produção de commodities pelas megacorporações transnacionais, em detrimento da produção de alimentos para suprir as demandas da população brasileira.

Vi ontem um bicho
Na imundice do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,

Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão.
Não era um gato.
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

(o bicho, Manoel Bandeira apud Marques,2019.p.281-282)

CAPÍTULO 2 O CRESCIMENTO DA FOME NA ATUALIDADE

2.1. Raízes da fome

A fome parece ter existido, em algum momento, em todos os tipos de sociedades, porém, na moderna sociedade produtora de mercadorias, a fome adquiriu especificidades nunca antes observadas. Pela primeira vez, a ausência de alimento está intrinsecamente relacionada com a produção de riqueza da sociedade.

Sob essa perspectiva, a desigualdade e a fome são processos historicamente constitutivos do modo de produção capitalista que, desde a sua gênese, deixam marcas profundas no seio da sociedade.

Sob o prisma da pobreza e miséria, as raízes da fome manifestam-se desde cedo na sociedade brasileira como resultado de um processo histórico de dominação: de um lado, a diáspora compulsória imposta aos povos africanos para o “Novo Mundo” e, de outro, extermínio em massa dos povos originários, cujos impactos permanecem persistentes até hoje.

A desigualdade social nos países onde a escravidão atendeu aos interesses das potências europeias evidencia que a fome, a pobreza e a miséria são parte constitutiva da formação sócio-histórica política e cultural das nações colonizadas.

Dessa forma, a reconstrução do passado desses povos obedece a dinâmica e ritmos que nenhuma razão analítica consegue esclarecer por completo. Com base nessa perspectiva, Ziegler (2011) em sua obra *“Ódio ao Ocidente”*, descreve a origem da barbárie como resultado de uma base estruturada sob a predominância da dominação ocidental. Assim, os povos do Sul foram submetidos a uma brutal e violência de poder imposta pelo Ocidente.

Destaca-se também que os massacres nas colônias foram organizados com o objetivo de promover uma destruição em massa, direcionada aos povos considerados “fracos”, eliminando qualquer resquício de identidade, memória e cultura. Dessa forma, o autor menciona a ideia de Leon Bloy que afirma: “A história de nossas colônias, sobretudo no Extremo Oriente e na África, não é senão dor, ferocidade sem medida” (LEON BLOY *apud* ZIEGLER, 2011, p.58).

Considerado que a pele negra era comercializada para abastecer às demandas do capitalismo mercantilista, o tráfico negreiro tinha como missão suprir com braços forte, os que morriam por exaustão de trabalho, como tantos outros que se tornavam inválidos devido às condições do regime escravista. Para Moura (1994), as enfermidades multiplicavam-se devido à falta de comida, aos castigos físicos, mutilações, fome, cólera, sarampo e cegueira, assim o que restava para os que não mais conseguiam executar suas atividades era não morrer nas caldeiras ou com deficiência permanente. Para muitos dos milhares de negros escravizados, quando a morte não chega como alento às mazelas eram “depositado” em asilos ou libertos para que o “seu dono” não tivesse nenhum tipo de ônus.

Em sua obra “*A Dialética Radical do Brasil Negro*”, Moura (1994) argumenta que o sistema produtivo a partir do século XVI foi amplamente caracterizado pelas relações de produção escravista, cuja expansão o autor chama de “escravismo pleno”. Esse modelo dominou a dinâmica social, econômica e política do período, transformando o escravismo no Brasil, em uma atividade altamente lucrativa para comerciantes e traficantes, consolidando o tráfico negreiro como um grande negócio.

No entanto, é necessário estabelecer uma conexão entre articulação da economia local e o comércio internacional, pois a mão de obra africana comercializada no período colonial era pautada na produção de gêneros tropicais (FREITAS *apud* BARRETO, 2010,p.19).

Para Caio Prado Júnior (1973), a colonização da América, em um primeiro momento, não teve a intenção de povoamento; mas sim, a finalidade era incentivar o comércio europeu através da madeira pau-brasil, o qual era o carro-chefe na exportação, junto a outras especiarias que integravam o comércio marítimo português.

Segundo o autor, povoar as terras recém-descobertas não era uma prioridade imediata, isso porque não era a princípio o plano da Coroa Portuguesa, pois houve, inicialmente, um certo desprezo pelo território considerado “primitivo” e “vazio”. No entanto, com o estabelecimento da

escravidão no Novo Mundo, a colonização das Américas assumiu uma forma diferenciada das outras colônias.

Considerando que o pauperismo afligia praticamente toda a Europa no final do século XVI, a solução encontrada para “banir” os pobres do Velho Mundo foi direcioná-los à América. Nesse sentido, as colônias de povoamento, tornaram-se o caminho para efetivar a colonização. Sendo assim, esse ‘sentido’ permaneceu como força motriz que concretizou-se, por meio da exploração do território. Para Prado Júnior (2000), a colonização foi uma enorme importação de africanos como escravos e de europeus brancos como colonos. Conforme esclarece o autor:

Virá o colono (branco) europeu para especular, realizar o negócio: inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Como tais elementos, articulados em uma organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira (PRADO Júnior, 2000, p.20).

Contudo, Kowarick (1987), esclarece que a partir do século XVI, a introdução do sistema açucareiro deixou de atender as atividades meramente extrativistas e temporárias, assumindo uma configuração que antes era exclusivamente extrativista para uma lógica mercadológica, ou seja, o novo modelo transfigurou-se em sistema produtivo com caráter lucrativo, o qual processou-se em dominação e extração do excedente.

Nessa direção, Caio Prado Júnior (1973) reverbera que a economia Brasil-Colônia desenvolveu -se inteiramente com a finalidade de produzir e exportar gêneros tropicais ou minerais de grande importância para o mercado externo, como açúcar, algodão, ouro e borracha. Segundo ele, uma economia colonial tinha como intuito atender a um sistema mercantilizado e abastecer exclusivamente o mercado europeu¹⁵.

¹⁵ A produção de arroz maranhense, especialmente no século XIX teve alicerçada no trabalho negro, muitos vindos da Alta Guiné (África Ocidental) não coincidentemente, manejam as técnicas de produção no continente Africano (MARQUES,2019)

No entanto, de forma bem peculiar, Prado Júnior (1973) destaca que a estrutura social e econômica nos territórios dominados pelos europeus era definitivamente distinta dos modelos clássicos. Dessa forma, países colonizados e dependentes desenvolveram-se em uma relação de subordinação ao chamado imperialismo. Nesse contexto :

No Maranhão, a produção de algodão (na segunda metade do século XVIII e no decorrer do seguinte) foi estimulada pelo aumento dos preços internacionais -uma das razões para isso foi a independência das colônias inglesas da América do Norte (atual EUA). O algodão maranhense era destinado à indústria da Inglaterra. Teve expressividade no Brasil do período e foi sustentado na força de trabalho escrava africana. Isso modificou a composição étnica maranhense, até então composta pelo colono branco e, principalmente, o indígena e o mestiço derivado dos dois primeiros. [...] a província do Maranhão contava com 152.893 habitantes, sendo 77. 914 escravos. (MESQUITA et. al.,2015 *apud* MARQUES ,2019, p.57).

De acordo com Clovis Moura (1994), o número de escravos na fase plena do escravismo no Brasil cresceu exponencialmente, tornando-se um mercado atrativo tanto para os comerciantes de escravos quanto para a classe senhorial. O autor destaca que o aumento da produção, sustentado pelo trabalho compulsório dos escravos, gerava uma relação de poder e prestígio para os proprietários de fazendas. Segundo Moura, o crescimento da produção estava diretamente relacionado à quantidade de escravos envolvidos na geração de riqueza, e o aumento no número de escravos foi fundamental para evitar o colapso do sistema.

Para isso, foi estabelecido um pacto de tráfico permanente com a África, com o objetivo de substituir os escravos que morriam ou se tornavam inválidos devido ao ritmo intenso de trabalho. Sendo assim, autor contextualiza:

Por outro lado, como reflexo imanente dessa realidade, as lutas entre senhores e escravos são um fato *normal* e se manifestam numa sequência de módulos de resistência ao cativo que vão de intermitência nacional da quilombagem, às fugas, a suicídios, crimes individuais contra senhores, feitores e pressupostos, guerrilhas, assaltos nas estradas e engenhos, como também peça existência e prática de uma legislação terrorista que vai dos

açoites à pena de morte imposta em contrapartida pelos senhores. (MOURA,2020, p.76).

Ziegler (2013) salienta que, embora os europeus tenham tentado apagar a memória e a identidade africanas, mesmo com um terço da população negra vivendo na diáspora, os africanos nunca permitiram que “as centelhas de criação culturais, artísticas e políticas” se extinguissem. Segue o autor:

Durante a travessia (que durava mais de dois meses em média), entre o golfo de Benin e a baía de Todos os Santos de São Salvador da Bahia, cerca de 20% dos duzentos ou trezentos homens, mulheres e crianças acorrentados que um navio negreiro transportava morriam de escorbuto, de fome, ou simplesmente em consequência dos maus-tratos. [...] um quarto dos sobreviventes não conseguiam deixar o navio sem ajuda, de tão enfraquecidos. Cadáveres ambulantes, pela macilenta e olhar atabalhado, muitos não conseguiam dar sequer alguns passos na praia antes de desabar. Pouco depois eram enterrados, jogando-se sobre eles algumas pazadas de terra americana (ZIEGLER, 2013, p.51-52).

Contudo, o autor expõe que a finalidade era atender às necessidades do mercado transatlântico, nesse intuito, instrumentos e técnicas eram empregados na captura de “peles negras”, as quais eram submetidas a diversos tipos de maus-tratos, além de torturas físicas e psicológicas.

Nessa lógica, estimava-se que a expectativa de vida de um escravo que ingressava nas lavouras açucareiras do Recôncavo Baiano era de, em média sete anos após o início do trabalho. Sobreviver à travessia marítima era apenas mais uma etapa do sofrimento. Os sobreviventes, muitas vezes chegavam esqueléticos e com sinais de desnutrição severa, quando não morriam durante a viagem, eram confinados em uma “casa-fortaleza” até se restabelecerem. O Jesuíta Antônio Vieira,¹⁶ relata em uma carta enviada em 1663, sobre as condições de vida dos escravos nas plantações de açúcar:

Seus sofrimentos são muito semelhantes aos sofrimentos de Nosso Senhor na Cruz [...] A cruz de Nosso Senhor era formada por duas toras de madeira, enquanto a de vocês tem três toras

¹⁶ Antônio Vieira s.j., Oeuvres completes (Lisboa,1940,4 vol.), com estudo bibliográfico de Hernani Cidade, cf. especialmente vol. III, p 30 (VIEIRA *apud* ZIEGLER, 2013, p. 52-53).

[alusão aos três raios de roda que faziam girar a moenda de açúcar e na qual se acorrentavam os escravos]. Do mesmo modo que as duas colheitas [as duas colheitas anuais da cana-de-açúcar] são causa de um duplo sofrimento para vocês, também Ele sofreu uma dupla paixão: primeiro, quando os homens lhe cravaram uma coroa de espinhos na cabeça e, depois, uma outra paixão, quando os homens o forçaram a beber vinagre misturado com fel [...]. A paixão de Cristo estendeu-se por toda uma noite sem sono e um dia inteiro sem descanso, e assim segue a paixão de vocês, dia e noite, e noite e dia [...]. O Cristo estava nu. Vocês estão nus. O Cristo tinha fome e vocês estão famintos. O Cristo foi torturado. E vocês também são torturados. Vocês são humilhados quando lhes dão nomes vergonhosos [...] nisso tudo vocês são semelhantes ao Cristo. Vocês são mártires (VIEIRA, 1663 *apud* ZIEGLER, 2013, p.52-53).

Considerando que o período colonial escravista, por um lado, não atendia diretamente às bases fundamentais do modo de produção capitalista, por outro lado, o trabalho compulsório dos escravos mostrou-se altamente funcional para os proprietários de terras, o comércio negreiro, bem como, para o mercado capitalista mercantilista.

Assim, o capitalismo mercantil desenvolveu a chamada “indústria da escravidão”, sustentada por um tráfico negreiro que abastecia a força de trabalho escravocrata, impulsionava a exploração permanente e instituía um modelo de produção que, embora não se configurasse como capitalismo clássico, era fundamental para atender às demandas do capital externo. Ianni esclarece que:

O reflexo dessa estratégia capitalista para a humanidade foi o saldo de mais de 4,7 milhões de indígenas mortos e um conjunto de mais de 110 milhões de africanos sequestrados e assassinados para instalar e alimentar o regime de escravidão nas Américas. Com a colonização do Brasil e da América Latina, abre-se o início da expansão do capitalismo comercial na Europa (IANNI, et. al,2005, p.39).

Em outras palavras, a escravidão não atendia às condições necessárias e objetivas de uma sociedade produtora de mais-valia, uma vez que o capitalismo exigia uma expansão contínua de seu processo de dominação e subordinação sobre os mais vulneráveis.

Por outro lado, seria ingênuo supor que, no Brasil, um modo de produção pudesse se autossustentar na área de circulação e do consumo, caracterizando-

se como um escravismo patriarcal, fechado e regulado exclusivamente pelas relações internas.

Partindo dessa premissa, seria igualmente ingênuo supor que o escravismo, por estar vinculado ao capitalismo mercantil das nações consumidoras dos seus produtos, fosse internamente, regulado pelas leis de mercado dessas mesmas nações.

Para Moura, o modo de produção escravista instalado no Brasil constituía uma unidade econômica que só poderia sobreviver com e para o mercado mundial. Por outro lado, esse mercado só desempenharia o seu papel de comprador e acumulador de capitais se o modo de produção escravista fosse mantido.

Nesse sentido, Moura (1994) aponta que o modelo escravista foi estruturado sob duas perspectivas que alteraram significativamente as relações comerciais entre o Brasil-Colônia e a Metrópole. Para ele, o escravismo no Brasil transcorreu em duas fases fundamentais: em um primeiro momento denominado de “escravismo pleno”, cujo início foi por conta da ocupação das terras indígenas de 1550 até 1850. Esse período, foi de intensa exploração do tráfico negreiro, caracterizado por uma mão-de-obra abundante e permanente, que sustentava o sistema escravocrata. Na segunda fase, ele designa de “escravismo tardio”, que inicia em 1850, com a promulgação da Lei de Terras, e se estende até 1888, com a abolição da escravidão no Brasil.

2.2. Fome e desigualdade social no Brasil

Tratada como uma perspectiva histórica na sociedade brasileira, Josué de Castro (1984) afirma que a fome é resultado de um processo histórico que se consolidou a partir de uma economia mercantilista. Esse modelo econômico, baseado na produção da cana-de-açúcar, da mineração, do café e da extração da borracha, desenvolveu-se sob um contexto de exploração e povoamento das Américas.

Nesse sentido, Prado Júnior (1966) evidencia que a desigualdade emerge no seio da sociedade brasileira tem suas raízes na essência natural do

capitalismo, que não superou o atraso econômico, social e político herdado do período colonial. De tal passado, não longínquo, surgiu uma burguesia nacional formada por uma elite agrária e uma fração da classe industrial, que se organizaram para atender aos interesses do capitalismo imperialista.

Caio Prado Júnior(1966) em sua trajetória política e intelectual, revela ser um pensador marxista que interpreta a realidade a partir do materialismo histórico dialético. Segundo ele, o Brasil vivia profundas contradições, e as condições de vida da maioria da população eram marcadas pela extrema pobreza, refletindo no baixo desenvolvimento econômico, social e político. Para o autor, a estrutura econômica no Brasil Colônia estruturou-se para atender às necessidades de lucro do mercado externo, dominado pelos europeus, o que consolidou relações de dependência entre colonizados e colonizadores.

Josué de Castro (1964) e Caio Prado Júnior (1966) analisaram simultaneamente os contrastes da sociedade brasileira, principalmente durante a década em que se instaurou a ditadura em 1964. Nesse período, do ponto de vista econômico, social, jurídico, mas principalmente cultural, ocorreu uma reorganização estrutural da sociedade. Essa reestruturação resultou, a princípio, em um ciclo autoritário e moderno cujo impacto perdura até os dias atuais.

Diante desse contexto de desigualdade, a fome deve ser vista como uma das faces mais perversas da questão social. A sociedade capitalista, orientada pelos interesses do capital industrial e financeiro, evidencia a miséria e a fome que perpassam gerações de um povo marcado pela subalternidade. O Brasil é marcado pelo fenômeno da fome e da miséria endêmica em que a opulência de poucos se contrapõe à miséria de milhões, e estes milhões não têm acesso ao alimento suficiente para a sua subsistência.

Nessa direção, Silva (2017) reforça a relevância das obras de Josué de Castro, que sempre buscou reconhecimento, tanto nas instituições científicas quanto por meio de ações políticas voltadas ao combate à fome. Entretanto, seu legado intelectual ainda está em expansão por muitos, mesmo em cursos de Ciências Sociais, Nutrição e Economia. Para alguns intérpretes da realidade

brasileira, Josué de Castro ocupa um lugar entre os “esquecidos”, pois suas obras são pouco procuradas e lidas. A saber:

Castro denunciava que a visão descomprometida com a realidade fazia do Brasil um país de famintos, que empurrava 1/3 da população à condição de exclusão e miséria, que, segundo Souza (2017), se produziu e se reproduziu durante todo o processo de modernização à brasileira, gerando a “ralé brasileira” (SILVA& NUNES, 2017,p.3679).

Nesse sentido, Josué de Castro, um dos maiores expoentes da literatura brasileira e mundial sobre a fome, sua vida a compreender e combater esse fenômeno. Ele afirmou que a fome é um problema social, não natural, e, que só pode ser enfrentada com ações sociais e a participação da sociedade. Em sua obra mais reconhecida, *“Geografia da Fome”*, Josué de Castro já alertava que a má distribuição de renda eleva o grau de vulnerabilidade social e que o investimento em políticas públicas direcionadas para a segurança alimentar e nutricional é imprescindível.

Devido à enorme desigualdade no Brasil, assim como em outros países que sofreram o processo de colonização, fica evidente que o problema social é, de fato, fruto de distorções econômicas e políticas, que conseqüentemente, criam relações desiguais. Contudo, o autor enfatiza em sua obra que as diferentes relações econômicas, que separam “países de ricos alimentados de países pobres e famintos” caracterizam-se como “povos que padecem da fome não apenas fome de alimento, mas também de conhecimento e de liberdade”. Assim, a desigualdade de um país se expressa na fome de conhecimento, uma fome que devora a alma, impede o corpo de avançar, de conquistar e até mesmo de sonhar.

2.3. Fome e estigma racial

O vasto território brasileiro foi paulatinamente ocupado por uma população pobre e livre, que passou a cultivar produtos in natura, voltados para a subsistência e sem valor de mercado.

A partir de 1850, a Lei de Terras fundamentou os padrões de propriedade e domínio dos latifundiários, bem como os meios de utilização da força de

trabalho. Neste contexto, a valorização das terras consolidou grandes latifúndios. Conseqüentemente, a incorporação das novas tecnologias nas lavouras e as exigências de um mercado cada vez mais competitivo acabaram expulsando trabalhadores do campo, sem qualquer tipo de indenização.

O processo de modernização da sociedade brasileira, contudo, assumiu particularidades que evidenciaram questões importantes nas relações capitalistas entre os países centrais e os periféricos. Nessa perspectiva, o desenvolvimento nos países dominados pelos europeus exigiu uma análise específica do capitalismo colonial no território latino-americano, o qual determinou uma nova forma de poder mundial, ao mesmo tempo em que produziu um padrão local de dominação, resultando em uma divisão social e racial entre brancos e não brancos.

O novo padrão eurocêntrico de dominação consolidou um novo sistema mundial de produção de mercadorias voltadas para o mercado europeu. Segundo Quijano (2005), as relações sociais que emergiram dessa dinâmica criaram novas identidades, no entanto, essas ocupavam lugares e papéis subordinados, fazendo com que negros, índios e mestiços fossem submetidos à hierarquia europeia. O processo de colonização atribuiu características fenotípicas, como a cor da pele, à definição das relações de poder, estabelecendo a cor branca como superior e a negra como inferior, ao mesmo tempo em que explorava a força de trabalho "gratuita" de indígenas e negros.

Para Quijano (2005), a nova estrutura de dominação das colônias modernas combinou todas as formas historicamente conhecidas de controle do trabalho: o assalariamento, a escravidão e a servidão. Os europeus, subordinaram negros e indígenas à escravidão e à servidão, enquanto o trabalho assalariado era um privilégio dos brancos e, ocasionalmente, dos mestiços.

Aa estratificação social, cuja indefinição foi, aos poucos, assumindo o caráter de desqualificação, favoreceu a formação da estrutura econômico-social, descrita como "massa vadia". Segundo Souza, "[...] a sociedade estava dividida entre escravos e senhores; os vadios não tinham lugar na estrutura produtiva e

social do sistema escravocrata. Constituíam os desclassificados, os 'inúteis' na denominação da elite colonial" (SOUZA *apud* BARRETO, 2010,p.19).

De acordo com Kowarick:

O fenômeno da vadiagem não foi peculiar aos países coloniais, nem específico à sociedade brasileira, sendo também constante nos países europeus durante os séculos XV e XVI. Lá, a expropriação camponesa originou vasta massa de desenraizados, enquanto aqui a escravidão, outro ângulo do processo idílico de acumulação primitiva, produziu os livres e marginais[...] O fato de que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e que, nas vésperas da promulgação da Lei Áurea, seria caracterizado como um país sem povo (KOWARICK: 1987, p. 31).

Neste aspecto, Barreto (2010) esclarece o nexó estrutural que constituiu a formação social da sociedade brasileira durante o período colonial e pós-colonial. Seguindo essa visão, escravos, índios, mestiços, libertos do cativo e homens livres vindos da Europa receberam as denominações de "inúteis" e "desclassificados socialmente" para o capital.

Dessa forma, inseridos na sociedade moderna sob o estigma atribuído ao negro, a desigualdade econômico-social e racial brasileira tornou-se ainda mais complexa, pois a ascensão social foi negada a essa população, e os ex- cativos passaram, gradualmente, a ser vistos como desqualificados. Para Moura (1994), o escravismo no Brasil esteve presente até mesmo na formação do imperialismo, o que, de fato, não comprometeu o prestígio das classes patriarcais nem o poder que elas continuaram a exercer na sociedade brasileira, mesmo após a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Sendo assim, para Moura (1994) o processo de modernização seguiu em curso com características peculiares, configurando-se como uma modernização "ambígua", marcada por uma sociedade ainda com bases escravistas, cujo principal objetivo era o controle social dos escravos, bem como, a manutenção dos privilégios da classe oligárquica.

Sob o prisma da desigualdade, nasce o estigma em torno do negro e sua posição subalterna na sociedade de classes. A violência, instituída como forma

de controle e tratamento dos excedentes da sociedade moderna, gerou um contingente desempregados e precarizados, que, ao longo de diferentes épocas, compuseram a maioria das fileiras dos famintos.

2.4 O retorno do Brasil ao mapa da fome

Considerando que a fome no Brasil é um fenômeno de difícil solução, mesmo sendo uma temática presente na agenda política do atual governo Lula, assim como nos períodos de 2003 a 2008 e no segundo mandato presidencial de 2008 a 2013, torna-se evidente a importância de uma pasta ministerial que atenda à urgência da insegurança alimentar no país.

Nesse sentido, a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome consolidou-se como uma referência em políticas públicas voltadas ao combate à fome e à pobreza, destacando-se o Programa Bolsa Família, que garante renda mínima aos mais pobres e a oferta de alimentos por meio da “cesta básica”. Segundo a FAO:

O programa de transferência condicionada de renda Bolsa Família – lançado em 2003, realiza transferências monetárias preferencialmente em nome da mãe ... sob a condição de que as crianças das famílias permaneçam na escola e visitem periodicamente os serviços de saúde locais para vacinação e acompanhamento do crescimento. O investimento no programa triplicou nos últimos dez anos, chegando a quase R\$25 bilhões em 2013, o que equivale aproximadamente a um terço dos gastos federais em programas e ações de segurança alimentar e nutricional (FAO 2014, *apud* SORDI, 2023,p.4-5).

Historicamente, a pobreza foi negligenciada tanto pelas autoridades quanto pela sociedade civil. Considerada um tabu, a fome era um tema "proibido" até as décadas de 1990, quando passou a ser apresentada e debatida abertamente e reinterpretada como um entrave ao desenvolvimento do país. A autora esclarece:

Por séculos [foi] vista como empecilho à modernidade e ao desenvolvimento do país, a pobreza foi abertamente tida, nos anos iniciais da década de 1990, como dialeticamente oposta às perspectivas abertas pelo fim do militarismo (1985), pela Constituinte (1988) e pelo Brasil pós-Collor (1993). Entretanto, deparamo-nos ... com uma comemoração singular ... [na qual] a pobreza faz-se agora aliada do modelo (desmemoriado e

hegemônico) de capitalismo que vivemos (MORAIS, 2013, *apud* SORDI, 2023, p.14).

Dessa forma, tornou-se fundamental conscientizar a sociedade sobre a importância de combater a fome e a desnutrição no Brasil. Nesse contexto, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA) surgiu como uma resposta para garantir alimentos em quantidade e qualidade adequadas. No entanto, o programa não assegurava acesso contínuo e permanente, pois se tratava de uma iniciativa temporária¹⁷.

Em 2006, a Lei 11.346 criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar, que, por meio do decreto de instância federativa, instituiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) na pasta ministerial.¹⁸

No entanto, o governo Jair Bolsonaro promoveu mudanças significativas no cenário político brasileiro, caracterizadas por um movimento conservador que alterou de forma expressiva as bases dos programas sociais implementados pelos governos petistas (Lula e Dilma).

Nesse contexto, a criminalização da pobreza passou por um processo de reinterpretação, ou seja, uma (re)leitura da pobreza que não apenas culpa o cidadão por sua situação de miséria, mas também apresenta uma nova configuração do que significa ser pobre (SORDI, 2023, p.16). Essa condição é definida pela vivência da “fome”, distinguindo a pobreza a partir da ausência de trabalho e renda.

¹⁷ Lei 10.689/2003 – “...Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, vinculado às ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional. § 1º Considera-se segurança alimentar e nutricional a garantia da pessoa humana ao acesso à alimentação todos os dias, em quantidade suficiente e com a qualidade necessária. Art. 4º A concessão do benefício do PNAA tem caráter temporário e não gera direito adquirido.”

¹⁸ O CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) é um órgão deliberativo, inaugurado em 1993, no governo Itamar Franco, como órgão consultivo do referido governo federal. No entanto, foi substituído pelo programa Comunidade Solidária, no governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

Grande parte da população empobrecida vive sem acesso a uma alimentação adequada, e de calorias suficientes que atenda às necessidades vitais do corpo e bem-estar da saúde. A ausência dessas condições essenciais viola os direitos do cidadão, especialmente quando a comida não chega à sua mesa.

Neste contexto, as mudanças implementadas por Jair Bolsonaro, já no início de seu mandato, extinguíram atribuições do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), órgão responsável pelo controle e participação social, com o objetivo de promover, formular, monitorar e avaliar políticas públicas de segurança alimentar e nutricional¹⁹. A entidade manifestou com repúdio quando:

O ano que o país deve voltar ao Mapa da Fome, (onde mais de 5% da população se encontra em insegurança alimentar) o mesmo ano que o CONSEA é esvaziado (ou extinto, ainda não temos clareza!) é de um surrealismo ímpar na história do país, e ao que parece especialmente nas questões sociais, está caminhando rumo a um retrocesso social sem precedentes(MAZUI, 2019,Portal G1).

Em uma coletiva à imprensa, transmitida pela sua rede social, ao ser questionado após sobre o risco de o Brasil voltar ao Mapa da Fome, Jair Bolsonaro enfatizou que a 'fome' no país é uma grande mentira, afirmando que: (...) *"não vê gente pobre pelas ruas com físico esquelético como a gente vê em alguns outros países por aí pelo mundo"*. Ainda acrescentou: "passa mal, não come bem, aí eu concordo, agora, passar fome não!". As declarações de Jair Bolsonaro demonstraram um tratamento desdenhoso em relação à questão da fome no Brasil e em outros países que enfrentam essa realidade, evidenciando uma política que reforça a reconfiguração da criminalização da pobreza.²⁰.

Sob esse enfoque, uma reportagem publicada em 08 de junho de 2024, pelo G1, jornalista Vitor Fórneas descreve que no município de Coronel

¹⁹ Medida provisória n.870, de 1 de janeiro de 2019, provocou alterações no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e a extinção do Consea, com o efeito cascata em seus órgãos em nível estadual e municipal. A MP foi convertida na lei n.13.844, de 2019 (SORDI, 2023)

²⁰ Entrevista com ex-presidente do Instituto Fome, Jose Graziano, na Record News – 20/06/2024

Vespasiano, em Minas Gerais, um menino de 7 anos faleceu apresentando sinais severos de desnutrição. Segundo relato de um policial entrevistado na reportagem, a criança estava “pele e osso”, indicando que provavelmente havia passado dias sem se alimentar, sendo assim a causa da morte foi identificada como falência múltiplas dos órgãos. Em depoimento à delegacia o padrasto da criança confessou que deixava o menino sem comer como forma de ‘castigo’, justificando que isso ocorria quando a criança “se alimentava demais”, alegando que “a comida era pouca e não sobrava para os outros irmãos”. A mãe, por sua vez, declarou aos policiais que presenciou, em algumas ocasiões, o filho comendo a comida do cachorro.

Nesse direcionamento, José Graziano, ex-diretor do Instituto Fome, participou de uma entrevista no programa “Diálogo sobre a Fome, transmitido pelo canal Record News, em 21 de junho de 2024. Durante a conversa, ele destacou a problemática da insegurança alimentar no Brasil, enfatizando que a fome, atualmente, não decorre de escassez na produção de alimentos, mas é fenômeno predominantemente urbano. Graziano salientou que o enfrentamento da fome exige medidas como crescimento econômico, transferência de renda, incentivo aos bancos de alimentos, compras da agricultura familiar, aumento do emprego e melhores salários, apontando essas ações como prioridades para que o Brasil saia do Mapa da Fome.

Ele também ressaltou as raízes históricas da fome na sociedade brasileira, remetendo ao trabalho de Josué de Castro, um defensor pioneiro do direito à alimentação nas décadas do século XX. Castro foi o primeiro a traçar o Mapa da Fome no país em sua obra “*Geografia da Fome*”, onde apontou os estados mais afetados pela fome endêmica.

Complementando essa análise, Schappo (2014) realça o pensamento crítico e filosófico de Josué de Castro, reconhecido como um dos maiores pensadores brasileiros na temática da fome. Castro incitou debates profundos sobre a questão, propondo medidas urgentes, como a reforma agrária, para enfrentar o problema do país. Entre suas contribuições, ficou célebre a frase: “*o mal do povo brasileiro não é de raça e sim de fome*” (JOSUÉ *apud* SCHAPPO, 2014,p.312).

Além disso, Josué de Castro presidiu a Sociedade Brasileira de Nutrição por dois anos, com o objetivo de combater a fome e a desnutrição. A entidade buscava colaborar com o Estado na implementação de políticas públicas, bem como, incentivar estudos e pesquisas relacionadas à alimentação e às questões sociais.

O artigo intitulado "O Ronco da Fome"²¹, destaca que, embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo, com vasta extensão territorial e imenso potencial agrícola, porém a situação da insegurança alimentar ainda é uma realidade grave no país.

Nessa direção, Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento, Assistência Social e Combate à Fome, declarou em entrevista à Record News, no dia 26 de junho de 2024, que o Brasil está próximo de sair do Mapa da Fome, atingindo 72% da população com segurança alimentar. Contudo, o ministro esclareceu que 28% da população ainda enfrenta fome moderada, enquanto 8,7 milhões de pessoas vivem em situação de fome grave no Brasil.²²

O direito à alimentação, na sociedade capitalista contemporânea, coloca em evidência a luta como prioridade para atender às necessidades humanas, pois esse direito está assegurado na Constituição Federal de 1988 como um fundamento essencial para a dignidade e a vida dos indivíduos.

2.5 A nova pobreza no Brasil

Em uma matéria publicada na *Folha de São Paulo* em 16 de junho de 2022, o jornalista Fernando Cazian, apontou que cerca de 23 milhões de pessoas no Brasil vivem com menos de US\$1,90²³ por dia. A reportagem

²¹ No dia 06/03/2018 coloca em tela a possível volta do Brasil ao Mapa da Fome, o artigo foi lançado pela Revista Redis, o retorno da Fome. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), é a principal instituição não-universitária de formação e qualificação de recursos humanos para o SUS e para a área de ciência e tecnologia no Brasil.

²² Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome conversou com a RECORD NEWS para a série de entrevistas "Diálogos Sobre a Fome".

²³ Para melhor compreensão, utilizo como referência o dólar (valor universal).

também destacou que a linha da pobreza e extrema pobreza atingiu índices recordes de 10,8 % com renda igual ou abaixo de R\$ 210 mensais. O texto ressaltou que o governo Bolsonaro utilizou o Programa Auxílio Emergencial como medida de enfrentamento à crise gerada pela pandemia. Contudo, a matéria apontou que, embora inspirados em políticas de transferência de renda implementadas em governos anteriores, os valores pagos no Auxílio Emergencial durante o governo Bolsonaro não foram suficientes para atender às necessidades básicas da população, agravando, assim, a pobreza no Brasil. Cazian contextualiza da seguinte forma:

A renda domiciliar per capita mensal dos 10% mais pobres vinha em queda antes da covid 19 e despencou a menos da metade do início do distanciamento social (de R\$ 114 em novembro de 2019 a R\$ 52 em março de 2020). Desse mínimo, foi mais do que quadruplicada até seu pico histórico e agosto de 2020(R\$ 210) na fase mais “generosa” do Auxílio Emergencial. Depois desabou a pouco mais de um quarto depois da sua suspensão do programa em janeiro de 2021. A retomada do benefício, com coberturas de valores reduzidos, recuperou-se parcialmente a renda dos mais pobres (R\$ 113 em agosto de 2021), com tendência de novo recuo nos últimos meses do ano, ficando em 15,8% abaixo do nível pré – pandemia, com R\$ 99 em novembro de 2021 (CAZIAN,2022, Folha de São Paulo).

Esse cenário reflete uma agenda governamental iniciada no governo Temer(2016) que priorizava o desmonte das políticas públicas. No governo Jair Bolsonaro, a implementação de reformas macroeconômicas, justificadas pela necessidade de reduzir custos sociais, contribuiu para a diminuição drástica de políticas sociais, agravando o empobrecimento da população brasileira, como também o retorno do Brasil ao Mapa da Fome (SORDI, 2023,p.2).

De acordo com um estudo divulgado pelo Banco Mundial em 2018, intitulado “*Montando o Quebra-Cabeça da Pobreza*”, a renda é um dos principais indicadores de pobreza e extrema pobreza. Em países de renda média baixa, milhares de pessoas vivem com menos de US\$ 3,30 por dia, enquanto, em países de renda média alta, alinha de pobreza é estabelecida em US\$ 5,50 por

dia. O documento destaca que erradicar a pobreza extrema até 2030 requer cooperação internacional e investimentos por parte dos países mais ricos.²⁴.

Marcelo Neri²⁵ e Marcos Hecksher²⁶(2022) também analisaram o aumento da pobreza no Brasil e o agravamento da desigualdade social. Os autores destacam que, além da queda da renda, a instabilidade financeira é um importante indicador de pobreza, embora pouco explorado. Dessa forma, a pesquisa “*Montanha Russa da Pobreza*” apontou que oscilações frequentes na renda, especialmente durante a pandemia, contribuíram para a vulnerabilidade econômica e social da população mais pobre.

Conforme os dados apresentados no gráfico 1, os autores utilizaram como referência o valor de R\$ 210 mensais, equivalente a sete reais diários, conforme à linha internacional usada ao redor do mundo, equivalente ao (PPC) que expressa o poder de compra U\$3,30 por dia. Em 2020, o percentual de pessoas vivendo à margem da linha era de 7,6%, e, logo, subiu alcançado em 2021 índice de 10,8%, representando um aumento de 32 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza.²⁷

Essas mudanças refletem a instabilidade da renda como também a instabilidade econômica e política vivenciada pelo país nos últimos anos provocaram mudanças bruscas nos graus extremos e moderados da pobreza.

²⁴ Linhas de Corte - Traduzimos em termos reais mensais as três linhas internacionais mais usadas na atualidade: 5,50, 3,20 e 1,90 expressas em U\$ dólares dias ajustadas pela Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2011 e ajustadas pelo IPCA para valores mensais do terceiro trimestre de 2021 junto. Incorporamos na análise a Linha do FGV Social (que é próxima a segunda linha acima) e as duas linhas de elegibilidade ao Auxílio Brasil de R\$ 110 e R\$ 105 mensais. Linhas de Pobreza, Extrema Pobreza e de Elegibilidade ao Auxílio Brasil em Renda Per Capita Mensais a preços de 2021T4* R\$ 497 mensais (US\$ 5,50/dia PPC 2011**) R\$ 289 mensais (US\$ 3,20/dia PPC 2011**) R\$ 281 mensais (Linha da FGV Social) R\$210 mensais (Linha de Elegibilidade a Condicionalidades do Auxílio Brasil) R\$ 172 (US\$ 1,90/dia PPC 2011**) R\$ 105 mensais (Linha de Elegibilidade Benefício Básico do Auxílio Brasil)(NERI, 2022).

²⁵ Diretor do FGV Social (Fundação Getúlio Vargas Social)

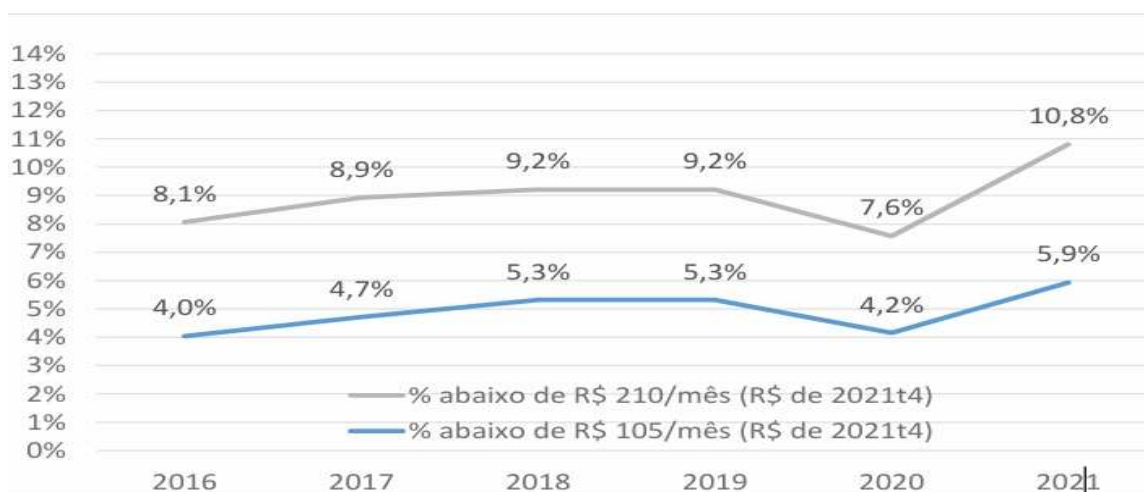
²⁶ Doutor em População, Território e Estatísticas Públicas

²⁷ MontanhaRussaDaPobreza_Neri_Hecksher_FGV_Social.pdf

Desta forma, o governo Bolsonaro utilizou esses valores para elegibilidade do programa Auxilia Brasil.

Considerando a linha de extrema pobreza utilizada como critério de elegibilidade para o Programa Auxílio Brasil, os dados revelam que a porcentagem de pessoas vivendo com renda per capita subiu de 4,2 % em 2020 para 5,9 % em 2021, representando um aumento de 1,7% no número de pessoas em situação de extrema pobreza.²⁸

Gráfico 1- Pobreza e Pobreza extrema na série histórica (2016 -2021).



Fonte: FGV Social, elaboração própria a partir da PNADC/IBGE

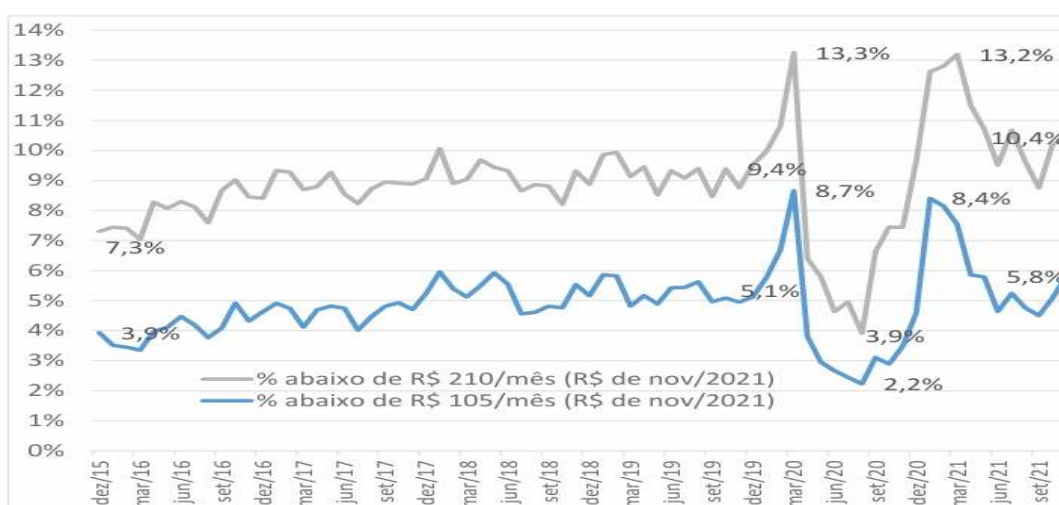
Fonte: MontanhaRussaDaPobreza_Neri_Hecksher_FGV_Social.pdf

O gráfico 2, sinaliza que em dezembro de 2015, a porcentagem de pessoas que viviam com renda abaixo de R\$ 210,00, era de 7,3%. comparando os dados na série histórica. O estudo aponta que, em dezembro de 2020, esta porcentagem aumentou para 12,8%. Os dados revelam que o aumento da pobreza sofre um escalonamento, culminando em março de 2021, quando foi registrado o maior índice da série histórica:13,2%.

²⁸ MontanhaRussaDaPobreza_Neri_Hecksher_FGV_Social.pdf

O estudo também mostra que, em dezembro de 2015, a população com renda inferior de R\$ R\$110,00, correspondia a 3,9% . Em 2017, no governo Temer, esse índice subiu para 6%, indicando um aumento na extrema pobreza. O levantamento indica que, durante o período de 2017 a 2020, houve poucas variações. Porém, em dezembro de 2020, a pobreza extrema atingiu seu maior nível na série histórica, alcançando 8,7%, evidenciando a gravidade da desigualdade social.

Gráfico 2 – A instabilidade da renda e o sobe e desce da pobreza (dez-2015 - set-2021).



Fonte: FGV Social, elaboração própria com mensalização da PNADC/IBGE

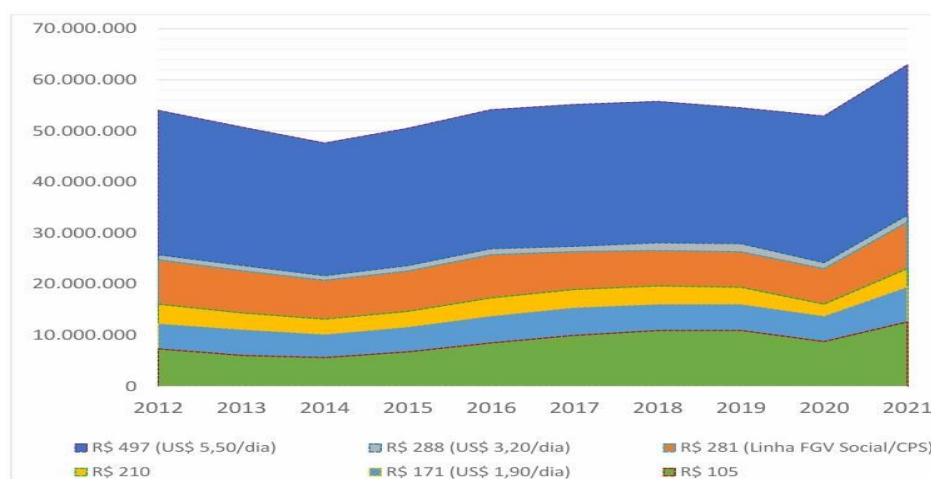
Fonte: MontanhaRussaDaPobreza_Neri_Hecksher_FGV_Social.pdf

2.6 O crescimento da pobreza

Nessa linha de raciocínio, Neri (2022) aponta que os dados são utilizados como critérios de acesso aos programas sociais no Brasil. A pesquisa destaca que os indicadores da linha de pobreza refletem a desigualdade social brasileira. Assim os gráficos sequenciais revelam que porcentagem de pessoas em 2021 com renda inferior a R\$ 210,00, é a máxima da série histórica da pobreza.

O estudo aponta que, 2014,²⁹ o Brasil registrou o menor percentual de pobreza na série histórica, com aproximadamente 47 milhões de pessoas vivendo com renda de até R\$ 497 mensais. Em 2020, esse número subiu para 52 milhões e, em 2021, o quantitativo de pessoas que enfrentavam condições de pobreza ganhou um crescimento de 10,8 milhões, alcançando 62,8 milhões.

Gráfico 3 – A Linha ascendente da pobreza na série histórica (2012-2021)



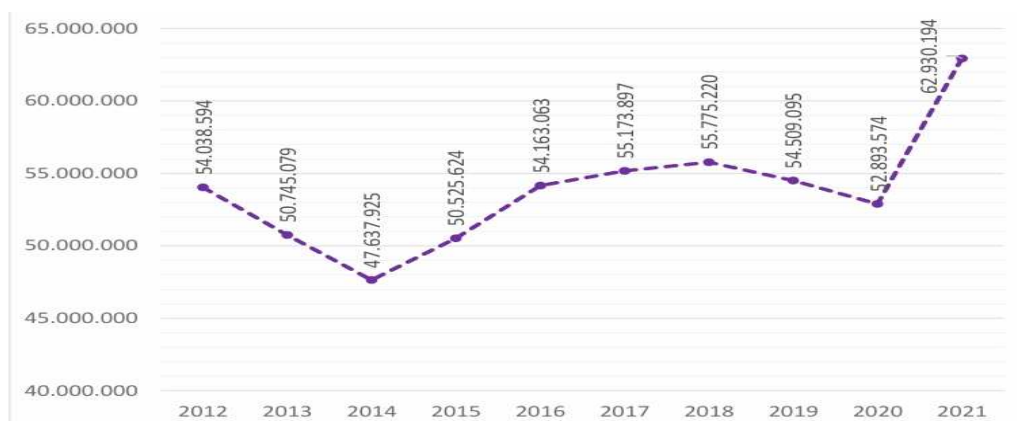
Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC-

Fonte: MontanhaRussaDaPobreza_Neri_Hecksher_FGV_Social.pdf

O estudo mostra no gráfico 4, que o ano de 2014, tem a menor porcentagem de pobres, 47 milhões de pessoas, ao passo que o contingente de pobres brasileiros em 2021 é o maior na série histórica, alcançando 62 milhões.

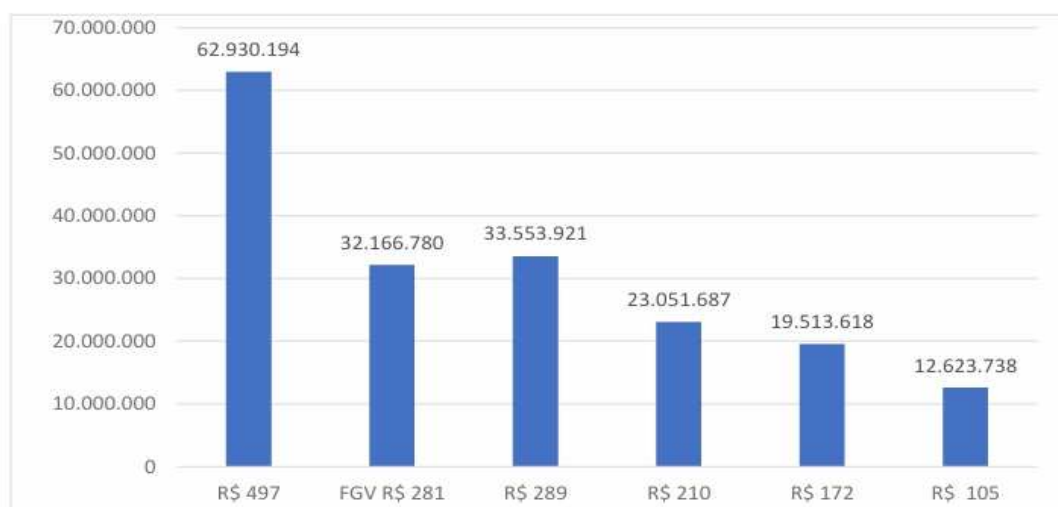
²⁹ De acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), o Brasil saiu em 2014 do mapa da fome.

Gráfico 4 – O sobe e desce da pobreza na série histórica (2012 - 2021).



Fonte: MontanhaRussaDaPobreza_Neri_Heckscher_FGV_Social.pdf

Gráfico 5- População Pobre e Pobreza extrema -Seguindo a linha de pobreza (2021).



Fonte: MontanhaRussaDaPobreza_Neri_Heckscher_FGV_Social.pdf

Verifica-se que pessoas com renda domiciliar per capita de até R\$ 497 reais mensais, correspondente à linha de (U\$ 5,50) por dia, atingiu aproximadamente 62,9 milhões. Ao passo que 35 milhões de pessoas sobrevivam com U\$ 3,20 por dia (R\$ 289,00 mensais). Contudo 19 milhões viviam a linha da pobreza, extrema com renda de U\$ 1,90 (R\$ 172 mensais), e

por fim, com uma renda de R\$100,00 per capita aproximadamente 12 milhões abaixo da estratificação social(NERI,2022,p..23)

A linha de extrema pobreza da FGV Social, apresentou-se tecnicamente próximas do critério de elegibilidade , com valor de R\$ 281,00, é uma linha de extrema pobreza considerada alta. Mas, pode representar uma linha baixa de pobreza, dependendo dos critérios(idem,2022,p,7).

O estudo destaca que, tanto a desigualdade quanto a instabilidade financeira provocaram mudanças abruptas, que revelar-se prejudiciais à qualidade de vida e ao bem estar-social.

2.7. A fome no mundo

Ziegler(2013), sociólogo, professor, escritor e defensor dos Direitos Humanos, alerta que abordar a fome e a miséria é tratar do ato mais violento que a sociedade impõe à maioria marginalizada pela sua condição social. Segundo ele, essa parcela da população vive cotidianamente com a incerteza do que “vai da mão à boca”, expressão que simboliza a opressão dos fortes sobre os fracos, dos brancos sobre os negros e dos ricos sobre os pobres.

Para o autor, a miséria e a fome não ocorrem de forma natural; elas não são forças físicas nem ações destrutivas. Em sua análise, ele explica que essa violência "invisível" é, na verdade, resultado de ações deliberadas de pessoas ou grupos contra outros, sem a permissão ou o consentimento das vítimas, uma vez que a fome invisível se torna imperceptível ao olhar do outro, sendo que o corpo aparentemente apresenta-se bem alimentado, mas pode estar corroído pela má nutrição e leva-lo à agonia e à morte.(ZIEGLER, 2013,p.56)

Em sua obra *“Destruição em Massa: Geopolítica da Fome”*, Ziegler reverbera que a fome constitui a maior violência contra os direitos dos humanos, pois negar o direito à alimentação equivale a violar este fundamento estabelecido na Constituição de 1988. O autor destaca que o direito humano à alimentação está consagrado no artigo 11º do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1966, define-se da seguinte forma:

O direito à alimentação é o direito de ter acesso regular, permanente e livre, diretamente ou por meio de compras monetárias, a um alimento qualitativo e quantitativamente adequado e suficiente, que corresponde às tradições culturais do povo de que é originário o consumidor e que lhe assegure uma vida psíquica, física, individual e coletiva livre de angústia, satisfatória e digna (ZIEGLER, 2013,p.19).

Para Ziegler (2002), a sociedade contemporânea é construída sobre uma estrutura de violência, definida como a máxima expressão da supressão “dos brancos sobre negros, do senhor sobre o escravo e dos proprietários sobre os trabalhadores”. Ele afirma que a realidade dos famintos não traz nada de novo, pois a fome e a miséria já são conhecidos, mas, o que se destaca é a consciência dos agentes que as causam. Em outra análise, o autor ressalta que, embora centenas de milhares de pessoas consigam sobreviver à subnutrição a qual foram submetidas, isso ocorre com muita sorte e à custa de imenso sofrimento.

Com essa abordagem, o conceito de “desigualdade” parece ser insuficiente para descrever ou compreender plenamente o sofrimento e o desespero das milhares de pessoas que morrem vítimas da subnutrição, resultado da dinâmica de produção e concentração de riquezas no mundo. A desigualdade global, conforme argumentado, não é um fenômeno natural, mas sim decidida e (re)produzida por pequenas oligarquias que decidem o destino da população empobrecida. Conforme Pinheiro e Carvalho:

O modelo de produção, incluindo as técnicas e formas de produção, plantio e processamento dos alimentos, é que pode favorecer – ou dificultar – o acesso das populações a uma alimentação saudável e adequada. Por isso, tanto a dimensão alimentar quanto a nutricional devem ser enfatizadas na abordagem da fome e da (in)segurança alimentar e nutricional. O modo de produção capitalista é um elemento estratégico para a compreensão histórico-dialética da transformação do problema da fome em questão alimentar e nutricional (PINHEIRO & CARVALHO, 2010,p.127).

Ziegler (2002) argumenta que o mundo conseguiria, sem nenhum tipo de problema, alimentar aproximadamente doze bilhões de pessoas, considerando o atual estágio das forças produtivas agrícolas no mundo. O autor define a fome como um problema social, e afirma que a estrutura da sociedade contribui para manter uma população famélica, tornando-a “invisível” para a economia macroeconômica e políticas públicas.

O autor ressalta que, nem todas as formas de fomes são iguais, e distingue dois tipos: a fome estrutural e a fome conjuntural; esclarecendo que a fome conjuntural pode ser vista como uma devastação temporária, causada por imprevistos como desastres naturais, que geram uma destruição em curto prazo. Nesse contexto, essas pessoas são forçadas a abandonar suas casas e depender de ajuda humanitária, no entanto, caso ajuda não chegue a tempo, certamente essas pessoas correrão o risco de morrerem de fome ou de complicações relacionadas a ela.(ZIEGLER,2013,p.61)

Por outro lado, a fome estrutural é caracterizada pela falta permanente de alimentos adequados, ou seja, pela ausência de uma alimentação balanceada e nutritiva, essencial para a manutenção da vida. Esse tipo de fome está diretamente associado ao desenvolvimento social, à infraestrutura e às políticas de produção alimentar de uma sociedade (idem,2013,p.61).

Cabe esclarecer que, em 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) teve como objetivo estabelecer metas para a redução do número de pessoas que passavam pela agonia da fome até 2015. No entanto, as estimativas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)³⁰ indicaram que, em 2010, aproximadamente 925 milhões pessoas foram afetadas pela insegurança alimentar, e que este número subiu para cerca de 1 bilhão, quando somados aos dados de 2009, classificando a fome em estágio grave e permanente (ZIEGLER, 2013,p.37).

Nos últimos anos, os estudos sobre a fome têm ganhado destaque e relevância, principalmente nas áreas da saúde e ciências sociais, que apontam a necessidade de abordar o problema da fome e da má nutrição sob uma perspectiva conjuntural. Entretanto, políticas públicas de alimentação e nutrição ainda carecem de uma abordagem crítica, sem uma discussão aprofundada sobre a insegurança alimentar e nutricional que afeta certos grupos sociais.

³⁰ FAO é uma instituição interestatal, ora, as sociedades transcontinentais privadas que controlam o essencial do mercado mundial agroalimentar a combatem.

Em 2019, a OXFAM ³¹ alertou sobre a crescente insegurança alimentar no mundo. O relatório apontou que, naquele ano, 821 milhões de pessoas passariam pela insegurança alimentar (IA), sendo que 149 milhões dessas estariam em situação de fome grave. Em outro relatório divulgado em julho de 2021, a organização mostrou que países africanos, como Etiópia, Madagascar, Sudão do Sul e Iêmen, estavam passando por uma situação de fome estrutural, com 521.814 vítimas da fome³². O estudo revelou também que, em 2021, as mortes em decorrência da falta de alimentos haviam alcançado 4,5 milhões de pessoas. A falta de nutrientes no organismo agrava tanto o aspecto social como o biológico, pois enfraquece o sistema imunológico, facilitando a entrada de vírus e bactéria causando doenças oportunistas nas pessoas mais vulneráveis.

A situação tornou-se mais alarmante devido à crise humanitária provocada pela pandemia da COVID-19. A cada 11 minutos, 11 pessoas morriam de fome no mundo, superando a taxa de mortalidade pandêmica, que em 2020 foi em média de sete pessoas por minuto. A combinação de crises econômicas, como a pandemia, as guerras e os deslocamentos forçados, bem como a crise climática, resultaram em mais de 48 milhões de pessoas sendo levados à insegurança alimentar, em 2020 (Oxfam, 2021). Em julho de 2022, um relatório das Nações Unidas apontou novas evidências de que o objetivo de erradicar a fome no mundo até 2030 está cada vez mais distante de ser alcançado³³.

Canção da Floresta

Tombam árvores, morrem índios
Queimam matas, ninguém vê
Que o futuro está pedindo
Uma sombra e não vai ter
Pense em Deus, alertem o mundo
Pra floresta não morrer

Devastação é um monstro
Que a natureza atropela
Essas manchas de queimadas
Que hoje vemos sobre ela

³¹ O vírus da fome | Oxfam Brasil

³² Mundo tem 11 mortes por fome por minuto, estima Oxfam – DW – 09/07/2021

³³ Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil

São feridas que os homens
Fizeram no corpo dela

Use as mãos, mude uma planta
Regue o chão, faça um pomar
Ouça a voz do passarinho
A floresta quer chorar

A natureza está pedindo
Pra ninguém lhe assassinar...

(trecho da letra: intérprete Wagner)

CAPÍTULO 3

DESTRUIÇÃO AMBIENTAL E FOME

3.1. Agronegócio no radar do desmatamento ilegal

A Cargill, uma das maiores empresas do mercado de commodities, com sede nos Estados Unidos e operações no Brasil, investe amplamente em toda a cadeia alimentar. Suas atividades incluem produção, processamento e comercialização de cereais, alimentos, fibras, carnes, insumos, fertilizantes e transporte. Com uma atuação diversificada, a empresa destaca-se como uma das gigantes do agronegócio global. Envolvida em todas as etapas da cadeia produtiva – desde o processamento e marketing até a instrumentação financeira, gerenciamento de risco e distribuição — a Cargill é frequentemente associada ao agronegócio e às práticas de desmatamento ilegal.

O poder de concentração e centralização da Cargill no setor é evidenciado por uma matéria divulgada pelo Brasil de Fato, em que Murilo Pajolla (2021) revela como as atividades do porto da empresa ameaçam terras indígenas e quilombolas. O avanço do cultivo de soja e milho tem invadido áreas da Floresta Amazônica, destinando grande parte da produção ao mercado chinês e europeu, principais importadores das commodities da empresa.

Paralelamente a essa situação, navios carregados de soja e milho partem do porto norte-americano localizado na confluência do rio Amazonas com o rio Tapajós, em Santarém (PA). Este porto foi construído sobre um cemitério ancestral, desrespeitando tradições culturais locais. As comunidades ribeirinhas relatam graves impactos ambientais decorrentes da navegação fluvial, incluindo correntes que atingem as margens, provocando erosão e o desaparecimento de territórios quilombolas (PAJOLLA, 2021, Brasil de Fato).

A liderança indígena Tapajós Arapiuns manifesta sua indignação afirmando que: "A Cargill, para nós, é um símbolo de destruição." O avanço das operações da empresa tem estruturado a economia de subsistência, que era baseada na pesca e na agricultura familiar. Esse impacto afeta diretamente mais

de 12 mil pessoas, incluindo povos indígenas, colocando em risco sua cultura, meios de sustento e territórios.

A produção de frutas diversificadas é motivo de orgulho para os moradores. Mas a chuva de agrotóxico envenena não só as plantações, mas também as populações humanas, que se tornou alvo de uma verdadeira chuva de toxina. [...] hoje nós temos nossos igarapés secos, aldeias sem água, localidades totalmente invadidas pelo agronegócio, por campos de soja e milho. O rio Tapajós e o rio Amazonas estão sob ameaça (idem 2021).

O estado do Pará responde por cerca de 42% da área desmatada na chamada "Rota do Fogo". Este fenômeno de desmatamento no bioma amazônico afeta diretamente um complexo de unidades de preservação ambiental, que inclui territórios indígenas, quilombolas e assentamentos. Conforme a reportagem de Pajolla (2021), em 2020 foram eliminados 8.058 km² de floresta, representando um aumento de 30% em relação a 2019, quando a perda foi de 6.200 km².

De acordo com um relatório da Mighty Earth³⁴, fazendas brasileiras que produzem soja na Amazônia e no Cerrado estão envolvidas em práticas de desmatamento ilegal. O documento ressalta que os produtos cultivados nessas áreas desmatadas são exportados para a Europa, com gigantes do agronegócio, como Cargill e Bunge, diretamente associadas a essas atividades³⁵.

Em 2019, um documento produzido pela Câmara Legislativa, durante a gestão Bolsonaro, argumentou que atividades agrícolas em terras indígenas não estão em desconformidade jurídica ou técnica. O documento declarou que "é

³⁴ A Mighty Earth é uma organização global de defesa que trabalha para proteger o planeta e denunciar práticas ilegais. Seu objetivo é preservar metade da Terra para a Natureza e garantir um clima que permita a prosperidade da vida.

³⁵ Além da Cargill e Bunge, a lista inclui Maggi, ADM, Cofco, LDC e ALZ Grãos. O recorte é baseado no raio que as próprias empresas informam como área onde a soja exportada é colhida e demonstra potencial de contaminação das cadeias de suprimentos de soja ligadas a essas companhias.

lícita a realização de contratos agrários 'atípicos' que visem a cooperação entre indígenas e não indígenas na realização do plantio agrícola". A única restrição apontada foi o uso de transgênicos em áreas de preservação ambiental. Contextualiza o INA:

O presidente da Funai sabe que lhe falta base legal para promover a atuação de produtores rurais não indígenas dentro das TIs. Tanto é assim, que suas arriscadas experimentações – incluir as organizações mistas no rol de possíveis empreendedores em Tis ou apoiar publicamente o projeto Independência Indígena – vêm acompanhadas de tratativas com parlamentares sobre projetos de lei (PLs) que, se aprovados, darão amparo às iniciativas já tomadas.(INA,2022.p.113).

Nesse contexto, o dossiê elaborado em 2022 por técnicos da Funai prestou homenagem aos companheiros Bruno Pereira, Dom Phillips e Maxciel dos Santos, mortos no exercício de suas profissões. O documento também se manifestou contra o desmonte da Funai, conhecida como "Nova Funai" durante o governo Bolsonaro.

O relatório expôs um parecer técnico da Câmara Legislativa que, segundo os autores, baseou-se em normas técnicas e jurídicas para assegurar o direito de não indígenas realizarem atividades agrícolas nas terras demarcadas. Esse processo, entretanto, segue em análise judicial sob a luz do marco temporal.³⁶

Segundo Carvalho(2019), não há nenhuma normativa que impeça o plantio em larga escala nas terras indígenas para fins agrícolas, embora o cultivo de sementes transgênicas seja expressamente proibido. Contudo, em seu relatório ele cita o artigo 1º da Lei nº 11.460/2007, que proíbe, as pesquisas e o

³⁶ Lei 14.701 traz a previsão da teoria do Marco Temporal, no artigo 4º, a qual estabelece que os povos indígenas tinham que estar habitando determinados locais em 5 de outubro de 1988 para que seja possível realizar a demarcação de terra indígena de ocupação tradicional. A Lei 14.701/2023 ressalva a possibilidade de demarcação se houver renitente esbulho, entendido como conflito físico ou demanda judicial em curso em 1988. A Funai questiona essa exigência perante o Supremo Tribunal Federal, pois antes de 1988, em geral, os indígenas não tinham a capacidade civil plena, não podendo ajuizar ações na justiça sem assistência da Funai. A Funai também questiona perante o Supremo Tribunal Federal a desconsideração de situações fáticas, como casos nos quais os povos indígenas foram expulsos das áreas de ocupação tradicional e não tiveram meios físicos ou jurídicos de recorrer contra essa expulsão, o que acaba consolidando uma violação de direitos (Dossie,2022).

cultivo de organismos geneticamente modificados (OGMs) em terras indígenas e áreas de unidades de conservação, exceto em Áreas de Proteção Ambiental.

Apesar dessas determinações jurídicas, o Ibama identificou, em 2019, o cultivo ilegal de OGMs em terras indígenas, como Paresi, Rio Formoso, Tire Catinga, Utiariti, Manoki e Uirapuru localizadas no estado de Mato Grosso. Durante a operação, cinco associações indígenas foram autuadas por práticas ilegais de cultivo de transgênicos.

Com relação à produção mecanizada em algumas comunidades indígenas, como Paresi³⁷, a jornalista Thaís Brianezi alertou, em 27 de março de 2009, para a existência de projetos locais envolvendo fazendeiros e comunidade indígena de Paresi no cultivo de soja em terras indígenas. Sobre o tema, o líder indígena Hiparidi-Xavante esclarece:

As terras indígenas são bens da União, de usufruto exclusivo de seus moradores tradicionais. Por isso, o Estatuto do Índio (de 1973) não permite que elas sejam arrendadas, proibição reforçada pela Instrução Normativa no. 3 de 2006 da Fundação Nacional do Índio (Funai). Organizações não-governamentais (ONGs) e o movimento indígena temem que os contratos de parceria representem uma forma de driblar a lei. "Eles são apenas outro nome do arrendamento. Os tratores são do branco, os lucros também", argumentou o coordenador da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (Mopic) (BRIANEZI,2009,Repórter Brasil).

O impasse em torno da liberação para o cultivo de soja na comunidade Paresi permanece sem aval dos órgãos públicos. A produção, realizada em parceria com fazendeiros, movimenta cerca de R\$ 50 milhões nas duas safras anuais. No entanto, os indígenas continuam marginalizados nesse processo, enquanto os agricultores comercializam a safra como se fossem os únicos proprietários e responsáveis pela produção.

Na matéria, líderes Paresi relataram que a comunidade sempre esteve inserida no ciclo econômico da região, especialmente a partir da década de 70, com a expansão das fronteiras agrícolas no Sul do Brasil. Para Emília, moradora

³⁷ O território Paresi tem hoje uma população aproximada de 3 mil índios. Eles estão divididos em 63 aldeias distribuídas em 1,3 milhão de hectares onde mais de 95% é de cerrado nativo.

da comunidade, esclarece que o 'Projeto Integração' em terras indígenas, foi amplamente utilizado para oferecer mão de obra barata às grandes fazendas agrícolas.³⁸

3.1.1. Pecuária e desmatamento

O documentário intitulado "*Yanomami sob ataque*"³⁹, produzido por Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana, revela que o extermínio florestal nas terras indígenas dos Yanomami ameaça os recursos essenciais para a sobrevivência dos povos originários. Além disso, alerta que o garimpo ilegal é apenas a ponta do iceberg, pois o desmatamento está associado a um projeto de genocídio, desenvolvimento econômico tanto regional quanto internacional, direcionado para empresas multinacionais. O desmatamento na Amazônia brasileira é responsável por cerca de 14% da destruição florestal global anual, tornando o Brasil um dos países que mais destrói florestas, perdendo apenas para a Indonésia.

³⁸ A inserção dos Paresi na sociedade do consumo é bem anterior ao estabelecimento das parcerias agrícolas[...]. desde o contato desse povo com o modelo civilizatório capitalista data do século XVII, quando parte dos indígenas foi escravizada pelos bandeirantes[...], o cotidiano dos Paresi passou a ser impactado pelos ciclos econômicos que marcaram a região: eles trabalharam na coleta da seringa e da poaia – erva de cujas raízes se extrai a emetina, usada como princípio ativo em medicamentos -, como guarda-fios e guias das comissões telegráficas – motivo pelo qual ficaram conhecidos como "os índios de Rondon" -, como vendedores de artesanato na beira da BR-364 – construída em 1961, cortando o território Paresi de leste a oeste – e, a partir da década de 70, com a expansão da fronteira agrícola por colonos do sul do país, como mão-de-obra barata na implementação das fazendas[...]"Em 1945, os jesuítas criaram um centro missionário em Utiariti, onde desde 1910 funcionava uma estação telegráfica",[...] foi o início da desestruturação da cultura Paresi. "As coisas começaram a mudar com os jesuítas, tinha crianças de várias aldeias que estudavam lá e eram proibidas de falar o idioma", explica ela. De fato, as aldeias onde atualmente há menos falantes do Paresi, língua pertencente ao tronco Aruak, são aquelas nas quais a ação catequizadora da chamada Missão Anchieta foi mais forte(BRIANEZI,2009 ,Repórter Brasil).

³⁹ Este relatório tem por objetivo descrever a evolução do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (TIY) em 2021. Trata-se do pior momento de invasão desde que a TI foi demarcada há trinta anos. A presença do garimpo na TIY é causa de violações sistemáticas de direitos humanos das comunidades que ali vivem. Além do desmatamento e da destruição dos corpos hídricos, a extração ilegal de ouro (e cassiterita) no território yanomami trouxe uma explosão nos casos de malária e outras doenças infectocontagiosas, com sérias consequências para a saúde e para a economia das famílias, e um recrudescimento assustador da violência contra os indígenas (Hutukara Yanomami; Ye'kwana,2022).

Um estudo do Greenpeace⁴⁰, apresentado em 2009 e intitulado *A Farra do Boi na Amazônia*, aponta que o aumento do desmatamento na região está intimamente relacionado à expansão da pecuária. O levantamento revela que o setor pecuário abastece tanto o mercado interno quanto o externo, evidenciando a complexa teia do comércio global de produtos bovinos. A pesquisa também expõe a estreita relação entre os frigoríficos brasileiros e as fazendas que fornecem gado oriundo do bioma amazônico. De acordo com o relatório, três grandes frigoríficos recebem gado proveniente de desmatamento ilegal, incluindo a empresa Bertin, que adquire fazendas instaladas ilegalmente em territórios indígenas (GREENPEACE, 2009).

Estudos indicam que os produtos comercializados na Amazônia fazem um "tour mundial"⁴¹, com toda a cadeia alimentar sendo distribuída ilegalmente através da Amazônia. Esses produtos, financiados por várias marcas globalmente respeitadas, circulam pelo mundo, diretamente ligados ao desmatamento do bioma brasileiro. Essas marcas, conhecidas como "Blue Chip", são empresas com ações e investimentos rentáveis, mas que, paradoxalmente, contribuem para a degradação ambiental⁴².

O Grupo ETC (SHAND et al., 2022) aponta que a JBS, a maior processadora de carne do mundo e maior empresa do Brasil, enfrentou fechamentos temporários de fábricas na Austrália e nos Estados Unidos após pagar US\$ 11 milhões em resgate de bitcoin. A pesquisa destaca a complexidade do mercado mundial de produtos bovinos, uma vez que frigoríficos

⁴⁰ Greenpeace é uma organização global independente que promove campanhas para defender o meio ambiente e a paz, inspirando as pessoas a mudarem atitudes e comportamentos. A organização tem como meta investigar danos ambientais e soluções seguras e socialmente justas, buscando oferecer esperança para esta e para as futuras gerações e inspirando pessoas a se tornarem responsáveis pelo planeta (GREENPEACE, 2009).

⁴¹ Empresas que estão na rota do couro ilegal, as processadoras norte-americanas, a Eagle Ottawa, receptora do couro ilegal, a Bertin e formadora exclusiva que repassa 30% do produto exportado para Eagle Ottawa, duas das maiores empresas que utilizam o couro na fabricação de móveis e estofamento para automóveis. A Eagle Ottawa fornece para a BMW, Ford, Honda, Toyota e muitas outras empresas (SHAND et al., 2022).

⁴² Empresas que estão na rota do couro ilegal, as processadoras norte-americanas, a Eagle Ottawa, receptora do couro ilegal, a Bertin e formadora exclusiva que repassa 30% do produto exportado para Eagle Ottawa, segundas maiores empresas que utilizam o couro na fabricação de móveis e para automóveis. A Eagle Ottawa fornece para a BMW, Ford, Honda, Toyota e muitas outras empresas (SHAND et al., 2022).

brasileiros, como Bertin, JBS e Marfrig estão envolvidos no desmatamento da floresta, agravando a crise climática e a insegurança alimentar.

Em 2008, o comércio bovino no Brasil movimentou US\$ 6,9 bilhões, equivalente a cerca de R\$ 14,2 bilhões, com 25% desse valor proveniente da exportação de couro. O Brasil e a China são os maiores exportadores de couro curtido do mundo, e a Bertin é uma das principais exportadoras desse produto para a China (IDEM,2022). Nesse contexto, estima-se que cerca de 60% do couro bovino exportado para a China esteja vinculado à "farra do boi"⁴³ e que marcas famosas como Nike, Adidas e Reebok utilizam couro proveniente de compradores diretos da Bertin.

Conforme Shand (2022) o Reino Unido, um dos maiores mercados da Europa, é destino significativo dessa carne, com cerca de 7% das refeições prontas congeladas e resfriadas, associadas à "farra do boi". Com o aumento da demanda por carnes, especialmente após a abertura dos mercados externos, a pressão sobre a expansão das áreas de pastagens em São Félix do Xingu aumentou. O país importa 40% da carne processada do Brasil, fornecida pelas gigantes do mercado brasileiro (Bertin, JBS e Marfrig), que abastecem o mercado global por meio do desmatamento ilegal.

Esse município, de grande interesse para o mercado bovino, vem se destacando negativamente ao longo dos anos devido estar classificado pelo INPE como um dos principais líderes do desmatamento na região Amazônia. Situado nas "novas fronteiras" do estado do Pará, possui muitas áreas de floresta não protegidas, o que contribui para a estimativa de extensão do desmatamento na região (idem 2022).

De acordo com o boletim do Programa Queimadas do INPE que monitora os focos de fogo em todo país, houve um aumento no número de focos, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste em março de 2024. O INPE

⁴³ Marcas mundialmente conhecidas, Adidas, BMW, Carrefour, Euro Star, Ford, Honda, Gucci, IKEA, Kraft, Tesco, Toyota, Wal-Mart, estão ligadas ao desmatamento ilegal da Amazônia.

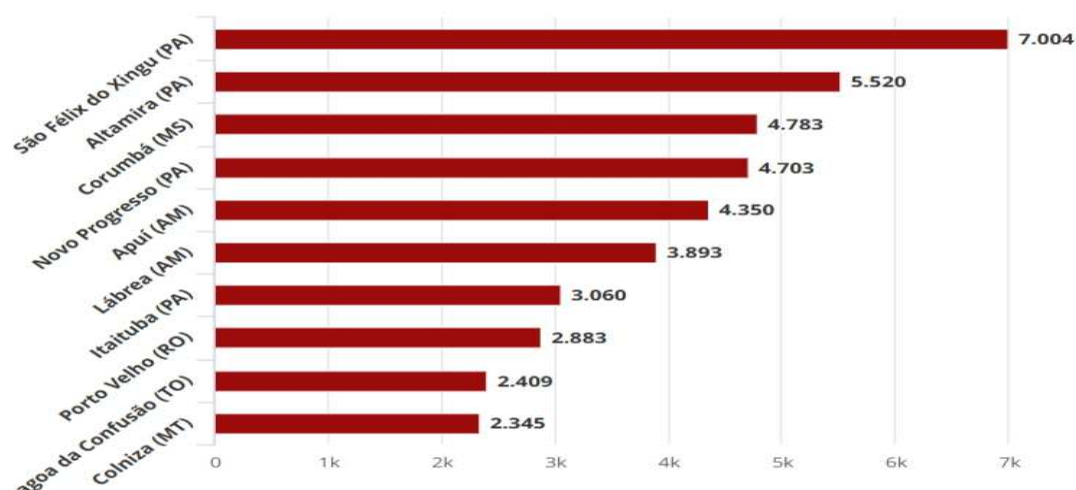
sinaliza que o número de focos era -10%, inferior, comparado ao mesmo período do ano anterior(MORELLI,2024,p.10).

Neste cenário, o bioma da Amazônia Legal destaca-se como o mais afetado pelas queimadas . Os municípios localizados na chamada “Rota do Fogo” estão sob intensa pressão devido à expansão da agropecuária.

Nesse contexto, ainda de acordo com o Castro, a mateira revela que o ano de 2024 apresentou o pior índice de queimadas na Amazônia nos últimos 26 anos, e que o mês de julho também foi considerado nos últimos 26 anos, o período com mais de 4,2 mil focos de calo. Entre os mais impactados estão Apuí (AM) e Lábrea (AM), que ocupam, respectivamente, o 5º e 6º lugares no ranking dos municípios com maior número de queimadas em 2024. Além disso, Altamira (PA) aparece em 2º lugar, seguido por Corumbá (MS) na 3ª posição, enquanto São Félix do Xingu (PA) lidera o ranking, registrando mais de 7 mil focos de incêndio até setembro de 2024(PORTAL CINCO,2024).

De acordo com o observatório do clima (OC) que faz o monitoramento da qualidade do ar, emite o alerta para os níveis de Gás Carbono, que atingiu 31 mil toneladas de (CO2) na atmosfera.

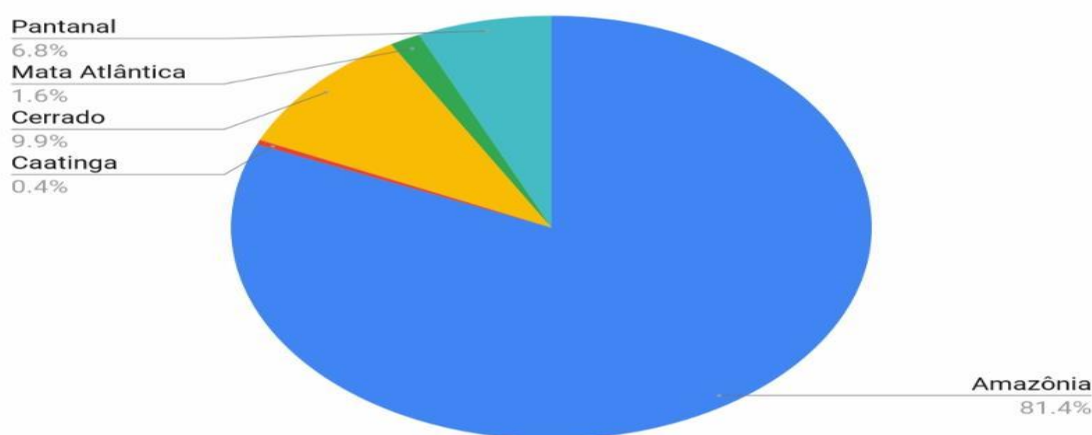
Gráfico 6 - Municípios com mais de 7 mil focos de incêndio na Amazônia Legal no ano de 2024.



Fonte: Portal Cinco

Nesse contexto, o gráfico 6, com base no levantamento realizado pelo INPE, mostra que o ano de 2024, apresentou o pior índice de queimadas na Amazônia nos últimos 26 anos. De acordo com a pesquisa, apenas no mês de março foram registrados mais de 3.652 focos de incêndio na Amazonia Legal, que liderou o ranking de maior extensão de áreas queimadas, totalizando 2.031 km², o equivalente a 81,4 % do total de queimadas no país. Essas informações, sinalizadas no gráfico abaixo, destacam que os focos de incêndio se concentraram principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste(MORELLI,202,p.11).

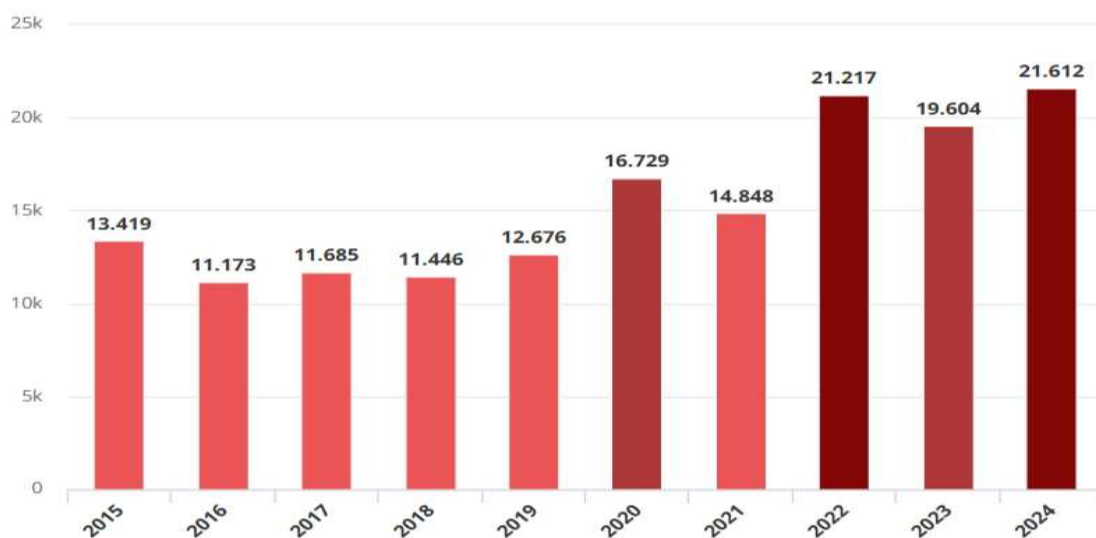
Gráfico . 7.Porcentagem (%) de área (km²)queimada por bioma brasileiro (março/2024).



Fonte: Programa Queimadas do INPE.

Outro dado divulgado em 24 de setembro de 2024, na matéria assinada por Mateus Castro, jornalista e correspondente do portal G1, revela que, nos primeiros 24 dias do mês de setembro, o estado do Amazonas registrou 6.128 focos de incêndios. Somando os meses de julho, agosto e setembro, o total de incêndios chegou a impressionantes 21 mil focos. No consolidado, o ano de 2022 registrou o pior índice da série histórica dos últimos dez anos (2015- 2024), com 21.217 foco de calor catalogados no estado. Já em 2023, foram identificados quase 20 mil focos de calor.

Gráfico 8 - Série histórica do Amazonas com 21 mil, queimada no ano 2024.



Fonte: Portal Cinco

Os jornalistas Poliana Dallabrida e André Campos, em uma reportagem divulgada em 19 de abril de 2024, alertaram sobre o descaso e a falta de investimentos públicos, aliados à fiscalização insuficiente e ações minimalistas do governo federal, que ampliam a área degradada e fortalecem o poder dos frigoríficos. O documento revela que esses gigantes do setor são abastecidos por gado proveniente de desmatamento ilegal no Pantanal, evidenciando que a "farrá do boi" persiste. Além disso, expõe que o estado do Mato Grosso possui o maior rebanho bovino do país. A JBS, com unidades em Barra do Garças e Pedra Bonita (MT), ao longo dos anos, recebeu gado de fazendas envolvidas no desmatamento ilegal.

Na matéria exibida pelo *Fantástico* em 14 de abril de 2024, foi destacado o caso de Claudecy Oliveira Lemes, fazendeiro e proprietário de 11 fazendas em Mato Grosso, que gastou mais de R\$ 9,5 milhões em agrotóxicos, incluindo o herbicida 2,4-D. Este composto, conhecido por ser utilizado na fabricação do "agente laranja" durante a Guerra do Vietnã, foi empregado de forma devastadora no Pantanal, contribuindo para o desmatamento de 82,1 mil hectares. Segundo especialistas, essa área devastada equivale a quatro vezes

o tamanho de Amsterdã, configurando o maior dano ambiental já registrado no bioma.⁴⁴

Wanderley Piganti, professor da Universidade Federal de Mato Grosso, detalhou ao *Fantástico* o chamado efeito “bomba” do herbicida 2,4-D⁴⁵ ⁴⁶. Ele alertou que, devido à sua estabilidade, a substância pode ser transportada pelo vento por até 20 a 30 quilômetros, contaminando áreas adjacentes. Em consonância com Piganti, Jean Carlos Ferreira, fiscal do Meio Ambiente de Mato Grosso, explicou que a aplicação do produto diretamente do avião não só mata as árvores, mas também contamina toda uma cadeia produtiva, impactando vegetações, pastagens e nascentes de água. (FANTÁSTICO, 2024).

Para conseguir transformar a área em pastagem para gado, o proprietário investiu tempo e fortuna. Ele fez a aplicação de herbicidas ao longo de três anos, e as notas fiscais apreendidas revelam que, só com a compra de agrotóxicos, ele gastou R\$ 25 milhões (idem,2024).

Suely Araújo, ex-presidente do Ibama e atualmente coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, afirmou em coletiva: "Temos incêndios criminosos. Vivemos a maior estiagem dos últimos 75 anos. Não é possível que o Parlamento brasileiro não trate desse tema". Ela expressou sua preocupação com a crise climática e enfatizou a necessidade urgente de implementar planos de adaptação e mitigação para combater as mudanças climáticas.

3.2. Amazônia sob ataque

Em tempos de incertezas, os primeiros meses do Governo Bolsonaro foram marcados por uma tentativa de rearranjo institucional do indigenismo de

⁴⁴ O pecuarista Claudecy Oliveira Lemes, que tem 11 fazendas no município de Barão de Melgaço, em Mato Grosso, é acusado de desmatar parte do Pantanal para plantar capim e fazer pastagem para boi.

⁴⁵ Trata-se da mesma composição presente do composto chamado “agente laranja” um desfolhante químico altamente tóxico, muito utilizado pelo Estados Unidos na Guerra do Vietnã

Estado. Na ocasião, o delegado da Polícia Federal, Marcelo Xavier, delineou o perfil de uma "Nova Funai."⁴⁷

O Dossiê apresentado em 2022 denuncia os esforços para dismantelar ou fragilizar o órgão, que representa um expoente fundamental no que tange aos interesses das comunidades indígenas. Nesse contexto, o documento alerta que:

Muita coisa foi produzida a respeito do desmonte da política indigenista sob o governo Bolsonaro. No dia 9 de agosto de 2021, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) ofereceu denúncia perante o Tribunal Penal Internacional, acusando o presidente da República de genocídio, sob o argumento de que, desde o início do seu mandato, ele adotou uma agenda antiindígena.[...] os discursos do presidente da República contra os povos indígenas levaram a ondas de invasões de suas terras, inclusive no que diz respeito aos indígenas isolados e de recente contato. Aspectos relevantes acerca disso são o desmatamento e a mineração em terras indígenas demarcadas, que apresentaram um aumento considerável a partir de 2018 (INA; INESC, 2022,p.8).

O relatório também apontou que as invasões e conflitos nos territórios indígenas ⁴⁸ aumentaram de 256 em 2019 para 263 em 2020, representando um crescimento de 137% em relação a 2018, quando foram registrados 111 casos.

No mesmo período, os ataques afetaram pelo menos 201 terras indígenas, pertencentes a 145 etnias, em 19 estados brasileiros. Com base nesses dados, em 13 de setembro de 2021, Michelle Bachelet, alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, expressou preocupação com a situação dos povos indígenas no Brasil. Ela declarou que:

⁴⁷ Delegado da Polícia Federal, atuou na região do leste mato-grossense. Em 2014, foi afastado das operações de desobstrução da TI Marãi Watsede, sob suspeita de fazer a defesa dos ocupantes não indígenas. No governo Temer, foi ouvidor da Funai e assessor para assuntos agrários do ministro ruralista, Carlos Marun na Secretaria de Governo. Logo ao início do governo Bolsonaro, chegou a ser nomeado assessor de Nabhan Garcia na SEAF, mas sua cessão não foi efetivada.

⁴⁸ São muitas as expressões; indígenas, aborígenes, ameríndios, povos originários, nativos, autóctones para se referir a essas pessoas e por isso não entrarei no mérito de melhor definição. Após essas observações, utilizaremos a expressão "indígenas".

No Brasil, estou alarmada com os recentes ataques contra membros dos povos Yanomami e Munduruku por mineradores ilegais na Amazônia. As tentativas de legalizar a entrada de empresas em territórios indígenas e limitar a demarcação de terras indígenas — notadamente por meio de um projeto de lei que está em análise na Câmara dos Deputados — também são motivo de séria preocupação (INA; INESC, 2022,p.8).

Sob o prisma de intensa movimentação no bioma amazônico, nos últimos anos, diversos ataques aos povos originários levaram lideranças a denunciar o massacre da maior etnia registrada no Brasil e na Venezuela.

De acordo com dados divulgados pelo Grupo Geo Yanomami, o rastro de destruição também afeta outras etnias do bioma amazônico, que enfrentam ameaças iminentes de extinção e violência⁴⁹.Em 2021, um dos líderes Yanomami na região de Palimiu manifestou-se com veemência contra ações os povos não indígenas:

Eu estou falando o que eu penso! Vocês não indígenas, vocês que vivem em terras distantes, não fiquem nos olhando sem interesse! Não quero que fiquem nos olhando à toa! Tenham urgência! Já que vocês têm muita força, vejam que nós Yanomami estamos mesmo sofrendo! Tudo isso está muito evidente! Por isso peço urgência que façam uma barreira nesse rio [para impedir a entrada de invasores] quero que fechem rapidamente o acesso aos garimpeiros! Por que a entrada deles é permitida? Eu não aceito isso (HUTURAKA; YE'KWANA, 2021, p.3).

O observatório MapBiomas ⁵⁰ aponta que a curva da destruição pelo garimpo assumiu uma trajetória ascendente, evidenciando que o desmatamento

⁴⁹ Grupo de trabalho (GT) Geo-Yanomami, de apoio à construção de bases de dados que auxiliem as ações emergenciais em campo, bem como a produção, organização e análise de dados que permitam avaliar permanentemente a situação de saúde da população indígena. Este grupo foi formado por pesquisadores e alunos de diversas instituições, como a Fiocruz, Ligas/UVA, LISS/INPE, Lagas/UnB, UFAM, SES-AM, LBGS/UNESP, entre outras.

⁵⁰ No final dos anos 1980, foi criado no INPE, o Programa de Monitoramento do Desmatamento da Amazônia (PRODES) e, pouco depois, o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, numa parceria entre o INPE e a Fundação SOS Mata Atlântica. Em 2004, o INPE lançou o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo quase Real (DETER), uma ferramenta com informações mensais sobre o desmatamento da Amazônia. Posteriormente, o DETER foi ampliado para o bioma Cerrado. Desde 2006, opera também o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do IMAZON, cobrindo o bioma Amazônia. Atualmente, existem pelo menos 11 sistemas, nacionais e internacionais, que monitoram o desmatamento no Brasil, cobrindo diferentes biomas e com frequências e resoluções espaciais variadas.

através de queimadas, no mês de dezembro de 2024, foi de 1,1 milhão de hectares, o que corresponde a 3,6 % de toda área queimada no Brasil ao longo do ano. Esse dado representa um aumento de 79%, em relação à média dos últimos seis anos. Destaca que 68% da área queimada foi em local de vegetação nativa.

De acordo com o Tasso Azevedo, coordenador geral do MapBioma, em declaração à CNN em 21 de novembro de 2021, medidas de controle, se devidamente implementadas pelo governo Bolsonaro, poderiam ter evitado a expansão do desmatamento ilegal. Ele enfatizou três medidas fundamentais para o controle dessa prática.

A primeira medida, segundo Azevedo, é a retomada da demarcação de terras indígenas, considerada a mais importante do ponto de vista de preservação do bioma. A segunda ação consiste em garantir a proteção e evitar a regressão das áreas e unidades de conservação já existentes. Por fim, a terceira intervenção é priorizar o embargo das áreas desmatadas ilegalmente.

Segundo Azevedo, após a delimitação dessas áreas, ficaria proibida a realização de atividades como produção agrícola, venda de produtos, regularização fundiária, e obtenção de financiamentos, até que o problema fosse esclarecido. O coordenador do MapBioma destacou que essa última atitude pode ser executada remotamente, utilizando tecnologias modernas. No entanto, o serviço foi desativado em janeiro de 2019, comprometendo a fiscalização e o controle sobre o desmatamento ilegal.

De acordo com Relatório Anual do Desmatamento(RAD) de 2023 , que foi elaborado pelo mapbiomas, apresenta um levantamento de todas os biomas que perderam vegetação nos últimos cinco anos. O levantamento revela que mais de 85% dessa área desmatada ocorreu nos biomas Amazônia ⁵¹ e Cerrado ⁵², e,

⁵¹ O maior Bioma do Brasil cobre um território de 4,196.943 milhões de km², onde crescem 2.500 espécies de árvores – 1/3 de toda a madeira tropical do mundo – e 30 mil espécies de plantas (das 100 mil da América do Sul). O bioma representa mais da metade das florestas tropicais remanescentes e compreende a maior biodiversidade em uma floresta tropical no planeta.

⁵² O bioma Cerrado é a segunda maior formação vegetal do Brasil, sua formação vegetal conta com uma grande biodiversidade. Conhecido como a savana brasileira, é o segundo maior bioma do Brasil e da América do Sul. Localiza-se em uma área com grande potencial aquífero e diversos tipos de vegetações, possui com 22% do território brasileiro, o que equivale a 200 milhões de

que o Brasil, perdeu cerca de 8,56 milhões de hectares de vegetação nativa. O estudo aponta que, além do garimpo, dos eventos climáticos extremos e da expansão urbana; a agropecuária é o principal fator de pressão para o desmatamento, sendo responsável por mais de 97% da perda de áreas nativas(RAD2023,2024,p.7).

Nos últimos anos, o MapBioma, por meio de tecnologias fornecidas pelo satélite Landsat, tem possibilitado a identificação e análise de áreas com focos de queimadas e outros tipos de degradação. Com a introdução da Inteligência Artificial, tornou-se possível observar com maior precisão locais degradados, como aqueles afetados pelo garimpo ilegal, que frequentemente ocorre de forma fragmentada em regiões de relevo acidentado⁵³.

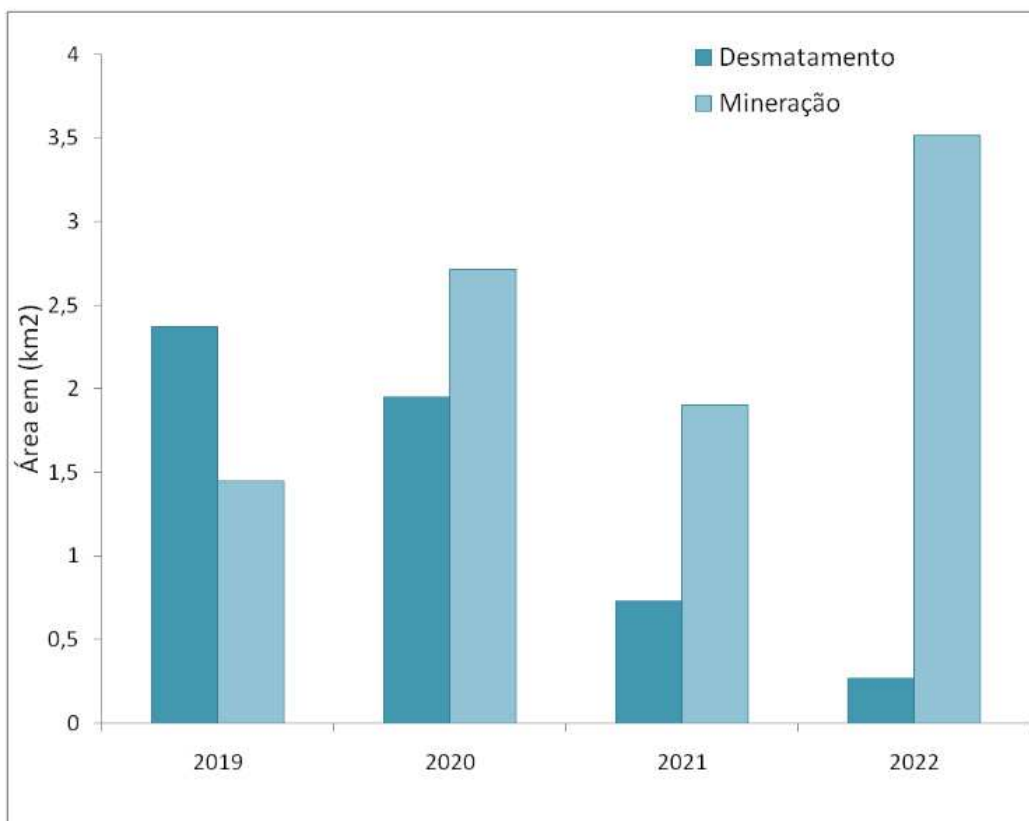
De acordo com os dados publicados na plataforma do MapBiomias em 9 de dezembro de 2024⁵⁴, a série histórica de 2019 a 2024 revela que aproximadamente 3.177 hectares de terras indígenas Yanomamis foram degradados. O ano de 2020 destacou-se como o período de maior devastação, com 905,07 hectares afetados na reserva indígena Yanomami.

quilômetros quadrados. Os estados do Brasil abrangidos pelo Cerrado são: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além de alguns enclaves (terreno dentro de outro) no Amapá, Amazonas e Roraima. Compreende também territórios do nordeste do Paraguai e do leste da Bolívia. Apesar da sua importância, o Cerrado é, atualmente, o segundo bioma mais ameaçado do país.

⁵³ MapBiomias lança série de dados sobre o impacto do fogo nos biomas -Arapyaú.

⁵⁴ Com auxílio de ferramentas de inteligência artificial, a área queimada do país foi analisada em um recorte de 30metros x 30metros. Ao todo, foram 108 terabytes de imagens processadas para evidenciar as áreas, anos e meses de maior e menor incidência do fogo ao longo dos 8,5 milhões de km² de extensão do país.

Gráfico.9- Devastação em Terras Yanomami (ha)



Fonte: Acervo Socioambiental

O gráfico 9 apresenta a evolução das atividades do garimpo ilegal e do desmatamento nas terras Yanomami entre os anos de 2019 a 2022, os quais correspondem à crise apontada na população Yanomami.

Um estudo aponta que os Yanomami já percebiam mudanças na movimentação dos garimpeiros desde 2019. Homens encapuzados e armados, transportados em barcos, começaram a circular pelas terras indígenas, portando pistolas e fuzis automáticos. Os ataques, que anteriormente eram raros, tornaram-se frequentes, incluindo invasões de aldeias e cerco à margem dos rios, muitas vezes direcionados a mulheres e crianças (HUTUKARA; YE´KWANA, 2021). Depoimento de Liderança Yanomami gravado por Richard Mosse na Região Palimiu, contextualiza:

Que todos vocês voltem seus olhos para nós! Nós estamos sofrendo junto com a floresta! Toda a floresta está sofrendo! A floresta morreu! Agora a floresta morreu. Faz tempo que eles mataram esta floresta. Acabaram com todas as árvores que comíamos os frutos! derrubaram todas as grandes árvores! E

quem foi que fez isso? Foram os garimpeiros que acabaram com elas! A nossa terra está completamente morta! Então volto a pedir, a todos os líderes que venham em nosso socorro(HUTUKARA; YE'KWANA, 2021,p.2)

Em uma matéria publicada pela BBC Globo News em 2022, Allison Marugal, representante da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades em Roraima, relatou a presença de mais de 20 mil garimpeiros atuando dentro de terras indígena, associados a cerca de 3 mil minerações ilegais ao longo de dois anos. Alisson evidenciou que mais de 16 mil indígenas foram diretamente impactados pela expansão do garimpo e do desmatamento ilegal (BBC NEWS, 2022).

Especialistas apontam que as declarações de Bolsonaro a favor do garimpo em terras indígenas, somadas às propostas e discussões da bancada ruralista, estão relacionadas ao projeto do governo federal de interromper a demarcação de novas terras indígenas. Dessa forma, essas ações incentivam a legalização da mineração nessas áreas (IDEM ,2022).

Uma matéria divulgada em 2021 por Fernando Duarte, correspondente da BBC News, alertou para o risco iminente de extinção da etnia Piripkura após ataque dos garimpeiros. Rita, uma indígena idosa, relatou que seu povo foi “exterminado” ao longo do tempo, restando apenas três sobreviventes da etnia: ela própria, Batia e Tamanduá.

Em conformidade com Duarte, o ritmo de destruição e a ameaça constante aos povos que protegem a Amazônia e nela sobrevivem intensificaram-se durante o governo Bolsonaro. Rita esclarece que Batia e Tamanduá, pai e filho, vivem completamente isolados, sem contato com povos não indígenas, e sobrevivem exclusivamente da floresta. A quase extinta etnia Piripkura, localizada no Centro-Oeste brasileiro, está sob grave risco de extinção permanente devido ao avanço da pecuária, ao corte ilegal de madeira e aos projetos licenciados pelo governo federal, que ameaçam tanto grupos indígenas isolados quanto não contactados (BBC NEWS,2021).

Nessa direção, o bioma amazônico,⁵⁵ tornou-se crucial para o agronegócio e grandes corporações, que buscam atender às demandas do

⁵⁵ A Amazonia é o maior bioma brasileiro, importante não apenas para o Brasil, mas para o próprio equilíbrio do ecossistema do planeta, cada vez mais frágil (MARQUES, 2019).

mercado nacional e internacional. Apesar da proteção legal, a reserva Piripkura está perdendo a batalha contra os “invasores” do agronegócio⁵⁶.

Em abril de 2022, um relatório técnico elaborado pelo Instituto Ambiental e associações indígenas destacou a evolução do garimpo ilegal nas últimas três décadas, desde a demarcação de terras. O estudo revelou não apenas a destruição ambiental e a degradação dos povos nativos, mas também uma explosão de casos de doenças infecciosas e morte por contaminação. Esses problemas têm trazido consequências devastadoras, tanto para as famílias indígenas como para a economia das comunidades (HUTUKARA; YE´KWANA 2021,p.17).

Figura 1 – Foto do Garimpo no rio Uraricoera, TIY em janeiro de 2022.



Fonte: Yanomami sob ataque HUTUKARA; YE´KWANA

⁵⁶ Os ataques contra o povo indígena não são fenômenos recentes, no entanto o que chama atenção é o ritmo de destruição em massa, lançado aos povos originários do bioma amazense. O relatório divulgado pelo (INPE) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais à rede de organização não-governamental observou que uma área de 24 Km² do território Piripkura foi devastada entre agosto de 2020 a julho de 2021.

Figura 2- Área de garimpo no Uraricera.



Fonte: Yanomami sob ataque, Hutu Kara ;Ye'kwana,

O Grupo Geo. Yanomami, com base no mapeamento das comunidades Yanomami, apresentou um relatório sobre a situação desses povos. Contudo, o trabalho não é simples nem de fácil acompanhamento. Segundo os pesquisadores, as Terras Indígenas Yanomami (TIY) são vastas, e o modo de vida da etnia segue padrões de deslocamento constante, que sempre estiveram presentes em sua cultura.

O estudo alerta que, devido aos ataques sofridos pelas comunidades Yanomamis, esses deslocamentos podem ser uma resposta aos conflitos recorrentes com os garimpeiros, além de pressões de agentes externos, como invasões e epidemias (NILSSON, 2017 *apud* GRUPO GEO YANOMAMI, 2023, p.4).

Figura 3 – Área do Garimpo no Uraricera.



Fonte: Yanomami sob ataque Hutu Kara ;Ye'kwana

Considerando que os Yanomami, por tradição ou necessidade, sempre mantiveram alta mobilidade em seus territórios, o aumento do garimpo em áreas demarcadas tem gerado impactos significativos. Esses danos vão além da mobilidade, afetando o sistema produtivo, a pesca, a caça e a manutenção do estoque de alimentos, além de intensificar os problemas ambientais.

O documentário *Yanomami sob ataque*⁵⁷ denuncia inúmeros impactos provocados pelo garimpo na vida cotidiana das comunidades indígenas. De acordo com o documentário, o uso crescente de bebidas alcoólicas e outras drogas entre os jovens, influenciado pelos garimpeiros, tem agravado os conflitos internos. Assim, o relatório também aponta que, após a chegada de um “pó branco”, os indígenas ficaram “doidos e agressivos”, gerando uma desestruturação social e econômica dentro das comunidades.

⁵⁷ Relatório produzido em 2021, descreve a evolução do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (TIY), trata-se do pior momento de invasão desde que a TIY foi demarcada e homologada, há trinta anos. A presença do garimpo, desmatamento e a destruição dos corpos híbridos, extrativismo ilegal, doença e fome. Yanomami Sob Ataque e o Garimpo Ilegal Na Terra Indígena Yanomami e Propostas para Combatê-Lo, foi produzido por meio de um Sistema De Monitoramento Do Garimpo Ilegal TI Yanomamis (HUTUKARA;YE'KWANA, 2021).

Pesquisadores envolvidos na produção do documentário, analisaram os efeitos do garimpo ilegal nas Terras Indígenas Yanomami (TIY), tiveram suas identidades preservadas por questões de segurança. Segundo os próprios indígenas, o problema central não é a ausência absoluta de alimentos, mas a desestruturação social e econômica causada pelas invasões garimpeiras produziu no solo indígena e dentro da comunidade. O relatório destaca que muitos jovens indígenas não querem mais abrir roças, pescar e caçar preferindo receber alimentos dos garimpeiros em troca da mão de obra para serviços como carregar combustível, guiar canoas e até mesmo participar diretamente do garimpo (HUTUKARA; YE´KWANA, 2021,p.41).

Adicionalmente, o estudo aponta que já existe uma rede de troca de mercadorias dentro das comunidades Yanomamis. Próximo ao Pelotão de Auaris, por exemplo, a mão de obra indígena tem sido utilizada nos canteiros de Simoda Wocho. Parte das famílias desloca-se para trocar de produtos in natura, como banana, por objetos industrializados. Essa rede de troca envolve não apenas indígenas Somada e Ye'kwana, mas também garimpeiros e outros não indígenas da região (idem,2021,p.50).

Outro dado alarmante é a precariedade na assistência à saúde das comunidades nos polos-base das microrregiões de Uraricoera, Palimiu e Waikás. Em 2020, Palmiu registrou 900 casos de malária, enquanto o total de notificações superou de 1.800, indicando uma média de dois casos por pessoa.

A saúde precária afeta diretamente o sistema produtivo, que depende do trabalho familiar no plantio da roça e da pesca para garantir a subsistência da comunidade. Indivíduos com recorrência de malária, debilitados pela doença e pela má alimentação, encontram dificuldades para realizar tarefas essenciais, como abrir roças durante a estiagem. Essa situação compromete não apenas a colheita, mas também a sobrevivência da comunidade como um todo. Nesse contexto:

Tradicionalmente o tempo médio de permanência numa mesma aldeia circular é de 5 a 6 anos, período depois do qual os recursos começam a se exaurir, motivando-os a buscar nova área de moradia, como parte da estratégia de mobilidade territorial e para fazer a renovação daquela área. É devido a essa estruturação do espaço, que ocorre com a divisão da pressão das atividades de caça, pesca e coleta, que a comunidade

assegura a produtividade de suas atividades de subsistência e evita o esgotamento rápido dos recursos. Portanto, a mobilidade dos indígenas implica em condição primordial para a regeneração da floresta (ALBERT, 1992 *apud* GRUPO GEO YANOMAMI, 2023,p.9).

Levando em conta que as terras indígenas estão sendo constantemente ameaçadas pela invasão do garimpo ilegal, cada vez mais próximo das comunidades Yanomami, tal ameaça se intensificou significativamente nos últimos anos. Constata-se que parte da infraestrutura destinada a atender às necessidades da comunidade passou a ser ocupada pelos dos garimpeiros, de modo que postos de saúde, pista de pouso até mesmo aldeias Yanomami foram abandonados ou invadidos, sendo atualmente utilizados para atividades relacionadas ao garimpo ilegal (GRUPO GEO YANOMAMI, 2023, p.39).

Figura 4- Garimpo próximo a Comunidade Xaruna, Parima em Terras Indígenas Yanomami



Fonte : Yanomami sob ataque, *HUTUKARA, YE'KWANA*

Cabe destacar que essa situação acarreta uma série de consequências para o povo indígena, como a escassez de mão de obra para atividades tradicionais, como o cultivo do roçado, a pesca e caça. Além disso, observa-se

a troca de trabalho por comida, bebida e armas de fogo, o que agrava a violência intercomunitária, a prostituição, a violência contra mulheres e crianças, bem como o desrespeito aos anciãos (HUTUKARA; YE'KWANA, 2021,p.23).

No estudo apresentado pelo Grupo Geo Yanomami (2023), a destruição ambiental é apontada como um alerta para a invasão e ocupação das Terras Indígenas Yanomami (TIY), que ameaça diretamente a sobrevivência das comunidades indígenas. Aproximadamente 62,69 % da população Yanomami está diretamente afetada por essas invasões, colocando em risco a vida de 17.696 indígenas. A exploração do minério, a contaminação do solo e rios, além de doenças, desnutrição e fome, estão todos associados à total desassistência ao povo Yanomami (GRUPO GEO YANOMAMI, 2023,p.26).

FIGURA 5 - Garimpo próximo a Comunidade Makabey Arathau, em Terras Indígenas Yanomami.



Fonte : Yanomami sob ataque, *HUTUKARA, YE'KWANA*

Contudo, a resposta do Estado às necessidades de sobrevivência dos povos indígenas permaneceu inexistente, mesmo após a implementação do ciclo vacinal.

Durante dois anos, prevaleceu uma postura de negligência em relação à situação sanitária, enquanto as organizações indígenas e indigenistas atuavam nas aldeias para tentar retomar as atividades até maio de 2022 (INA; INESC, 2022,p.45).

Diante desse cenário, grupos indígenas nos Territórios Yanomamis foram encontrados em situação de extrema fome, famélicos e subnutridos, enquanto a falta de assistência às comunidades indígenas durante a pandemia ocorreu de forma generalizada. Entretanto, vale salientar que a pandemia do covid -19 não apenas justificou, mas também aprofundou o distanciamento da Nova “Funai” do território, especialmente após a publicação da Portaria 419/2020.⁵⁸

Mesmo diante das dificuldades logísticas e dos recursos limitados nos orçamentos públicos, até de 2019, as Coordenações Regionais (CRs) conseguiam atuar nos territórios indígenas, exercendo suas funções, mesmo que minimamente. No entanto, a partir de 2019, o cenário mudou drasticamente durante o governo Bolsonaro. Segue o relatório contextualizando:

[...] a entrega de cestas básicas no momento emergencial se dá com o intuito de que o Estado garantisse a segurança alimentar dessas populações no contexto sanitário emergencial. Na prática, grande parte da atuação da Funai nos últimos dois anos tem-se limitado às cestas básicas. A distribuição de 500.000 cestas de alimentos foi, inclusive, definida como a Meta Global para o 12º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional (2021-2022). Com datas de validade prestes a vencer, o lote de alimentos exigia uma capacidade operacional que ultrapassava a da CRs em questão, e foi necessário devolvê-lo e redirecioná-lo a outras para distribuição imediata. [...] Na operacionalização da distribuição das cestas Brasil afora, sobram problemas administrativos e logísticos. Apesar de ser uma política definida como prioritária pela Funai Sede, nem ela nem suas relações interinstitucionais (Conab/Mapa, MMFDH, Ministério da Cidadania) arcaram com a responsabilidade de contratar empresas de frete, foi transferida para as CRs ((INA; INESC, 2022, p.47).

Nesse prisma, é importante destacar que, entre os anos de 2019 e 2020, quase 100 crianças Yanomami morreram em comunidades de Roraima, vítimas de doenças potencialmente evitáveis. A gestão Bolsonaro foi alvo de diversas ações judiciais movidas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

⁵⁸ PORTARIA Nº 419, DE 17 DE MARÇO DE 2020 .

no Tribunal de Haia, sob as acusações de genocídio e crime contra a humanidade. Diante disso, lideranças indígenas manifestaram-se perante instituições internacionais:

[Bolsonaro] representa a não esperança, a destruição do meio ambiente. Ele representa as invasões, representa o garimpo, representa o sangue que corre no asfalto dos indígenas que moram em contexto de acampamentos não demarcados. Ele representa a destruição da Amazônia. Ele representa a falta de humanidade, a falta de hombridade. Ele representa o fascismo e, principalmente, representa tudo que há de ruim em termos das questões ambientais e humanitárias” (METROPÓLE, 2021).

As palavras acima contextualizam de forma eficaz a prática de extermínio aos povos originários. O antropólogo francês Pierre Clastres, explana dois fenômenos que, embora assimétricos, apresentam similaridades. Ele define o conceito de etnocídio como a destruição sistemática da cultura, dos modos de vida e da identidade de um povo. Por outro lado, o genocídio refere-se a “assassinar os povos em seu corpo”, enquanto o etnocídio significa quando os “mata em seu espírito” (INA; INESC, 2022, p.149).

Assim, cabe ressaltar que a grave situação de desamparo enfrentada pelo povo Yanomami, assolado pela fome, malária e desnutrição, que se agrava nos últimos anos, está imersa nos dois conceitos mencionados, os quais se aplicam perfeitamente às ações do governo Bolsonaro. Diante do exposto, o Dossiê da Funai (2022) alerta não apenas para a situação de vida nas Terras Yanomamis, mas também para o fato de que outras etnias enfrentam a mesma situação de abandono e desassistência. Afetadas pelo avanço do garimpo ilegal, as comunidades se veem forçadas a se deslocar para as calhas dos rios, onde os níveis de mercúrio⁵⁹ ultrapassam os limites permitidos.

Os efeitos dessa contaminação causada principalmente pela ingestão de peixes contaminados são possivelmente irreversíveis e incluem problemas neurológicos, de visão, olfato, paladar, problemas de memória, tremores e parestesia de

⁵⁹ A contaminação por mercúrio é também um dado extremamente alarmante. Estudos realizados na Terra Indígena Munduruku e na Terra Indígena Sawre Muybu mostraram que a maioria dos Munduruku que vivem em calhas de rio mais afetadas pela garimpagem apresentam níveis de mercúrio acima do limite máximo de segurança estabelecido (INA; INESC, 2022).

extremidade em adultos e retardo mental, perda cognitiva e até mesmo paralisia cerebral em crianças que sofreram exposição pré-natal. Os relatam abortos espontâneos e inúmeras outras doenças possivelmente associadas a essa alta taxa de mercúrio no sangue, transformação seu principal alimento em veneno (IDEM,2022,p.127).

O presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 21/01/2023 em visita às Aldeias Yanomamis em Roraima, anunciou ações emergenciais na TIY, que enfrenta graves problemas de fome, doenças e desnutrição. Estima-se que pelo menos 570 pessoas tenham morrido devido à contaminação por mercúrio, desnutrição e fome. O presidente relatou que:

Se alguém me contasse que em Roraima tinham pessoas sendo tratadas dessa forma desumana, como vi o povo Yanomami aqui, eu não acreditaria. O que vi me abalou. Vim aqui para dizer que vamos tratar nossos indígenas como seres humanos (Portal G1 ,2023).

Por todos os cantos da comunidade Yanomami, vê-se o retrato do abandono e da negligência à saúde, fome e desnutrição. Logo abaixo, segue o depoimento de uma mãe indígena na TIY.

A gente sofre aqui com muita malária, falciparum e Vivax, adultos, crianças e mulheres sem assistência de saúde há muitos meses. A última vez que equipes de saúde estiveram aqui, só fizeram testes de malária e não retornaram mais. Por causa da falta de saúde, há cinco dias, perdemos duas crianças, relata a mãe(Portal G1-2023).

Imagens de crianças Yanonamis, esqueléticas devido à grave desnutrição e flageladas pela fome, circularam em todas as redes sociais e veículos de comunicação. Mesmo alertado sobre a situação da fome na aldeia, o governo Bolsonaro não abasteceu a comunidade com alimentos. Os repórteres Sônia Bridi e Paulo Zero, do *Fantástico*, relatam a morte de um jovem que, segundo os moradores da aldeia, foi vítima da fome. A emergência sanitária da maior comunidade indígena do país se agrava, uma vez que está sob ataques de quem deveria protegê-la. A contaminação da água pelo mercúrio também contamina a comida e o leite materno das mães esqueléticas.

FIGURA 6- Crianças yanomami com sinais de desnutrição na região de Surucucu, na Terra Yanomami.



Fonte : Portal G1,2023

FIGURA 7 – Desnutrição grave em Terras Yanomami, em 2023.



Fonte: Portal G1,2023.

3.3. O projeto Amazônia para o mercado mundial

O território amazônico e seus recursos naturais sempre foi alvo de disputas de empresas nacionais e internacionais. É importante destacar que essas terras, historicamente, abrigaram grupos indígenas e comunidades remanescentes quilombolas, que têm sido alvo constante da exploração pelo capital. Andrade (2015), em sua obra *O pobre solo do celeiro do mundo, desenvolvimento florestal e combate à fome na Amazônia*, esclarece que agências estrangeiras, em parceria com a FAO e o UNICEF, iniciaram trabalhos junto ao governo brasileiro. No entanto, o autor destaca que o principal interesse do governo sempre esteve na exploração ou comercialização das riquezas da floresta pelo capital privado.

Vale ressaltar que o processo de colonização no território amazônico foi marcado por intensas disputas territoriais envolvendo ingleses, holandeses e franceses. Um exemplo emblemático é o caso do território da Guiana, atualmente o estado do Amapá, que dá acesso a um dos lados da foz do Rio Amazonas, principal via fluvial da região. Em 1900, o Brasil conquistou o direito de posse do Amapá.⁶⁰

No âmbito da assistência técnica, a FAO realizou muitas atividades no Brasil e, em especial, na Amazônia. A maior parte foi direcionada para possibilidades de desenvolvimento de uma economia florestal, visto que um levantamento completo das riquezas minerais da região nunca fora feito anteriormente [...] A perspectiva da FAO era de que seria possível mudar, via pesquisa, um dos maiores problemas da região: a agricultura exclusivamente extrativa, o que limitava a formação de um mercado consumidor e influenciava diretamente os hábitos alimentares da população. Em relatório ao governo brasileiro, os técnicos da agência ressaltavam a necessidade de estudos (BIZZO, 2012 FAO ,1960 *apud* ANDRADE ,2015,p.293).

Segundo Andrade (2015), a cooperação entre o governo brasileiro e as agências internacionais ocorreu em uma via de mão dupla, na qual ambas as

⁶⁰A pendência sobre o Amapá, gerou vários Conflitos e tratados e várias tensões resultando em conflito armado entre militares e moradores amapaenses e 15 de maio de 1895. A divergência foi resolvida numa arbitragem internacional presidida pelo suíço Walter Hauser cujo representante brasileiro foi o barão do Rio Branco (Marques 2019).

partes se beneficiaram dos acordos e projetos voltados à expansão e ao desenvolvimento do estado. Esses projetos estavam efetivamente alinhados aos interesses nacionais e internacionais, reforçando a integração econômica da região.

Nesse contexto, em 1940, durante uma visita ao estado do Amazonas, Getúlio Vargas discursou sobre o papel histórico e o destino da região amazônica. Aproveitando o cenário de parcerias internacionais, Vargas descreveu a região como “uma área insalubre e desértica que necessitava de políticas migratórias e do saneamento de seus rincões”. Segundo ele, o governo brasileiro demonstrava grande interesse na “civilização” e no desenvolvimento da floresta, alinhando-se aos interesses do capital estrangeiro (SECRETO, 2007, *apud* ANDRADE, 2015). Contextualiza o autor:

[...] E a nós, povo jovem, impõem -se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentido essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiça e desperta apetites de absorção, cresce a impressão dessa responsabilidade, a que não é possível fugir ne iludir (VARGAS, 1940, *apud* MARQUES: 2019, p. 87).

Marques (2019) esclarece que o território amazônico sempre esteve inserido em projetos vinculados à economia nacional e internacional. Nesse contexto, o governo brasileiro, por meio de acordos assinados em Washington em 1942, comprometeu-se a estabelecer exclusividade com a indústria estadunidense para o fornecimento de borracha extraída da Amazônia.

O autor descreve que:

[...]. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos vamos obtendo vitória sobre vitória. [...] com elementos de tamanha valia, não mais perdido na floresta, mas concentrados e metodicamente localizado, será possível, por certo, retomara cruzada desbravadora e vencer pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado [...] O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como favor de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos votados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E, não somente os brasileiros, também estrangeiros, técnicos e homens de negócios virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe

a experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias, e, não como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (VARGAS,1940, *apud* MARQUES: 2019, p. 87).

Cabe destacar que a ideia de “espaço vazio” tem sido utilizada para justificar ações políticas adotadas pelo governo federal, com o objetivo de promover investimentos que gerem lucro não apenas para a economia nacional, mas também para investidores estrangeiros interessados em explorar a Amazônia. Esse discurso carrega a noção de que, ao ser transformado por tais investidores, o território superará os "inimigos do progresso", representados pelos povos originários. Estes, frequentemente reconhecidos de forma preconceituosa como "não gente" ou "não civilizados", seriam vistos como incapazes de impedir o desenvolvimento da floresta amazônica. Conforme esclarece o autor:

Outro importante instrumento de expansão da autoridade estatal na região foi a criação, em 1942, do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), fruto de acordo entre o governo brasileiro e o Office of Interamerican Affairs. Essa agência tinha como função cuidar da saúde de homens (em sua maioria nordestinos) enviados para os seringais com o objetivo de extrair borracha para os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial (ANDRADE,2015,p.289).

Considerando que o interesse do governo era desenvolver grandes projetos e atividades econômicas na Amazônia por meio da exploração de recursos naturais, consolidou-se um corredor migratório para o norte do Brasil, com empreendimentos baseados quase exclusivamente na extração do látex, matéria-prima retirada da seringueira, árvore nativa da região.

Nesse contexto Marques (2019) ressalta que o governo federal, visando intensificar a exploração do látex na floresta amazônica, promoveu campanhas publicitárias para alistar homens no serviço militar, conhecidos como “soldados da borracha”. Para isso, foi necessário criar a ideia de que a floresta oferecia riqueza e felicidade, além de apelar ao sentimento patriótico. A mensagem buscava reforçar que a “terra amada e gentil”, o Brasil, precisava de homens fortes na floresta, dispostos a contribuir para a vitória do país.

Durante a tramitação do projeto no Congresso Nacional, surgiram visões conflitantes sobre a proposta, especialmente no que dizia respeito à participação estrangeira. Carneiro alegava

que a cooperação internacional era a melhor estratégia para desenvolver a Amazônia e integrá-la ao território nacional (ANDRADE, 2015,p.289).

Em conformidade com Marques (2019), a primeira experiência ocorreu no território do Amapá, em 1945, quando foram descobertas reservas de manganês, mineral amplamente utilizado na siderurgia. No entanto, o autor esclarece que o governo brasileiro já tinha conhecimento da existência do minério na região pelo menos uma década antes da descoberta oficial.

Um acordo de "compadres" entre o governo de Getúlio Vargas e o governador local, January Nunes, transformou o território em reserva nacional. Posteriormente, foi aberta uma licitação para que a empresa vencedora pudesse explorar os recursos. Assim, a Indústria e Comércio de Minérios e Derivados (ICOMI), uma pequena empresa presidida pelo empresário Augusto Antunes, que já desenvolvia atividades no estado de Minas Gerais, conquistou o direito de exploração.

Todavia, é importante destacar que a legislação brasileira da época não permitia que empresas estrangeiras administrassem diretamente a extração de minérios em território nacional. Para contornar esse impasse, empresas brasileiras foram utilizadas como "fachadas" ou "testas de ferro", permitindo que a empresa estadunidense Bethlehem Steel, a maior siderúrgica e multinacional do século XX, pudesse efetivamente explorar e controlar as exportações (idem, 2019). Conforme o autor:

Essa produção respondeu aos interesses estratégicos dos EUA, que, em função das disputas com a então União Soviética, ficou sem o manganês deste país, (o maior produtor mundial daquele período). Parte do minério amapaense foi usada simplesmente para compor as reservas estratégicas estadunidense. Ao encerrar suas atividades no Amapá, a empresa vendeu tudo que foi possível: maquinário, alto-forno, porto etc. Não conseguiu fazer isso com as casas construídas na Floresta e com a estrada de ferro (MARQUES,2019,p.110).

Para Andrade (2015), os "nós górdios" que representam desafios na região incluem a fome, identificada como o principal problema sanitário local, e

a exploração dos recursos naturais, frequentemente considerados pelas agências internacionais como práticas primitivas e predatórias.

Nesse contexto, diversos relatórios enviados às sedes centrais desses departamentos internacionais destacavam o aumento populacional da região, apontando que esse crescimento estava diretamente relacionado à expansão da atividade extrativista nos seringais. Segundo esses documentos, o chamado "primeiro boom" de desenvolvimento da Amazônia deveria acomodar a parcela da população mundial considerada "sobrante", referindo-se, neste caso, aos povos indígenas e quilombolas da região.

Um relatório da FAO, datado de 1960, afirma:

A imigração dirigida também era alvo de críticas. Na visão dos técnicos, não seria necessário a vinda de elementos estrangeiros, mas sim elevar os níveis de vida da população existente na Amazônia, para que ela pudesse se multiplicar[...]demonstrava temor em relação aos imigrantes que começavam a ocupar os terrenos abertos pela Belém-Brasília: para os técnicos da FAO, seria necessário que o governo brasileiro controlasse de perto os novos habitantes da região, devendo, inclusive, proibir a acomodação de pessoas que não morassem em colônias bem organizadas e com as atividades agrícolas controladas (FAO, 1960 *apud* ANDRADE 2015,p.294).

Nessa perspectiva, em 1951, João Cleofas, Ministro da Agricultura, e a Agência Internacional assinaram um acordo que foi encaminhado pela FAO, com o objetivo de enviar engenheiros florestais estrangeiros para localizar e estudar o bioma amazônico, em condições favoráveis para a comercialização e, conseqüentemente, o lucro (ANDRADE, 2015,p.296).

Esse processo resultou em arenas dinâmicas, nas quais as diferenças e semelhanças entre os diversos atores influenciaram a formulação de políticas públicas e privadas, as quais, ao longo das décadas, foram se integrando e adaptando ao contínuo processo de expansão da região Norte.

Segundo Marques (2019), o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) almejava ao desenvolvimento e progresso para o estado do Amazonas, sendo o projeto de integração do norte realizado por meio da construção da

rodovia que cortava a floresta amazônica. No entanto, no meio da floresta, havia, exatamente, indígenas, remanescentes quilombolas e uma vasta e densa vegetação, prestes a ser abatida. Além disso, a escassez de mão de obra representava um desafio para atender às demandas do grande capital.

Nesse sentido, a produção madeireira desempenhou seu papel, fazendo com que a Amazônia passasse de 3% da produção nacional em 1960 para 27% três décadas depois. O Pará, por exemplo, tornou-se o maior produtor do país, com 23,53% da produção. Essa produção de madeira concentrou-se principalmente na floresta nativa, com cortes rasos, ou seja, derrubando as árvores em áreas concentradas (MARQUES, 2019, p.172).

As estradas construídas no coração da floresta amazônica alteraram consideravelmente a configuração socioespacial, mas, principalmente, aceleraram a destruição ambiental da região. O que ainda persiste no caminho está sendo destruído, e isso representa uma ameaça não apenas para a Amazônia, mas também para o futuro de toda a humanidade. Nesse contexto, o autor esclarece:

A rodovia estadual paraense PA-150. Ela liga Belém ao sudeste do estado, e as fronteiras com os estados do Tocantins e Mato Grosso. Sua construção foi iniciada nos anos 1970 [...] ela se conecta com rodovias estaduais e federais e deu origem a outras estradas abertas pelo estado, municípios ou proprietários particulares, em 2010 a parte sul da rodovia foi federalizada, recebendo o nome de BR 155, com aproximadamente 360km². Ela liga Marabá a Redenção [...]. A rodovia foi construída em formato de espinha de peixe, exatamente porque sua abertura levou à outras estradas vicinais, inclusive de chão que foram sendo rasgadas em meio à floresta. A produção madeireira, que acompanhou as novas vias e fez com que a Amazônia saltasse de 3% em 1960 para 27% da produção nacional, três décadas depois, tendo o Pará como maior produtor do país, com 23,53%. Essa produção concentrou floresta nativa [...] nas primeiras décadas a derrubada ocorria com cortes rasos, ou seja, derrubavam-se toda as árvores de uma mesma área. [...] (MARQUES, 2019.p-p.172-173).

Conforme o autor, desde a chegada dos portugueses, em 1500, até os anos de 1970, o desmatamento na Amazônia era responsável por cerca de 1% da área destruída. Em contraste, os dados mais recentes indicam que o desmatamento na Amazônia brasileira atingiu cerca de 18%, uma área

equivalente ao estado de Minas Gerais. Um outro levantamento apresentado pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) aponta que, entre novembro de 2008 e janeiro de 2009, a Amazônia perdeu 753 km², o que corresponde a aproximadamente metade do estado de São Paulo. Para alguns cientistas, a um ritmo tão intenso de destruição, a floresta amazônica pode desaparecer em algumas décadas, sendo substituída por savanas (idem, 2019).

Nesse contexto, o governo estadual, por meio de investimentos e financiamentos de bancos públicos tradicionais, como o BNDES, tem sido um grande apoiador da pecuária na Amazônia Legal. O setor recebe estímulos às atividades extrativistas, derrubando floresta para a criação de pastagens que atendem a grandes frigoríficos, como JBS e Friboi, com o objetivo de tornar o Brasil o maior exportador mundial de carne bovina. O autor destaca que:

O aumento do rebanho bovino está diretamente ligado associado à degradação da Amazônia, o que inclui a chamada floresta de transição: a porção que fica entre o cerrado e a floresta alta – pecuaristas registram essa área como cerrado por pode desmatar mais e não ao pagar multas, já que as propriedades na Floresta Amazônica têm que deixar 80% de sua extensão como reserva legal (floresta nativa preservada). [...] essa situação se intensifica, primeiro pelo fato de que o produtor tradicional prefere abrir uma nova área de pastagem derrubando a floresta (e ganhado com isso) do que gastar para recuperar os pastos degradados por esta mesma atividade. Segundo permanece o desmatamento interno e ilegal na região, em muitos casos com a convivência e ou corrupção de instituições públicas (MARQUES, 2019.p-p.241-242).

Para autor, o processo de ocupação e controle dos recursos naturais da Amazônia está à beira de uma invasão armada imperialista sobre a região, uma realidade que ele acredita ser iminente.

O ex-vice-presidente do EUA, AL Gore, afirmou que, “ao contrário do que pensam os brasileiros, a Amazônia pertence a todos nós”. O jornal britânico *The Independent* escreveu que “a Amazônia é muito importante para ser deixada com os brasileiros”. O *The New York Times* questionou, em manchete: “De quem é a Amazônia, afinal”? As intenções por trás das “preocupações” foram expostas pelo jornal espanhol *El País*; o mundo tem os olhos postos nas riquezas da Floresta (MARQUES, 2019, p. 30).

Vale ressaltar que, atualmente, o controle dos recursos naturais brasileiros está nas mãos de grandes empresas estrangeiras. Nesse contexto, o bioma amazônico encontra-se sob ataque do grande capital, integrado a uma cadeia produtiva do setor alimentício que abastece tanto o mercado nacional e internacional quanto os grandes centros econômicos mundiais.

3.4. Emergência climática e a Insegurança Alimentar

O século XXI iniciou-se marcado por profundas e sucessivas crises econômicas, climáticas e alimentar sem precedentes. A crise ambiental surge como um dos principais fatores da pobreza e da fome em um mundo que nunca antes produziu tanta riqueza para uma minoria, enquanto a maioria enfrenta, proporções extremas de desigualdade, miséria e fome.

No rastro da desigualdade social e da miséria que assolam grupos sociais e regiões historicamente vulneráveis à fome, o colapso climático avança, impactando significativamente a produção das pequenas e médias lavouras, agravando ainda mais a situação da Insegurança Alimentar no Brasil e no Mundo.

Nessa perspectiva, a crise ambiental e a alimentar estão intrinsecamente conectadas, agravando-se mutuamente. Essa combinação tem arrastado milhares de pessoas a experimentar a insegurança alimentar, culminando, em muitos casos, no estágio mais grave: a fome.

A urgência dessa situação não se limita apenas à preservação da vida no planeta, mas também à necessidade de enfrentar as crises alimentar e ambiental, que, juntamente com fatores econômicos, políticos e sociais, vêm se agravando ao longo dos últimos quatro anos. Mesmo após o fim da pandemia de Covid-19, essas crises persistem e se intensificam, especialmente nos países mais pobres.

Nessa lógica, países ricos como os Estados Unidos, grandes produtores e consumidores de produtos fósseis, possuem um imenso aparato industrial,

contudo, ao longo dos séculos, mantiveram-se distantes dos debates sobre a emergência climática.

O debate sobre o aquecimento global começou a ganhar espaço na década de 1970. A Conferência de Estocolmo, na Suécia,⁶¹ foi o primeiro encontro da ONU a reunir nações industrializadas e em desenvolvimento para discutir a relação entre o ser humano e o meio ambiente. Intitulada “Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano”, o evento marcou o início de uma conscientização global sobre a crise climática.(PESSINI LEO; SGANZERLA, 2016,p.3).

Nessa perspectiva, Marques (2019) reverbera que, historicamente, a Floresta Amazônia foi considerada um lugar intocável pelo homem, tornando essa relação homem e natureza um processo a-histórico. Entretanto, o projeto de modernização na região busca atender às demandas do mercado mundial. O autor enfatiza que o capitalismo reduziu a natureza, especialmente o bioma amazônico, à extração de matérias-primas, transformando-o em mercadoria e, por fim, em objeto de comercialização. Esse processo, segundo ele, atende aos requisitos fundamentais para a acumulação capitalista. Esclarece o autor :

O capital impulsiona os ataques ao ecossistema amazônico (e ao próprio trabalhador) reduzindo a floresta e sua capacidade de recomposição, como resultado há mais aquecimento do planeta. [...] tanto a burguesia nacional como a regional já comprovaram sua incapacidade de construir um verdadeiro projeto de autonomia, dadas suas vinculações de classe e subordinação ao imperialismo. Essa tarefa está colocada aos trabalhadores ,e é, urgente. A construção do socialismo é, a condição necessária para a verdadeira libertação e desenvolvimento, assim como a preservação da natureza, na medida em que consiga construir relações harmônicas não apenas entre os seres humanos, mas entre estes e a natureza (MARQUES,2019, p-p.279-280).

O debate sobre aquecimento global iniciado na década de 70, permaneceu adormecido até os anos 80⁶², quando ressurgiu com forte pressão,

⁶¹ A primeira conferência da ONU que juntou as nações industrializadas e em desenvolvimento para discutir a relação entre o ser humano e o meio ambiente, foi a de 1972, em Estocolmo na Suécia, com o título Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano. Uma série de reuniões desta natureza se repetiu, por exemplo sobre o direito das pessoas à alimentação adequada, à habitação segura, à água potável, ao acesso e aos meios de planejamento familiar.

⁶² Em 1980 foi publicada a Estratégia de Conservação Mundial, que determinou um precursor do conceito de desenvolvimento sustentável. A estratégia afirmava que a conservação da natureza não pode ser alcançada sem o desenvolvimento para amenizar a pobreza e a miséria de

especialmente sobre os países industrializados, que são os maiores poluidores do mundo.

Nessa perspectiva, estudiosos, pesquisadores, ativista ambientais, ONGs já alertavam que a Terra está aquecendo em níveis acelerados, colocando em risco a vida no planeta em poucos séculos. Dessa forma, a ECO 92, ou Rio 92⁶³, provavelmente foi o encontro mais importante para debater a situação do clima. Esse evento abriu caminho para outras conferências ao produzir documentos e acordos ambientais com o intuito de repensar as relações entre o meio ambiente e a economia global, buscando assim mudar o rumo da história humana. (PESSINI LEO; SGANZERLA, 2016,p.4).

No entanto, especialistas apontaram que a Rio 92, teve limitações políticas, e que uma das questões levantadas no evento foi a falta de resolutividade, já que não foram estabelecidos compromissos claros com metas e prazos relacionados às questões ambientais e econômicas (PESSINI; SGANZERLA, 2016,p.4).

Em 1997, o Protocolo de Kyoto, considerado o desdobramento da Eco,92, reuniu 55 países com o objetivo de redesenhar a história climática da humanidade. Durante o evento, foram assinados acordos sobre mudanças climáticas e redução da emissão de gás carbono⁶⁴. Vale destacar que, juntos, os

centenas de milhões de pessoas. Também afirmava que a interdependência entre conservação e desenvolvimento depende do cuidado com a Terra. Em 1982, elaborou-se a Carta Mundial da Natureza. A Carta afirmou que “a humanidade é parte da natureza e depende do funcionamento ininterrupto dos sistemas naturais”. Em 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo de discutir e propor meios de promover o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Esta comissão elaborou a definição mais aceita de desenvolvimento sustentável até hoje. Em 1987– Relatório Nosso Futuro Comum (PESSINI L.; SGANZERLA, A 2016)

⁶³Este megaevento reuniu 108 chefes de Estados, 187 representantes estrangeiros, 17 agências especializadas da ONU, 35 organizações intergovernamentais e igualmente um expressivo número de ONGs. Paralelamente ao evento oficial, ocorreu o Fórum Global, organizado pela ONGs. AECO-92, produziu expressivos documentos, considerados os mais importantes acordos ambientais globais para a história da humanidade. Entre eles estão a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Declaração de princípios para florestas, a Convenção sobre Biodiversidade Biológica, Convenção do Clima e Agenda 21(PESSINI LEO; SGANZERLA, 2016)

⁶⁴A criação dos chamados “créditos de carbono”, em que, aqueles que não conseguissem a redução estabelecida, tornar-se-iam compradores destes créditos, de outros países. O dióxido de carbono é decorrente da queima de combustíveis fósseis e da fabricação de cimento. O crédito de carbono se tornou um exemplo claro das contradições e artimanhas dos países para burlar as metas propostas.

A Esta iniciativa, também conhecida como “economia verde”, nasceu sob o signo da sustentabilidade, mas logo se tornou um vilão dos ambientalistas, porque, na prática, comprar

países participantes eram responsáveis por 55% da poluição total do planeta (idem,2016,p.12).

Nessa direção, o Acordo de Paris ⁶⁵ realizado em 2015 com a participação de 195 países, criou protocolos de metas para reduzir as emissões globais de carbono e conter o aumento da temperatura global abaixo de 2°C. Todavia, a 21ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP-21) esclareceu que as metas alinhadas no evento de Paris não foram alcançadas (idem ,2016,p.12).

A proposta inicial do Acordo de Paris incluía compromissos dos países ricos em “ajudar” os países emergentes por meio de apoio social, econômico e tecnológico para que todos alcançassem níveis adequados de desenvolvimento. Com isso, as nações em desenvolvimento seriam isentas de medidas de controle de emissão de gases de efeito estufa (GGE)(PESSINI; SGANZERLA, 2016,p.12).

Entretanto, especialistas apontaram como um erro grave a exclusão da China da lista de países poluentes, e que o Acordo de Paris dividiu o mundo entre países ricos poluentes e países em desenvolvimento. Com uma população com mais de 1,3 bilhões de pessoas, equivalente a 25% da população mundial, a China é um dos maiores países emissores de gases poluentes, ultrapassando os Estados Unidos em 2006 (idem ,2016,p.5).

Cabe destacar que, desde o primeiro encontro em Estocolmo até os dias atuais, o negacionismo climático permanece como um grande obstáculo. Dessa forma, a transição de um projeto de sustentabilidade em escala global só será possível com a cooperação de todos os países, pobres e ricos, em programas

créditos de carbono no mercado, corresponde a comprar uma permissão para emitir gases do efeito estufa.(PESSINI LEO; SGANZERLA, A. 2016)

⁶⁵ O Acordo de Paris é o primeiro marco universal de luta contra o aquecimento global. É o primeiro acordo sobre clima desde o Protocolo de Kyoto (1997) e o primeiro a ter um compromisso de todos os países, e não somente dos mais desenvolvidos, com a redução de emissões de gás com efeito estufa. O documento final desta Conferência, batizado como Acordo de Paris tem caráter “legalmente vinculante”, e obriga a todas as nações signatárias a organizar estratégias para limitar o aumento médio da temperatura da Terra uma média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e manter esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C até o ano de 2100(PESSINI LEO; SGANZERLA, A. 2016)

associados à erradicação da pobreza ou, pelo menos a mitigação de seus efeitos.

De acordo com Pessini e Sganzerla (2016), a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos em 2016 representou um marco de retrocesso. Trump, um dos principais representantes do negacionismo climático, retirou os EUA do Acordo de Paris e declarou que o aquecimento global era uma "farsa", desfazendo os compromissos assumidos pelo governo anterior, liderado por Barack Obama.

Para Chomsky e Pollin (2020) o momento em que a cooperação global era essencial para evitar a extinção de espécies e preservar a vida no planeta, a saída dos EUA do Acordo de Paris sob a gestão de Trump chocou o mundo.

Mesmo que o apoio prometido aos países mais pobres não tenha se concretizado, é necessário manter a esperança de que iniciativas globais possam ser retomadas a tempo. Nesse contexto, os autores destacam:

[...] que se torna imperativo tanto em matéria de segurança ambiental, quanto em termos morais e humanitários. O subdesenvolvimento constitui, em si mesmo, uma fonte de degradação ambiental. A pobreza e a miséria, que reduzem populações inteiras a níveis de existência incompatíveis com a dignidade humana, são a expressão mais cruel e desumana de nosso tempo. Por isso a proteção do meio ambiente não pode ser alcançada sem a melhoria das condições socioeconômicas, que afligem as populações mais pobres (PESSINI LEO; SGANZERLA, 2016,p.6).

A situação não é diferente quando analisamos as emissões de CO₂ na atmosfera. Ainda não temos total certeza de que o tempo para agir se esgotou, conforme esclarecem os autores:

Os níveis de CO₂ na atmosfera já equivalem àqueles observados pela última vez a cerca de quatro milhões de anos, na era do Plioceno. Estamos rumando rapidamente para níveis vistos pela última vez a cerca de cinquenta milhões de anos, no Eoceno, quando as temperaturas eram de 14°C mais elevadas do que no período pré-industrial (CHOMSKY E POLLIN, 2020,p.22).

Esses fenômenos anunciam que o planeta não tem muito tempo. O relógio está acelerado, e a situação atual não é fruto de uma mágica, mas sim de

escolhas humanas, portanto, a questão ambiental ganha cada vez mais visibilidade no cenário político e econômico.

No entanto, eventos recentes como a guerra na Ucrânia com a Rússia, iniciada em 2022, as mudanças climáticas extremas e a inflação global têm agravado a crise humanitária. O aumento nos preços de produtos essenciais, como fertilizantes, trigo, metais, energia e o petróleo que não registrava alta significativa desde a crise de 2008, intensificou a fome e a miséria ao redor do mundo.⁶⁶

Diante desse cenário, a “Cúpula do Futuro”, evento promovido pela ONU entre 20 e 23 de setembro de 2024, em Nova York, reuniu 193 chefes de Estado para planejar ações e reformas visando o cumprimento das metas da Agenda 2030. Neste contexto:

A situação global atual como ‘excepcionalmente perigosa’, com o risco de grandes potências se envolverem em conflitos nos níveis mais altos desde a Guerra Fria. A ameaça de uma guerra nuclear é a maior em décadas e agravando tensões internacionais (ONU,2024)⁶⁷

Para enfrentar esses desafios, a transição para um projeto de sustentabilidade, conforme exposto na Cúpula do Futuro,⁶⁸ só será possível por meio da colaboração entre países ricos e pobres no combate à pobreza. Durante o evento, realizado em 22 de setembro, Luís Inácio Lula da Silva discursou sobre a necessidade de enfrentar a fome global, a pobreza e as mudanças climáticas. Nesse contexto, o presidente Lula enfatizou: “Precisamos de coragem e vontade para mudar, criando hoje, o amanhã que queremos.”

⁶⁶Especialista de todo o mundo acreditam que o conflito na Ucrânia poderia ser decidido em dias, ou horas. No entanto, passaram-se 2 anos 10 meses sem perspectivas de acordo de paz.

⁶⁷ O final da Cúpula, espera-se que as lideranças políticas adotem ambicioso Pacto para o Futuro, que de incluir o Pacto Digital global e a Declaração de compromisso com as Futuras Gerações.

⁶⁸ O líder da ONU ressalta o compromisso em adotar “ações ousadas” para implementar a agenda, com ênfase particular em acabar com a fome e a pobreza, reduzir as desigualdades e aumentar a ambição para lidar com as mudanças climáticas.

3.5.Considerações Finais

Esta pesquisa é fruto de inquietações ao longo da minha trajetória acadêmica como discente do Mestrado do Serviço Social. Considero que este campo oferece possibilidades para analisar e problematizar questões como a fome, sua relação com os responsáveis pela crise ambiental e a degradação da natureza.

O capitalismo financeiro, associado aos oligopólios do agronegócio, controla o mercado de commodities e a cadeia alimentar globalizada. É com esse intuito que a pesquisa busca problematizar a fome, uma vez que a necessidade de produzir alimentos para consumo é substituída pela lógica de produzir para vender. Nesse contexto, a concentração da propriedade da terra, justamente com a expulsão da população de suas bases fundiárias, gerou os efeitos da liberação do trabalho no campo. Marginalizados pela estratificação social, os chamados “invisíveis” - muitos sem profissão – se integram à imensa massa de “miseráveis” na sociedade capitalista.

No início do século XX, a humanidade vivenciou duas grandes guerras mundiais: a primeira, em 1914, e a última, em 1945, que culminaram no lançamento de duas bombas atômicas. A primeira foi lançada em Hiroshima, no dia 6 de agosto, e a segunda, em Nagasaki, no dia 9 de agosto de 1945. Esse evento é considerado com um dos maiores genocídios contra a humanidade. Recentemente, a pandemia de Covid-19, escancarou a desigualdade social, estima-se que causou cerca de 15 milhões de mortes em todo o mundo, muitas delas associadas às condições sanitárias precárias e à falta de acesso a sistemas de saúde e alimentação.

Ainda hoje, quatro anos após o início da pandemia, sentimos os impactos dessa crise sanitária e econômica. Em países mais pobres, a fome e a insegurança alimentar foram exacerbadas pelo desmonte de políticas públicas, deixando milhões em situação de vulnerabilidade.

Diante de crises sucessivas, o capitalismo passou por transformações estruturais, mas continua a aprofundar desigualdades. Como destacou Marques (2019), o Estado mantém mecanismos de dominação que privilegiam as classes mais ricas, enquanto o restante da população sofre com as consequências.

Cabe salientar que a vida humana, assim como todas as outras formas de vida no planeta, encontra-se sob ameaça, enfrentando o risco de uma extinção em massa. A história da humanidade está repleta de episódios marcados por guerras, torturas, massacres e inúmeras violações de direitos humanos, o que revela um padrão de destruição e descaso com a vida.

É inaceitável que, no momento atual, quando os “donos do mundo” possuem recursos tecnológicos e riqueza social suficientes para transformar positivamente a história, ainda optem pela inércia ou por caminhos que perpetuam a degradação. Por meio de acordos políticos ou ações estratégicas, seria possível reverter muitos dos problemas enfrentados pela humanidade.

Constantemente, somos bombardeados por notícias sobre o aquecimento global e desastres ecológicos. Seja pela televisão, rádio, internet ou em círculos acadêmicos, informações sobre destruição ambiental chegam a nós como um alerta. Rios poluídos, derretimento das geleiras, tornados, enchentes, secas, desertificação e outros fenômenos extremos, como tufões e tsunamis, evidenciam o impacto das ações humanas no planeta.

Nesse contexto, Chomsky e Pollin (2020) preveem graves consequências relacionadas às mudanças climáticas, tais como: ondas extremas de calor, chuvas intensas, secas severas, impactos na saúde humana, elevação do nível dos oceanos, aquecimento dos habitats aquáticos, derretimento das calotas polares e da Antártica, destruição da biodiversidade e o agravamento da insegurança alimentar.

A emergência climática tornou-se um tema central e urgente. Todos os dias, em algum lugar do planeta, ocorrem tragédias, catástrofes ou até ações criminosas contra o meio ambiente, que ganham destaque nos veículos de comunicação. Notícias em tempo real emitem alertas constantes, mas parecem se misturar à rotina, muitas vezes sem causar o impacto necessário.

Há momentos em que a realidade se assemelha a roteiros de filmes de Hollywood. O que antes parecia ficção agora é vivenciado no dia a dia, criando a sensação de que já conhecemos o futuro. Contudo, essa familiaridade não provoca estranhamento. Seja por acomodação ou conformismo, resta uma única

pergunta: será que a natureza sobreviverá aos ataques incessantes do capitalismo?

Nesse sentido, as emissões de gases de efeito estufa (GEE) foram tema central no evento Rio-92, que reuniu representantes e chefes de Estado de diversas nações. Em um discurso marcante, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, destacou a necessidade de criar estratégias ambientais a longo prazo. Ela enfatizou, contudo, a urgência de erradicar a pobreza, controlar o crescimento populacional e desenvolver tecnologias renováveis em países não industrializados

Na ótica de Pessini e Sganzerla (2016) as tecnologias ecologicamente adaptáveis e o diálogo intergeracional conectam o presente ao futuro, sendo ferramentas indispensáveis para enfrentar a crise climática. Nesse cenário, torna-se fundamental agir de maneira coordenada e eficaz para garantir a sobrevivência do planeta e das gerações futuras.

Chomsky e Pollin (2020) discutem, em suas obras, o conceito que muitos cientistas têm chamado de “ponto de virada”. Esse termo refere-se ao momento em que os efeitos do aquecimento global se tornarão irreversíveis, reforçando a necessidade de ações urgentes para enfrentar a emergência climática. Os autores argumentam que não há mais tempo para delongas ou exigências exclusivas direcionadas a países poluidores. Nesse contexto, muitos cientistas geólogos alertam que já estamos vivendo em uma nova era geológica, chamada Antropoceno⁶⁹, marcada pela influência humana nos processos naturais do planeta.

Segundo Chomsky e Pollin (2020) o Antropoceno⁷⁰ não se caracteriza apenas pela mudança da natureza, mas, sobretudo, pela forma como ela foi alterada pelas atividades humanas, resultando em impactos significativos e duradouros no meio ambiente. Essa intervenção criou um novo estrato no registro geológico, cuja demarcação temporal foi confirmada em 2019. Segundo

⁶⁹ Nesse entendimento, o Antropoceno, está não só na mudança da natureza, mas a forma como a natureza foi alterada pela atividade exercida pelo homem, e, que essa atividade, é a responsável pelo novo estrato no registro geológico. Esta tese está resumida no artigo intitulado “A incursão do Antropoceno no Sul Global”.

⁷⁰ O que é o Antropoceno e por que esta teoria científica responsabiliza a humanidade? / National Geographic (nationalgeographicbrasil.com)

os autores, para reverter esse cenário, é necessário reduzir imediatamente as emissões de gases de efeito estufa a zero, pois não há “plano B”.

Os autores contextualizam:

Enfrentamos uma emergência climática e reforçamos o coro que pede este ano por ações climáticas urgentes.[...]. É uma situação de graves riscos e grande urgência [...] A estabilidade e a resiliência de nosso planeta correm perigo. Ações internacionais e não meras palavras. Devem refletir isso! (CHOMSKY E POLLIN ,2020,p.22).

Nessa abordagem, o estudo apresentado em 2018 pelo professor de Física em Oxford, Raymond Pierre Humbert, no âmbito do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), foi descrito de forma direta e objetiva, sem rodeios ou prolongamentos, destacando a gravidade da situação.

No que diz respeito à crise climática, sim, chegou a hora de entrarmos em pânico. [...] Estamos em uma encruzilhada, não existe plano B, precisamos migrar para um sistema que zere as emissões líquidas de carbono e depressa(CHOMSKY E POLLIN, 2020,p.21).

Outro estudo, apresentado pela FAPESP por meio do Programa de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas, realizou um evento online em 6 de abril de 2022 para divulgar o novo relatório IPCC WGIII-AR-6, trazendo uma análise das mudanças climáticas com foco no Brasil e no mundo.⁷¹

Durante o encontro, foram discutidos os desafios e metas necessárias para alcançar a neutralidade de carbono. A pesquisa destacou que, nos próximos três anos, será essencial reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa (GEE) para cumprir as metas estabelecidas no Acordo de Paris. Nesse contexto, a urgência de ações concretas foi enfatizada como fator determinante para enfrentar a crise climática. Nesse contexto:

O Acordo de Paris reconhece que as INDCS⁷², metas nacionalmente determinadas até o momento por 187 países,

⁷¹ Programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais

⁷² As INDCs, as contribuições nacionalmente determinadas pretendidas, refletem as ambições de cada país para a redução de emissões domésticas. A soma das INDCs de todos os países envolvidos é fundamental para determinar se o acordo da COP-21 será capaz de colocar o mundo no caminho de uma economia de baixo carbono, contudo, foram convertidas em NDCs. Elas

ainda são insuficientes para atingirmos o objetivo de 2°C, e que, em 2030, as emissões do planeta devem alcançar a marca de 55 giga toneladas de CO₂.[...] Ficou acertado que um primeiro balanço dos objetivos será realizado em 2018, e a primeira verificação de fato acontecerá em 2023[...] Não há regra prevista, porém, que obrigue os países a melhorar suas promessas mesmo se ficar evidente no balanço que a meta de 1,5°C a 2° C não será alcançada. Esta foi uma exigência de países como a China e Índia(PESSINI LEO; SGANZERLA, 2016,p.12-13).

Considerando que ainda há tempo para que países ricos e pobres, em conjunto, promovam uma mudança significativa e desacelerem a atual ameaça à sobrevivência do planeta Terra, é importante enfatizar que as gerações passadas e presentes precisam assumir o compromisso de garantir às futuras gerações um mundo melhor e habitável.

Nesse sentido, o grande desafio é transformar o presente para alcançar um futuro sustentável. Para isso, é fundamental que todos os países assumam a responsabilidade de reconstruir o presente com ações concretas e colaborativas.

Vale destacar que, o Brasil faz fronteira com diversos países, e alguns rios importantes do bioma amazônico têm suas nascentes em territórios vizinhos. Por essa razão, a preservação desses recursos naturais é uma responsabilidade compartilhada entre os países. No entanto, não cabe exclusivamente ao Brasil proteger as nascentes, matas e florestas. É igualmente necessário desenvolver estratégias para o uso sustentável do solo, tanto em plantações e lavouras quanto em projetos de urbanização nas cidades.

Assim, cabe a todas as nações a tarefa de construir um mundo mais equilibrado, atendendo às necessidades atuais sem comprometer o futuro. Acima de tudo, é indispensável estabelecer uma nova relação entre a humanidade e a natureza, baseada em respeito, preservação e sustentabilidade.

representam os esforços de cada país para reduzir as emissões nacionais e adaptar-se aos impactos das alterações climáticas, que deve ser atualizada a cada 5 anos por cada país ou grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

'A fome é urbana', diz ex-diretor do Instituto Fome Zero sobre a insegurança alimentar no Brasil. **Record News – R7**. 2024. Disponível em: <https://noticias.r7.com/record-news/video/a-fome-e-urbana-diz-ex-diretor-do-instituto-fome-zero-sobre-a-inseguranca-alimentar-no-brasil-20062024/> Acesso em: 20 de ago. de 2024.

ALMEIDA, Ana Carolina de Paula; BARRETO, Yasmin Antezana. **Agronegócio, pobreza e insegurança alimentar no Brasil**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2021.

ALMEIDA, Rogério. Pará, o estado que mais desmata na Amazônia. **Brasil de Fato**. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatores.com.br/2021/04/01/para-o-estado-que-mais-desmata-na-amazonia>> Acesso em: 10 de abr. de 2022.

ANDRADE, RÔMULO DE PAULA. O pobre solo do celeiro do mundo: desenvolvimento florestal e combate à fome na Amazônia. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 28, n. 56, p. 285–304, 2015.

AZEVEDO, Tasso; Rosa, Marcos Reis; Shimbo, Julia Zanin; Oliveira, Magaly Gonzales de; Valdiones, Ana Paula; Lama, Carolina Del; Teixeira, Lana Mara Silva. **Relatório Anual de Desmatamento 2021** – São Paulo, Brasil: MapBiomas, 2022. Disponível em: <<https://amazon.org.br/publicacoes/relatorio-anual-do-desmatamento-no-brasil-2021/>> Acesso em: 08 de fev. de 2024.

BACCARIN, Palloma. Maiores Economias do Mundo em 2024, PIBs e Posição do Brasil. **Gblog Genial Investimentos**. 2024. Disponível em: <<https://blog.genialinvestimentos.com.br/maiores-economias-do-mundo-e-posicionamento-do-brasil/#:~:text=Atualmente%20o%20Brasil%20est.>> . Acesso em: 09 de out. de 2024.

BARBOSA, Wellington. Menino que morreu por desnutrição teve falência de múltiplos órgãos. **Estado de Minas**. 2024. Disponível em: <<https://www.em.com.br/gerais/2024/07/6901975-menino-que-morreu-por-desnutricao-teve-falencia-de-multiplos-orgaos.html>> . Acesso em: 19 de nov. de 2024.

BARRETO, Ana Claudia de Jesus. **O lugar dos Negros pobres na cidade:** estudo na área de risco do bairro Dom Bosco. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2010.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, Ivanete. **POLÍTICA SOCIAL:** fundamentos e história. 9ªed. São Paulo: Cortez, 2012.

BlackRock: tudo sobre a maior gestora de ativos do mundo. **InfoMoney**. 2023. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/blackrock-historia-da-gestora/>> Acesso em: 09 de mar. de 2024.

BRIANEZI, Thaís. Povo Paresi: os indígenas sojicultores do Mato Grosso. **Repórter Brasil**. 2009. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2009/03/povo-paresi-os-indigenas-sojicultores-do-mato-grosso/>> Acesso em: 27 de mar. de 2023

CASTRO, Josué de. **Fome, um tema proibido:** últimos escritos de Josué de Castro (org.) CASTRO, Anna Maria de. 2ª Edição, Petrópolis, 1984.

CASTRO, Matheus. Amazonas registra 21,6 mil queimadas em 2024 e tem o pior índice em 26 anos, aponta Inpe. **Portal Cinco**. 2024. Disponível em: <<https://portalcinco.com.br/brasil/amazonas-registra-216-mil-queimadas-em-2024-e-tem-o-pior-indice-em-26-anos-aponta-inpe/>> Acesso em: 24 de nov. 2024

CARVALHO, L. A. DE. **Os Contratos Agrários e As Atividades Agrícolas De Larga Escala Em Terras Indígenas:** Aspectos Jurídicos e Práticos. Estudo Técnico. 2019. E-book

CAIZAN, Fernando. 23 milhões de pobres vivem com menos de R\$7 ano dia no Brasil. **CPS.FGV**. 2022. Disponível em: <<https://www.cps.fgv.com.br/cps/bd/clippings/zc1267.pdf>> Acesso em: 20 de out. de 2024.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. 1ª edição Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam, POLLIN, Robert. **Crise Climática e o Green New Deal Global:** a economia política para salvar o planeta, Tradutor: Bruno Cobalchini Mattos. 1ª edição, Rio de Janeiro: Roça Nova, 2020

Como investir em ETF: confira o guia completo. **InfoMoney**.2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/etf-exchange-traded-fund/> Acesso em: 08 de abr. de 2023.

CONCEIÇÃO, K. V. et al. Governement policies endanger the indigenous peoples of the Brazilian Amazon. **Land Use Policy**. São Paulo. v. 108, 2021. Conheça os grandes temas da Cúpula do Futuro. **Nações Unidas**. 2024. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2024/09/1837501>> Acesso em:16 de nov. de 2024.

Cúpula do Futuro. **Nações Unidas Brasil**.2024.Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/276588-c%C3%BApula-do-futuro>> Acesso em: 24 de out. de 2024.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

Discurso do presidente Lula na abertura da Cúpula do Futuro, em Nova York. **Gov.Br**. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/09/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-cupula-do-futuro-em-nova-york>> . Acesso em:30 de out. de 2024.

DUARTE, Fernando. A etnia indígena brasileira à beira da extinção que pode estar reduzida a só 3 pessoas. **BBC News Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-59514474#:~:text=Os%20tr%C3%AAs%20s%C3%A3o%20os%20%C3%BAltimos,em%20sua%20reserva%2C%20segundo%20especialistas.>>> Acesso em: 28 de mar. de 2022.

Dumping. **Dicionário Financeiro**. (s.d.). Disponível em: <<https://www.dicionariofinanceiro.com/dumping/>> Acesso em:28 de mar. de 2022

ELHAUGE, Einer R., The Growing Problem of Horizontal Shareholding (June 15,2017). **Antitrust Chronicle**, Vol. 3, June 2017, Competition Policy International, Harvard Public Law Working Paper No. 17-36, Available at SSRN:

Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2988281>> Acesso em: 18 de jun. de 2023.

Em linha com o mais recente alerta do IPCC sobre a mudança do clima, MapBiomas lança série inédita de dados sobre o impacto do fogo nos biomas brasileiros. **Instituto Arapyauú**. 2021. Disponível em: <<https://arapyau.org.br/em-linha-com-o-mais-recente-alerta-do-ipcc-sobre-a-mudanca-do-clima-mapbiomas-lanca-serie-inedita-de-dados-sobre-o-impacto-do-fogo-nos-biomas-brasileiros/>> Acesso em: 18 de jun. de 2023.

ESTANISLAU, Lucas. Agronegócio aprofunda a dependência e o endividamento do Sul Global, diz coordenadora da Via Campesina. **Brasil de Fato**. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/11/agronegocio-aprofunda-a-dependencia-e-o-endividamento-do-sul-global-diz-coordenadora-da-via-campesina>> Acesso em: 15 de abr. de 2024.

FACHINI, Tiago. Lei antitruste: guia completo da Lei 12.519/11. **Projuris: Plataforma de Inteligência Legal**. 2024. Disponível em: <<https://www.projuris.com.br/blog/lei-antitruste/>> Acesso em: 24 de nov. de 2024.

FANTÁSTICO. Tragédia Yanomami: reportagem do Fantástico encontra aldeia em luto no dia em que jovem morreu de fome. **Portal G1**. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/01/30/tragedia-yanomami-reportagem-do-fantastico-encontra-aldeia-em-luto-no-dia-em-que-jovem-morreu-de-fome.ghtml>> Acesso em: 29 de maio de 2023.

FANTÁSTICO. Agente laranja: pecuarista desmata o Pantanal com substância altamente tóxica. **Portal G1**. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/04/14/agente-laranja-pecuarista-desmata-o-pantanal-com-substancia-altamente-toxica.ghtml>> . Acesso em: 04 de jul. de 2024

FICHTNER, Jan; Heemskerk, Eelke M; Garcia-Bernardo, Javier. Hidden Power of Thé Big Three? Passive index funds, re-concentration of corporate ownership, and. new financial risk. **Business and. Politics**. 2017.

FILHO, Calixto Salomão. A luta contra monopólio e cartéis: fracassos e perspectivas. **Consultor Jurídico**.2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-nov-09/defesa-conconrrencia-luta-monopolios-carteis-fracassos-perspectivas/> Acesso em: 05 de set. de 2024.

FOTOS: indígenas Yanomami sofrem com desnutrição grave e malária na maior reserva do Brasil. **Portal G1**.2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/24/fotos-indigenas-yanomami-sofrem-com-desnutricao-grave-e-malaria-na-maior-reserva-do-brasil.ghtml> Acesso em: 25 de maio de 2024

Fundação Anti-Indígena: Um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro. **Instituto de Estudos Socioeconômicos, Indigenistas Associados**. 2022. Disponível em:<https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Fundacao-anti-indigena_Inesc_INA.pdf?x12453 > E-book Acesso em: 21 de mar. de 2023.

FURONI, Evandro. É preciso sinal de Bolsonaro sobre combate ao desmatamento, diz especialista. **Da CNN**.2021. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/e-preciso-sinal-de-bolsonaro-sobre-combate-ao-desmatamento-diz-especialista/?hidemenu=true>> . Acesso em: 25 de mar. de 2022.

GLOBO RURAL. Índios plantam soja no Mato Grosso e levantam polêmica. **Portal G1**.2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2019/03/17/indios-plantam-soja-no-mato-grosso-e-levantam-polemica.ghtml>> Acesso em: 27 de mar. de 2022.

GRUPO GEO YANOMAMI. **Cenários de impacto para direcionamento de intervenções na crise da Terra Indígena Yanomami**. Uma abordagem das

geotecnologias. p. 1 - 43, 2023. Disponível em: <
<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yad00618.pdf>>

Acesso: 26 de mar. de 2024.

GUITARRARA, Paloma. "Capitalismo financeiro"; **Brasil Escola**. Disponível em:
<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/capitalismo-financeiro.htm> Acesso em:

28 de out. de 2024.

IANNI, Octavio. *et al.* **O negro e o socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. (Coleção Socialismo em Discussão)

Ibama combate plantio de transgênicos em Terras Indígenas no oeste de MT. **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**.

2019. Disponível em:https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/copy_of_noticias/noticias-2018/ibama-combate-plantio-de-transgenicos-em-terras-indigenas-no-oeste-de-mt Acesso em: 08 de jul. de 2022.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. **Yanomami sob ataque**: Garimpo Ilegal na Terra Indígena Yanomami e Propostas para Combatê-lo. Boa Vista .2022. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yal00067.pdf>

Acesso em: 12 de maio de 2022.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEITE, Sergio Pereira; SAUER, Sergio. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol. 50, nº 3, p.5,3-254,2012.

LORRAN, Tácio. Apib denuncia Bolsonaro ao Tribunal Penal Internacional por genocídio. **Metrópole**. 2021. Disponível em:

<<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/apib-denuncia-bolsonaro-ao-tribunal-penal-internacional-por-genocidio> >. Acesso em: 09 de nov. de 2022.

MAFRA, Francisco. Emenda Constitucional 64, de 4 de fevereiro de 2010. **Âmbito Jurídico**. 2010. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/emenda-constitucional-64-de-4-de-fevereiro-de-2010/> Acesso em: 09 de nov. de 2022.

MARQUES, José Roberto. As principais diferenças entre verticalização e horizontalização. **IBC: Instituto Brasileiro de Coaching**. 2019. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/as-principais-diferencas-entre-verticalizacao-e-horizontalizacao/> Acesso em: 12 de set. de 2022.

MARX, K. **O' Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boi tempo, 2013. E-book.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro altera lei e extingue atribuições do conselho de segurança alimentar. **Portal G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/bolsonaro-muda-regras-e-retira-atribuicoes-do-conselho-de-seguranca-alimentar.ghtml> Acesso em: 12 de set. de 2024.

Ministro Wellington Dias dá entrevista exclusiva à RECORD NEWS sobre o combate à fome. **Record News - R7**. 2024. Disponível em: <https://noticias.r7.com/record-news/video/ministro-wellington-dias-da-entrevista-exclusiva-a-record-news-sobre-o-combate-a-fome-24072024/> Acesso em: 28 de nov. de 2024.

Monitorando o desmatamento nas cadeias de commodities brasileiras. **Mighty Earth**. 2024. Disponível em: https://mightyearth.org/wp-content/uploads/2024/11/Mighty-Earth- Rapid-Response-Soy-Report-2-March-2024_Portuguese.pdf Ebook. Acesso em: 25 de out. de 2024.

MORELLI, Fabiano (es). INFOQUEIMA: Boletim Mensal de Monitoramento e Risco de Queimadas e Incêndios Florestais. **INPE: Programa Queimadas**. 2021. Disponível em: https://dataserver-coids.inpe.br/queimadas/queimadas/Infoqueima/2024/2024_03_infoqueima.pdf Acesso em: 25 de out. de 2024.

MOURA, Clovis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. **Dialética Racial do Brasil Negro**. 3. ed., São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NERI, Marcelo C.; HECKSHER, Marcos D. **A Montanha- Russa da Pobreza**. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 – FGV Social. E-book.

NERI, Marcelo C. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022- FGV Social. E-book.

OLIVEIRA, José Carlos; CHALUB, Ana. Deputados se mobilizam diante de seca histórica e queimadas descontroladas. **Câmara dos Deputados**. Meio Ambiente e Energia. 2024. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/1098002-deputados-se-mobilizam-diante-de-seca-historica-e-queimadas-descontroladas/%20Fonte:%20Ag%C3%A4ncia%20C%C3%A2mara%20de%20Not%C3%ADcias>> Acesso em: 22 de nov. de 2024.

OLIVEIRA, de Luís Eduardo. **Os Trabalhadores e a Cidade**: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direito (1877-1920). Rio de Janeiro. Editora FGV, 2010.

OLIVEIRA, Rafael. ONG aponta desmatamento em fazendas de soja fornecedoras da Cargill e da Bunge. **Brasil de Fato**. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/18/ong-aponta-desmatamento-em-fazendas-de-soja-fornecedoras-da-cargill-e-da-bunge#:~:text=O%20estudo,%20feito%20em%20parceria%20com%20a>> Acesso em: 10 de maio de 2024.

OLIVEIRA, Valéria; HISAYASU, Alexandre. Terra Yanomami e o retrato do abandono: desnutrição, surto de malária e frascos de dipirona. **Portal G1 RR e Rede Amazônica**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/11/14/terra-yanomami-e-o-retrato-do-abandono-desnutricao-surto-de-malaria-e-frascos-de-dipirona.ghtml> . Acesso em: 19 de abr. de 2022.

O ronco da fome: 'Radis' debate a possível volta do Brasil ao Mapa da Fome. **Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca**. 2018. Disponível em: <<https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/43338>> . Acesso em: 13 de set. de 2022

O que é o bioma Amazônia. Dicionário Ambiental. ((o)) **eco**, Rio de Janeiro, set.2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28611-o-que-e-o-bioma-amazonia> Acesso em: 13 de set. de 2022.

O que são as INDCs. ((o)) **eco**, Rio de Janeiro, out.2015. Disponível em: < <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/o-que-sao-as-indcs/>> Acesso em: 13 de set. de 2022.

O que se sabe sobre invasão de garimpeiros no território yanomami. **BBC News Brasil**. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61328546>> Acesso em: 15 de ago. de 2022.

'O que vi me abalou'. **Portal G1**, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/21/lula-chega-a-roraima-e-deve-anunciar-acoes-contr-a-cri-se-na-saude-e-desnutricao-de-criancas-yanomami.ghtml>> Acesso em: 18 de abr. de 2023.

O vírus da fome se multiplica: Uma receita mortal misturando conflitos armados, Covid-19 e crise climática acelera a fome no mundo. **OXFAM Brasil**.2021. Disponível em: < <https://www.oxfam.org.br/especiais/o-virus-da-fome-se-multiplica/>> Acesso em: 10 de dez. de 2022.

PAJOLLA, Murilo. Entenda como a atividade do porto da Cargill no Pará ameaça terras indígenas e quilombolas. **Brasil de Fato**. 2021. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/12/entenda-como-atividade-do-porto-da-cargill-no-para-ameaca-terras-e-quilombos>> Acesso em: 24 de fev. de 2024.

PERES, João; Mercado financeiro: três empresas controlam metade das corporações do sistema alimentar. **Brasil de Fato**.2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/06/mercado-financeiro-tres-empresas-controlam-metade-das-corporacoes-do-sistema-alimentar>> Acesso em: 26 de mar. de 2024.

PESSINI, L.; SGANZERLA, A. Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da onu sobre o clima e meio ambiente. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n.1, p.1 – 14, 2016.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; CARVALHO, Maria de Fátima Cruz Correia de. Transformando o problema da fome em questão alimentar e

nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p.121-130,2010.

PINTO, Jefferson de Almeida – **Controle Social e Pobreza (1876-1922)** 1ª edição, Juiz de fora- MG. Editar, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)**. Editora Brasiliense ,1973.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução Brasileira 1966**. Editora Brasiliense, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

QUIJANO, ANIBAL. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas EN: latino-americanas Buenos Aires Lugar CLACSO**, p.117-142. 2005.

Relatório indica que Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014. **Gov.Br.** 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>> Acesso em: 13 de abr. de 2022.

Relatório da ONU: Números globais de fome subiram para cerca de 828 milhões em 2021. **Unicef Brasil.** 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-numeros-globais-de-fome-subiram-para-cerca-de-828-milhoes-em-2021>> . Acesso em: 20 de set. de 2022.

RAD2023:Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2023 - São Paulo, Brasil- **MapBiomias**, 2024 - 154 páginas Disponível em:https://alerta.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/17/2027/10/RAD2023_COMPLETO_15-10-24_PORTUGUES.pdf Acesso: 04 nov. de 2024.

RIBEIRO, Débora. Alquimia. **Dicio-Dicionário Online de Português**. (s.d). Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/alquimia/>> Acesso em: 30 de mar. de 2024.

RICARDO, Javier. Quem são os proprietários do Vanguard Group? Economia e Negócios. 2020. Disponível em: <<https://economiaenegocios.com/quem-sao-os-proprietarios-do-vanguard-group/>>. Acesso em: 31 de mar. de 2022.

RODRIGUES, Caíque; RUFINO, Samantha; OLIVEIRA, Valéria. Lula visita Casa de Saúde Yanomami em Roraima e diz que situação de indígenas é desumana:

SCHAPPO, Sirlândia. “Josué de Castro e a agricultura de sustentação em Geografia da fome.” **Sociologias**, v.16, p. 306-338,2014.

SILVA, Mercês de Fátima dos Santos; NUNES, Everardo Duarte. Josué de Castro e o pensamento social brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.22,3677-3688, 2017.

SHAND, H. et al. **Barones de la alimentación 2022**: Lucro con las crisis, digitalización y nuevo poder corporativo. p. 1- 158, ETC Group, 2022.

SORDI, Denise de. Empobrecimento, fome e pandemia: o Auxílio Emergencial, o fim do Programa Bolsa Família e o Auxílio Brasil, 2019-2022. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.30, n. suppl1, p.e2023032,2023.

SOUSA, Rafaela. Cerrado. **Mundo Educação**. (s.d) Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/cerrado.htm>> Acesso em:

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão pública e democracia**: a burocracia em questão. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011.

State Street Corporation. In : **Wikipedia, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/State_Street_Corporation> . Acesso em: 22 de nov. de 2024

State Street Global Advisors. In: **Wikipedia, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em:<https://en.wikipedia.org/wiki/State_Street_Global_Advisors> . Acesso em: 10 de jan. de 2025.

Vale do Mucuri. In: **Wikipedia, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em:< [https://pt.wikipedia.org/wiki/Vale do Mucuri](https://pt.wikipedia.org/wiki/Vale_do_Mucuri)> Acesso em 10 de maio de 2022.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa geopolítica da fome**. Tradução de José Paulo Netto. 1ªed. São Paulo: Cortez ,2013.

ZIEGLER, Jean. **Ódio ao Ocidente**. Tradução Marcelo Mori, Maria Helena Tyminski, Marciara de Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Cortez,2011.

ZIEGLER, Jean. **A Fome No Mundo Explicada A Meu Filho**. 1ª ed. São Paulo: Vozes,2002.

APÊNDICE

Listas de ilustrações

Gráfico- 1. Pobreza e Pobreza extrema na série histórica (2016 2021).....	54
Gráfico -2 . A instabilidade da renda e o sobe e desce da pobreza (dez-2015 - set-2021).....	55
Gráfico- 3. A linha ascendente da pobreza na série histórica (2012- 2021)....	56
Gráfico- 4. O sobe e desce da pobreza na série histórica entre (2012- 2021).....	57
Gráfico -5.População Pobre e Pobreza extrema -Seguindo a linha de pobreza (2021).....	57
Gráfico .6. Municípios com mais de 7 mil focos de incêndio na Amazônia Legal no ano de 2024.....	70
Gráfico . 7.Porcentagem (%) de área (km ²)queimada por bioma brasileiro (março/2024).....	71
Gráfico.8. Série histórica do Amazonas com 21 mil, queimada no ano 2024.....	72
Gráfico.9- Devastação em Terras Yanomami (há)	78
Figura 1 – Foto do Garimpo no rio Uraricoera, TIY em janeiro de 2022.....	80
Figura 2- Área de garimpo no Uraricera.....	81
Figura 3 – Área do Garimpo no Uraricera.....	82
Figura 4 - Garimpo próximo a Comunidade Xaruna, Parima em Terras Indígenas Yanomami.....	84
Figura 5 - Garimpo próximo a Comunidade Makabey Arathau, em Terras Indígenas Yanomami.....	85
Figura 6- Crianças yanomami com sinais de desnutrição na região de Surucucu, na Terra Yanomami.....	89
Figura 7 – Desnutrição grave em Terras Yanomami, em 2023.....	89

